



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar**

**DEUS É UMA MULHER PRETA?: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS  
CONSTRUÍDAS POR MULHERES NEGRAS IDOSAS DO DISTRITO  
FEDERAL SOBRE SEUS ENVELHECIMENTOS**

**Polliana Teixeira da Silva**

**Brasília, 2023**



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar**

**DEUS É UMA MULHER PRETA?: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS  
CONSTRUÍDAS POR MULHERES NEGRAS IDOSAS DO DISTRITO  
FEDERAL SOBRE SEUS ENVELHECIMENTOS**

**Polliana Teixeira da Silva**

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar. Área de concentração: Processos de Desenvolvimento Humano.

**ORIENTADORA: PROF(a). DR(a). ISABELLE PATRICIÁ FREITAS SOARES  
CHARIGLIONE**

**Brasília, 2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

TT266d Teixeira da Silva, Polliana  
Deus é uma mulher preta?: as representações sociais  
construídas por mulheres negras idosas do Distrito Federal  
sobre seus envelhecimentos / Polliana Teixeira da Silva;  
orientador Isabelle Patriciá Freitas Soares Chariglione. --  
Brasília, 2023.  
149 p.

Dissertação(Mestrado em Processos de Desenvolvimento  
Humano e Saúde) -- Universidade de Brasília, 2023.

1. Envelhecimento. 2. Mulheres Negras. 3. Representações  
Sociais. 4. Interseccionalidade. I. Freitas Soares  
Chariglione, Isabelle Patriciá, orient. II. Título.

Este trabalho recebeu apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de julho/2021 a setembro/2021, e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entre outubro/2021 e julho/2023.

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APROVADA PELA SEGUINTE BANCA  
EXAMINADORA:

---

Profa. Dra. Isabelle Patrícia Freitas Soares Chariglione – Presidente  
Universidade de Brasília – Instituto de Psicologia

---

Profa. Dra. Fabrícia Teixeira Borges – Membro Interno  
Universidade de Brasília – Instituto de Psicologia

---

Profa. Dra. Deusivânia Vieira da Silva Falcão – Membro Externo  
Universidade de São Paulo

---

Profa. Dra. Maristela Rossato – Suplente  
Universidade de Brasília – Instituto de Psicologia

Brasília, 2023

*Pra nós, punk é quem amamenta enquanto enfrenta guerra, os tanque;  
As roupa suja, vida sem amaciante;  
Bomba a todo instante, num quadro ao léu;  
Que é só enquadro e banco dos réu, sem flagrante;  
Até o meu jeito é o dela;  
Amor cego, escutando com o coração a luz do peito dela;  
Descreve o efeito dela: “breve, intenso, imenso”;  
Ao ponto de agradecer até os defeitos dela;  
Esses dias, achei na minha caligrafia;  
A tua letra, e as lágrima molha a caneta;  
Desafia, vai dar mó treta;  
Quando eu disser que vi Deus;  
Ele era uma mulher preta.  
(Mãe – Emicida)*

## AGRADECIMENTOS

Recentemente, tive a oportunidade de assistir a uma breve entrevista com a escritora Conceição Evaristo. Ao ser questionada sobre a dificuldade que mulheres negras têm de pensar em si próprias, a intelectual respondeu com uma ideia que muito me tocou:

*Por mais que essa luta nossa seja uma luta que exige você pensar primeiro em si, se você for olhar o todo, se você for olhar a família, se você for olhar os amigos, você tem outras mulheres que estão pensando em você também. Não sei se essa história de pensar em si primeiro e cuidar desesperadamente da sua individualidade, eu não sei se essa é uma prática muito burguesa. Se você não pensar em uma outra mulher negra para trabalhar com você, se você não pensar em outra mulher negra para ser sua companheira, se você não parabenizar uma outra mulher negra, quem vai nos dar esse suporte? Não sei se pensar na outra não é, também, estar pensando em si própria.*

Em meio a tantas produções incríveis dos meus irmãos e irmãs de cor, há um elemento que, de uma forma ou de outra, sempre se faz presente: a importância do coletivo. E é partindo dessa concepção que inicio este trabalho tão significativo para mim, entendendo a necessidade de agradecer a todas as pessoas que pensaram em mim, olharam para mim e cuidaram de mim enquanto trilhei este caminho de pensamentos, olhares e cuidados com as mulheres negras idosas que participaram deste estudo.

Agradeço, inicialmente, à minha família, que sempre me incentivou a traçar grandes aventuras dentro e fora do âmbito profissional. Ao meu pai, Nilson, por ter compartilhado o amor por livros e histórias desde cedo. À minha mãe, Renata, por ter me encorajado a romper com todos os padrões pré-estabelecidos do que seria apropriado para uma mulher da minha idade. Ao meu irmão, Ruan, por me mostrar diariamente que posso ser cada vez melhor. Aos meus dois cachorros, Babu e Apollo, pela companhia e amor imensuráveis durante todas as longas manhãs, tardes, noites e madrugadas de escrita. Juntos chegamos até aqui, e juntos seguiremos avançando.

Quero agradecer à minha orientadora, professora Isabelle Chariglione, que muito me ensinou sobre a vida para além da pesquisa. A trajetória acadêmica é exaustiva, mas se mostra extremamente prazerosa e divertida quando se está acompanhada das pessoas certas. Agradeço pela paciência, por acreditar em mim e por me oferecer todas as ferramentas teóricas e práticas necessárias para que eu pudesse me apropriar desse trabalho. Que parceria bonita a que construímos ao longo desses dois anos!

Também julgo importante agradecer a todas as pessoas que estiveram presentes ao longo desse meu projeto de vida. Agradeço às minhas colegas de orientação, Maíra e Margô, pelas ricas trocas e risadas. À minha grande amiga Bruna, parceira de graduação e de mestrado, com quem tive o privilégio de dividir disciplinas da pós-graduação, salas de estudo, conversas acadêmicas e fofocas sobre a vida. Às estudantes que graduação que compuseram nossa equipe de pesquisa, Olivia, Renata e Gil, por todo o auxílio e pelas valiosas discussões. Aos colegas de turma, que engrandeceram o meu processo de ensino-aprendizagem com suas reflexões. Às professoras e pesquisadoras da Universidade de Brasília, especialmente as do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento (PGPDE), que me mostraram que a ciência se faz no coletivo e que ainda há muito a se explorar dentro da Psicologia.

Considero igualmente relevante e necessário agradecer àqueles que me acompanharam fora dos muros acadêmicos, garantindo que eu estivesse bem não apenas enquanto psicóloga, estudante e pesquisadora, mas também como Polliana. Agradeço imensamente aos meus queridos amigos, que sempre me proporcionam momentos incríveis de descontração. Ao meu namorado, Marcus, que traz leveza, compreensão e diversão para os meus dias. À minha psicóloga, Tatiane, que esteve comigo desde o início da minha caminhada na pós-graduação e muito me ajudou em meio a tantos encontros e desencontros durante esses dois anos. E, claro, aos meus amigos e treinadores Bianca, Leandro e Toru, que me acolheram no Crossfit e me mostraram a importância de mexer o corpo para manter a mente sã. Obrigada!

Meus agradecimentos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida durante todo o meu período no mestrado acadêmico. Esse apoio financeiro foi essencial para a operacionalização da pesquisa do início ao fim!

Por fim, quero me antecipar e agradecer a todos que eventualmente lerão esse trabalho. Para além do título de mestre, busquei construir um conhecimento que fizesse sentido para mim dentro das minhas vivências. Ler este trabalho implica na leitura de uma parte preciosa da minha trajetória e de como eu me constituí. E é com muita humildade que torço para que essa pesquisa encontre pessoas apaixonadas pela ciência real, emancipatória e libertadora, que visa remediar injustiças e colaborar com a qualidade de vida de populações tão negligenciadas, tais como as mulheres negras idosas brasileiras. Parafraseando a brilhante Conceição Evaristo, é pensando em outras mulheres negras que eu penso em mim também!

## RESUMO

Estudar a população idosa, negra e feminina implica na necessidade de compreender suas vivências, partindo do conhecimento de que a experiência de envelhecer não é universal, uma vez que as pessoas ocupam diferentes espaços no mundo a partir da cultura, história e contextos de um país ou região. Em um país tão marcado pela desigualdade e opressões estruturais, desenvolvimento humano e aspectos sociais não podem ser analisados separadamente. A Teoria das Representações Sociais funciona como uma importante ferramenta da investigação dos significados que as mulheres atribuem à essa conjugação entre gênero, raça e geração. O objetivo da presente dissertação é investigar as representações sociais construídas por mulheres idosas negras, residentes do Distrito Federal, acerca do próprio envelhecimento. Esse estudo faz uso de método misto, dialogando com métodos quantitativos e qualitativos. É uma pesquisa transversal e, também, um trabalho de perspectiva exploratória. Foram entrevistadas 31 mulheres negras residentes do Distrito Federal, com idades variadas a partir dos 60 anos, buscando compreender as representações sociais que essas mulheres construíram acerca de seus respectivos envelhecimentos enquanto mulheres, negras e idosas. Para fins de análise dos dados coletados, foi utilizado o software IRaMuTeQ, que oferece um conjunto de ferramentas descritivas de análise do corpus textual. A média de idade das participantes foi de 68,8 anos, e as entrevistas duraram, em média, 35 minutos. Dentre as entrevistadas, 90,3% da amostra não está em um relacionamento amoroso atualmente, e aproximadamente metade das mulheres entrevistadas não chegou ao Ensino Superior. Além disso, a maioria das participantes vive nas Regiões Administrativas do Distrito Federal, e não na região central, Brasília. Foram construídas três análises através do software: o Dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), a Análise Fatorial das Correspondências e a Nuvem de Palavras. O Dendrograma dividiu os discursos em três grandes classes: a classe 1 (Vivências Intrapessoais), a classe 2 (Memórias e Projeções) e a classe 3 (Tornar-se Negra). As classes 1 e 3 são subclasses da classe 2. A Análise Fatorial das Correspondências evidenciou o caráter fortemente independente das três classes estáveis, e a Nuvem de Palavras destacou que, embora as perguntas da entrevista semiestruturada tenham sido sobre envelhecimento e negritude, as palavras referentes ao envelhecimento e suas derivações aparecem em posições mais periféricas; já os termos sobre negritude, mais ao centro. A partir das entrevistas, destaca-

se que as representações sociais das participantes referentes ao envelhecimento e negritude foram construídas e expostas através das histórias que elas contavam sobre sua juventude, seu momento atual e suas expectativas sobre a realidade futura. Também foi perceptível a negação como elemento recorrente nos discursos. A palavra “não” ocupou o centro da Nuvem de Palavras, e a análise advindas do IRaMuTeQ indicam que, ainda que as mulheres neguem a experiência pessoal do racismo (classe 1; Vivências Intrapessoais), elas reconhecem que há uma diferença na organização social entre pessoas brancas e negras (classe 3; Tornar-se Negra). Muitas mulheres entrevistadas elencaram as dificuldades físicas e o preconceito como principais elementos da velhice enquanto etapa de vida. Isto é, as representações sociais que elas têm sobre esse período são retratadas pela ideia de incapacidade, desuso e preconceito. Já no que tange às experiências raciais, a maior parte das entrevistadas negou que a negritude tenha sido um fator desafiador em suas vidas, mas, conforme a entrevista acontece, elas se contradizem e relatam ter vivido situações violentas atreladas às suas identidades raciais, categorizando-as como “bullying” e, talvez, distanciando-se da dor provocada pelo racismo. Percebe-se, então, que parte das representações sociais construídas pelas participantes sobre seus respectivos envelhecimentos enquanto mulheres negras foi perpassada pela negação – seja em tom de conformismo e impossibilidades, no que tange ao envelhecimento; seja no sentido de se afastar de eventuais prejuízos, dentro dos aspectos raciais. Sendo assim, fica evidente que a investigação do fenômeno do envelhecimento não deve ser pautada na busca pela universalidade, mas sim no esforço de entender as nuances de cada realidade, especialmente em um país tão diverso e continental como o Brasil. Com base nos achados dessa pesquisa, sugere-se a elaboração de novos estudos que considerem o envelhecimento interseccional, entendendo as múltiplas realidades e contextos que podem impactar na maneira como as pessoas chegam à velhice.

**Palavras-chave:** envelhecimento; mulheres negras; representações sociais; interseccionalidade; desenvolvimento humano.

## ABSTRACT

Studying the elderly, black and female population implies the need to understand their experiences, based on the knowledge that the experience of aging is not universal, since people occupy different spaces in the world based on the culture, history and contexts of a country or region. In a country so marked by inequality and structural oppression, human development and social aspects cannot be analyzed separately. The Theory of Social Representations works as an important tool for investigating the meanings that women attribute to this combination of gender, race and generation. The aim of this dissertation is to investigate the social representations constructed by elderly black women, residents of the Federal District, about the aging process itself. This study uses a mixed methodology, dialoguing with quantitative and qualitative methods. It is a cross-sectional research and also an exploratory work. Thirty-one black women residing in the Federal District, aged from 60 years and older, were interviewed, seeking to understand the social representations that these women constructed about their respective aging processes as women, black and elderly. For the purposes of analyzing the collected data, the IRaMuTeQ software was used, which offers a set of descriptive tools for analyzing the textual corpus. The average age of the participants was 68.8 years old, and the interviews lasted, on average, 35 minutes. Among the interviewees, 90.3% of the sample is not currently in a romantic relationship, and approximately half of the interviewed women did not reach higher education. In addition, most of the participants live in the Administrative Regions of the Federal District, and not in the central region, Brasília. Three analyzes were built using the software: the Dendrogram of Descending Hierarchical Classification (CHD), the Factor Analysis of Correspondences and the Word Cloud. The Dendrogram divided the speeches into three large classes: class 1 (Intrapersonal Experiences), class 2 (Memories and Projections) and class 3 (Becoming Black). Classes 1 and 3 are subclasses of class 2. The Factorial Analysis of Correspondences showed the strongly independent character of the three stable classes, and the Word Cloud highlighted that, although the semi-structured interview questions were about aging and blackness, the words referring to aging and its derivations appear in more peripheral positions; already the terms about blackness, more to the center. From the interviews, it is highlighted that the social representations of the participants regarding aging and blackness were constructed and exposed through the stories they told about

their youth, their current moment and their expectations about the future reality. Denial was also noticeable as a recurring element in the speeches. The word “no” occupied the center of the Word Cloud, and the analysis from IRaMuTeQ indicates that, although women deny the personal experience of racism (class 1; Intrapersonal Experiences), they recognize that there is a difference in the social organization between white and black people (Class 3; Becoming Black). Many women interviewed listed physical difficulties and prejudice as the main elements of old age as a life stage. That is, the social representations they have about this period are portrayed by the idea of disability, disuse and prejudice. With regard to racial experiences, most of the interviewees denied that blackness was a challenging factor in their lives, but, as the interview takes place, they contradicted themselves and reported having experienced violent situations linked to their racial identities, categorizing them as “bullying” and perhaps distancing themselves from the pain caused by racism. It can be seen, then, that part of the social representations built by the participants about their respective aging processes as black women was permeated by denial – either in a tone of conformism and impossibilities, with regard to aging; either in the sense of moving away from possible damages, within the racial aspects. Therefore, it is evident that the investigation of the phenomenon of aging should not be based on the search for universality, but on the effort to understand the nuances of each reality, especially in a country as diverse and continental as Brazil. Based on the findings of this research, it is suggested that new studies be developed that consider intersectional aging, understanding the multiple realities and contexts that can impact the way people reach old age.

**Key words:** aging; black women; social representations; intersectionality; human development.

## SUMÁRIO

<b>Agradecimentos</b> .....	<b>vii</b>
<b>Resumo</b> .....	<b>x</b>
<b>Abstract</b> .....	<b>xii</b>
<b>Lista de Figuras</b> .....	<b>xvi</b>
<b>Introdução</b> .....	<b>1</b>
<b>Capítulo 1 – Desenvolvimento Humano e Envelhecimento no Brasil</b> .....	<b>5</b>
1.1. Teorias do Envelhecimento .....	5
1.1.1. Teorias Psicológicas do Envelhecimento.....	7
1.1.1.2. Teorias Psicológicas do Envelhecimento: Primeira Vertente.....	9
1.1.1.3. Teorias Psicológicas do Envelhecimento: Segunda Vertente.....	13
1.1.2. Teorias Sociológicas do Envelhecimento .....	16
1.2. Pessoas idosas brasileiras: que velhice é essa?.....	23
<b>Capítulo 2 – Negritude Brasileira</b> .....	<b>34</b>
2.1. Configurações da negritude brasileira .....	34
2.2. Conjugação entre gênero e raça.....	44
2.3. “A coisa tá preta”: aspectos demográficos da negritude no Brasil.....	53
<b>Capítulo 3 – Teoria das Representações Sociais</b> .....	<b>59</b>
<b>Capítulo 4 – Justificativa</b> .....	<b>65</b>
<b>Capítulo 5 – Objetivos</b> .....	<b>67</b>
<b>Capítulo 6 – Método</b> .....	<b>68</b>
6.1. Delineamento de Pesquisa .....	68
6.2. Participantes .....	68
6.3. Instrumentos .....	69
6.4. Procedimentos .....	70
6.5. Análise de Dados .....	71
<b>Capítulo 7 – Resultados</b> .....	<b>73</b>
<b>Capítulo 8 – Discussão</b> .....	<b>81</b>
<b>Capítulo 9 – Considerações Finais</b> .....	<b>99</b>
<b>Referências</b> .....	<b>102</b>
<b>Apêndices</b> .....	<b>126</b>
Apêndice A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).....	126

Apêndice B – Instrumentos de Coleta de Dados .....	128
Apêndice C – Parecer Consubstanciado CEP.....	129

**LISTA DE FIGURAS**

1. Esquema com as Teorias Psicológicas e Sociológicas do Envelhecimento.....	23
2. Expectativa de Vida ao Nascer (IBGE, 2018).....	26
3. Projeção Populacional até 2060 – 60 a 64 anos (IBGE, 2018).....	28
4. Projeção Populacional até 2060 – 65 a 69 anos (IBGE, 2018).....	29
5. Projeção Populacional até 2060 – 70 a 74 anos (IBGE, 2018).....	29
6. Projeção Populacional até 2060 – 75 a 79 anos (IBGE, 2018).....	30
7. Projeção Populacional até 2060 – 80 a 84 anos (IBGE, 2018).....	30
8. Projeção Populacional até 2060 – 85 a 89 anos (IBGE, 2018).....	31
9. Projeção Populacional até 2060 – 90 anos ou mais (IBGE, 2018).....	31
10. A Redenção de Cam.....	39
11. Gráfico sobre proporção de trabalhadoras domésticas acima de 16 anos de idade, dividido por raça e região.....	52
12. Dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente (CHD).....	73
13. Análise Fatorial das Correspondências.....	77
14. Nuvem de Palavras.....	79

## INTRODUÇÃO

*Amo minha raça;*

*Luto pela cor;*

*O que quer que eu faça é por nós;*

*Por amor.*

*(Jesus Chorou – Racionais MC's)*

Polliana foi um nome escolhido pelo meu pai que, após muito esforço, conseguiu se graduar no curso de Letras, tendo o livro “*Pollyanna*” como um marco significativo em sua trajetória acadêmica. Este livro, grande clássico da literatura infanto-juvenil, conta a história de uma menina alegre, que vence as adversidades da vida através do seu *Jogo do Contente*. Apenas anos mais tarde compreendi a profundidade desta escolha: uma mistura de excitação pela paternidade com o medo do que uma filha negra vivenciaria neste país. Enquanto pai, o seu desejo de me ver feliz. Enquanto homem negro, o receio de que os desafios se tornassem maiores do que eu, e a batalha para que meu brilho nos olhos não se apagasse diante das injustiças que eu presenciaria.

Desde pequena, meus pais me criaram para o mundo, enfatizando a importância dos estudos como ferramenta de emancipação. Cresci inquieta, questionadora, teimosa. A curiosidade estimulada gerou em mim o anseio de entender os motivos pelos quais as pessoas se subjetivam de formas tão distintas, ainda que nasçam e cresçam em contextos parecidos. A partir destas dúvidas e da minha compreensão de realidade enquanto mulher negra brasileira, a Psicologia surgiu como uma força motriz. Aos 17 anos, recém aprovada no vestibular da Universidade de Brasília (UnB), eu queria transformar o mundo. Aos 22, recém aprovada no processo seletivo do mestrado no PGPDE, eu já entendia a importância dos pequenos passos.

Minha trajetória na graduação foi, certamente, a melhor experiência que já tive – não porque foi perfeita, mas sim porque um novo grande objetivo se revelou diante dos meus olhos. Durante os cinco anos de caminhada pelos corredores da universidade, li pouquíssimos autores negros e negras. As mais complexas teorias de desenvolvimento humano não abarcavam um elemento que, para mim, sempre foi crucial: as relações étnico-raciais. Isto posto, as inquietações, questionamentos e teimosia da infância tornaram-se grandes aliadas na minha trajetória acadêmica, instigando-me a ir além. Nasceu em mim, então, o desejo de me tornar uma pesquisadora, contribuindo ativamente

com a construção de uma ciência psicológica contextualizada e fiel às múltiplas realidades encontradas neste país.

Deste modo, afirmo que perspectiva racial sempre foi muito cara para mim. Minha trajetória profissional caminha de mãos dadas com minhas vivências enquanto mulher, negra e brasileira. Sob estas condições, encaro como um compromisso social o ato de estudar e pesquisar em prol dos meus, para que cada vez mais possamos identificar as características desenvolvimentais únicas inerentes à interseção entre geração, raça, gênero e classe social. A fim de viabilizar a construção de um panorama abrangente da realidade de uma nação, é imprescindível o reconhecimento de suas falhas estruturais.

Logo, para compreender a organização social do Brasil, há de se analisar profundamente a história que nos trouxe até aqui. Em 1888, o Brasil se tornava o último país da América a abolir a escravidão, sem elaborar medidas ativas para a reparação histórica com os negros escravizados que, durante mais de três séculos, foram desumanamente forçados a promover o crescimento econômico da nação. Ou seja, desde a invasão dos portugueses em 1500, os anos de política declaradamente escravocrata equivalem a quase três vezes o período vivenciado pós-abolição. Ante o exposto, não se pode negar a existência de feridas coloniais profundas na cultura brasileira, as quais não foram curadas e ainda afetam profundamente a forma como os sujeitos se desenvolvem em território nacional.

Neste sentido, parto do entendimento de que existem múltiplos elementos convergindo na estruturação dos sentidos e símbolos da vida social em diversos momentos do ciclo de vida. Isto é, determinantes sociais afetam profundamente a forma como cada sujeito vivencia seu próprio processo de desenvolvimento humano, haja vista a formação racista, patriarcal e classista do Brasil, fortalecida pelas próprias estruturas nacionais de poder ao longo dos séculos. Diante disso, muito me instiga o estudo da interseccionalidade no envelhecer brasileiro. Considerando os meus constantes atravessamentos raciais e de gênero, nasceu em mim uma intensa inquietação sobre o meu envelhecer. Em um país tão desigual e violento, quem tem direito a um envelhecimento saudável?

Seguindo esta lógica, decidi investigar as relações entre a cultura e a população pertencente à camada que espero um dia ocupar: mulheres idosas negras. Especificamente, meu interesse é direcionado às representações sociais construídas

acerca do envelhecimento enquanto fenômeno psicossocial vivenciado por mulheres negras do Distrito Federal. Não quero “dar voz” às mulheres negras, pois isto já nos foi dado por natureza. Aqui, minha intenção é ouvi-las e, acima de tudo, amplifica-las. Desta forma, reforçando a ideia de que indivíduos devem falar por si mesmos, busco questionar o significado do envelhecimento para aquelas que habitam corpos marginalizados pela própria formação cultural, política e social brasileira.

Tal proposta de investigação já tem seu início demarcado pela escolha do título. A frase “Deus é uma mulher preta”, comumente utilizada como uma afirmação, esteve muito presente nos meus caminhos dentro do movimento negro. Aliás, essa vem sendo uma sentença frequentemente utilizada em notícias, passeatas, livros e demais produções acerca da negritude feminina. Todavia, confesso não me sentir contemplada por essa combinação de palavras em tom afirmativo. São tantas as discussões que relacionam o cristianismo à uma postura branca e hegemônica fundamental no processo de colonização, que me questiono: o que ganhamos quando associamos Deus, uma entidade que ao longo dos séculos foi instrumentalizada para dizimar as minhas semelhantes, à figura de uma mulher negra? Seria uma conquista que nós, mulheres negras, fôssemos “elevadas” ao status daqueles que nos relegaram a um papel tão subalterno? Será que Deus realmente é uma mulher preta? Mulheres pretas querem ocupar esse espaço?

Para tal fim, proponho neste trabalho um diálogo constante entre produções teóricas e artísticas negras. Infelizmente, os espaços formais de construção de conhecimento nem sempre estiveram disponíveis para nós. Conforme será abordado de maneira mais profunda no decorrer da presente dissertação, há uma escassez de produções científicas sobre a realidade de mulheres negras brasileiras nos mais diversos âmbitos. Embora possamos contar com os escritos brilhantes de Beatriz Nascimento, Lélia González, Sueli Carneiro, Neusa Santos, Maria Aparecida Bento, Carla Akotirene e demais autoras negras brasileiras, sabemos que as estatísticas ainda são cruéis quanto ao nosso acesso à educação superior.

Todavia, nosso povo nunca se calou, encontrando nas artes uma maneira de denunciar a realidade vivenciada. Minha subjetivação enquanto pessoa negra perpassa o contato com músicas, poemas, pinturas e obras literárias que conversam com as minhas experiências. Portanto, pretendo trazer as referidas produções para a centralidade deste debate, enfatizando a importância de valorizarmos os produtos culturais enquanto fontes

ricas de compreensão da forma como certas camadas se colocam no mundo. Como já dizia o grande mestre Emicida: “*tudo que nós tem é nós*”.

Isto exposto, a construção de conhecimento deste trabalho foi dividida em quatro partes:

1. A parte teórica, onde inicialmente são construídos três capítulos, a fim de melhor discorrer sobre a complexidade envolvida nos processos de desenvolvimento humano e nos marcadores sociais de diferença explorados na presente dissertação. Posteriormente, expõe-se a justificativa da pesquisa, elucidando o papel da Psicologia na promoção de autonomia, liberdade e emancipação das populações estruturalmente marginalizadas, bem como os objetivos geral e específicos do estudo.
2. A parte do método, em que os caminhos da pesquisa são iluminados, abrangendo seu aspecto misto e discorrendo sobre os critérios de recrutamento e seleção de participantes, a escolha e construção dos instrumentos e procedimentos e, por último, sobre a forma como os dados serão trabalhados.
3. A parte dos resultados, discussão e considerações finais – espaço em que os achados da pesquisa são detalhados, bem como as relações entre os mesmos e as literaturas que versam sobre os fenômenos aqui investigados, assim como as considerações finais elaboradas através dessa construção. resultados desse estudo.
4. Por fim, são apresentadas as referências utilizadas na elaboração da dissertação e todos os apêndices citados no corpo do texto.

## Capítulo 1: Desenvolvimento Humano e Envelhecimento no Brasil

### 1.1. Teorias do Envelhecimento

Desde a sua consolidação enquanto ciência autônoma no século XIX, a Psicologia expandiu suas áreas e objetos de estudo. Em meio a essa gama de possibilidades, a investigação dos processos de desenvolvimento humano vem sendo cada vez mais sistematizada e explorada, buscando apreender a complexidade do tornar-se humano. Féres-Carneiro et al. (2010) afirmam que a Psicologia do Desenvolvimento figura como a terceira maior área de pesquisa psicológica nos dias atuais, ainda que muitas sejam as divergências entre teorias, linhas de pesquisa e projetos científicos.

Desta forma, entende-se que a Psicologia do Desenvolvimento abarca um panorama complexo e até mesmo anárquico, abrangendo um leque expressivo de perspectivas (Dixon & Lerner, 1999). Tal área de estudo, a qual inicialmente teve como objeto central de estudo a infância, hoje abarca uma série de outros fenômenos vivenciados em diversos pontos da trajetória de vida.

Sob essa ótica, Barros e Coutinho (2020) reforçam a ideia de que a Psicologia do Desenvolvimento se transformou ao longo das décadas, retirando o enfoque principal dos marcadores orgânicos do processo tornar-se humano, e concentrando-se na pesquisa do curso da vida através de perspectivas contextualizadas, integrativas e sistêmicas. Isto é, cai em desuso a ideia de que os indivíduos se desenvolvem **apesar** do contexto e organização no qual se inserem, abrindo espaço para o pressuposto de que os sujeitos se desenvolvem, também, **a partir** dessa localização temporal, espacial, social e política.

Ante o exposto, fica evidente a relação entre a Psicologia do Desenvolvimento e a Psicologia Social. Dentre os mais diversos contextos em que a Psicologia se insere, pode-se afirmar que a Psicologia Social se destaca por estudar a influência social no comportamento dos indivíduos (Lane, 2017). Isto é, o enfoque está concentrado na relação entre sujeito e sociedade e, embora seja uma área múltipla e plural, o cerne de suas discussões é a construção de conhecimentos sociopsicológicos.

Sabe-se que, a depender da teoria utilizada, o foco principal da pesquisa pode ser atribuído ao ser humano ou ao cenário no qual ele se encontra. A partir disso, Ferreira (2010) aponta duas modalidades distintas de investigações em Psicologia Social: a

Psicologia Social Psicológica, cujo objeto de estudo seria a análise de processos intraindividuais envolvidos nas respostas aos estímulos do meio; e a Psicologia Social Sociológica, que explora a experiência social adquirida pelos indivíduos através da sua participação em diferentes grupos e sociedades.

A primeira vertente foi consolidada, principalmente, nos Estados Unidos da América, sob forte influência das teorias behavioristas (Almeida, 2012). Porém, já no início da década de 1970, a Psicologia Social norte-americana enfrentou uma crise frente às grandes mobilizações feministas da época, sob alegações de não considerar fatores estruturais em suas interpretações acerca da subjetividade humana. Após uma série de rupturas e embates, a Psicologia Social Psicológica segue se debruçando sobre temas considerados tradicionais; entretanto, expandindo o seu espectro de investigação no cenário estadunidense e abrangendo os tópicos de cognição social, atitudes e processos grupais (Ross, Lepper & Ward, 2010).

A crise da Psicologia Social Psicológica norte-americana resultou em mudanças de paradigma na Psicologia Social europeia. Motivada pelos conflitos vivenciados em solo estadunidense, a Europa passou a demonstrar maior preocupação com fatores estruturais da sociedade, adotando a vertente da Psicologia Social Sociológica em seus estudos (Ferreira, 2010). Desta forma, passou-se a priorizar a investigação de conceitos como o de identidade social e o de representações sociais, sendo este último um elemento de análise a ser abordado na presente dissertação de mestrado.

Na América Latina, também foi no final da década de 1970 que o caminho percorrido se diferenciou daquele traçado pelos Estados Unidos. Em busca de uma Psicologia Social contextualizada e comprometida com os desafios estruturais presentes na formação política da América Latina, Martín-Baró (1997) defende que a atuação do psicólogo latino-americano deve considerar a realidade dos povos centro-americanos, marcada por injustiças estruturais, por guerras ou quase-guerras revolucionárias e pela perda da soberania nacional.

Sendo assim, entende-se que a Psicologia Social latino-americana seria uma Psicologia Social Sociológica com um caráter crítico, cujo objetivo estaria centrado na construção de identidades históricas, coletivas e individuais, baseando-se nas ideias da Teoria das Representações Sociais, na Psicologia Sócio-Histórica e na Psicologia Social das Instituições (Almeida, 2012).

Ante o exposto, pode-se afirmar que a maneira como as abordagens se desenvolvem e compreendem o ser humano e suas relações está intimamente associada ao contexto em que seus pensadores se localizam. A presente dissertação visa trabalhar com o envelhecer, o qual pode ser analisado à luz de diversas óticas construídas em determinados espaços e tempos. Este subcapítulo objetiva apresentar uma divisão didática sobre as consolidadas teorias psicológicas e sociológicas do envelhecimento, a começar pelas teorias psicológicas, que serão categorizadas a partir do seu foco maior em movimentos intraindividuais ou fatores estruturais/sociais.

### 1.1.1. Teorias Psicológicas do Envelhecimento

Embora o próprio Conselho Federal de Psicologia, ainda em 2008, tenha considerado o envelhecimento como um tema emergente no século XXI (CFP, 2008), e sua atuação com este público seja citada no próprio Manual de Diretrizes para o Cuidado das Pessoas Idosas no SUS (Ministério da Saúde, 2014), pode-se afirmar que a Psicologia pouco se apropriou da investigação desta etapa do curso de vida, quando em comparação com as ciências médicas, biológicas e demais áreas da saúde. Entretanto, deve-se situar a Psicogerontologia, ou Psicologia do Envelhecimento, enquanto subárea fundamental para a compreensão da senescência em seus diversos contextos, especificidades e possibilidades.

O aumento significativo do contingente da população idosa em relação às demais camadas etárias transforma o envelhecimento em uma questão não apenas biológica e individual, mas também social e política (Albuquerque et al., 2011; Jardim, Medeiros & Brito, 2006). No que diz respeito à Psicologia contemporânea, houve uma mudança paradigmática no seu entendimento acerca da velhice. Durante mais de 50 anos do século XX, o envelhecimento era enxergado pela gerontologia como o caminho oposto ao desenvolvimento (Neri, 2012). Isto é, ao longo de mais da metade do último século, os holofotes da ciência miravam a pessoa envelhecida como um indivíduo improdutivo e deteriorado, uma vez que sociedades capitalistas ocidentais valorizam a capacidade produtiva como elemento central na vida dos sujeitos.

Contudo, ainda que o envelhecimento antes fosse compreendido como um processo de déficits, hoje ele ganha uma nova roupagem, sendo visto como uma fase do ciclo vital constituído não apenas por perdas, mas também por ganhos concorrentes (Neri,

2006; Neri, 2011). Atualmente, cresce o número de experiências pessoais e dados de pesquisas que corroboram com a ideia de que pessoas idosas podem apresentar um funcionamento positivo, a partir dos recursos adquiridos ao longo da vida. Portanto, o envelhecer passa a ser concebido não somente como o tempo de exposição aos acontecimentos da vida, mas também como o período de implementação de estratégias e habilidades para mediar desafios evolutivos, a partir do potencial adaptativo de cada pessoa idosa (Maia & Ferreira, 2011).

Dito isso, a Psicogerontologia surge a partir da necessidade da incorporação dos saberes psicológicos ao campo do envelhecer (Mora, 2023), assumindo uma nova interpretação sobre o envelhecer e entendendo-o como uma fase de continuidade do curso de vida. O objetivo da Psicologia do Envelhecimento é, portanto, investigar as mudanças comportamentais associadas ao avanço da idade, identificando quais padrões são típicos da senescência, e quais são recorrentes em demais camadas etárias (Fonseca, 2016).

É importante frisar a crescente atenção atribuída ao caráter multicultural do envelhecimento. Já são diversas as pesquisas em Psicogerontologia que discutem a relação entre as mudanças comportamentais, sociais e psicológicas associadas à velhice e aspectos culturais presentes no desenvolvimento humano dos indivíduos em questão (Bernardo & Carvalho, 2020; Gao, 2021), indicando a importância de explorar diferentes velhices através de múltiplos ângulos. Assim, é possível afirmar que, frente ao aumento da longevidade da população mundial nos últimos 60 anos e às transformações sócio-históricas concomitantes, novos conceitos e teorias foram e seguem sendo construídos, a fim de iluminar o fenômeno do envelhecimento sob as mais diversas óticas.

Na Psicologia do Envelhecimento, pode-se destacar três paradigmas fundamentais na construção de suas teorias: ciclos de vida, curso de vida e desenvolvimento ao longo de toda a vida (Tomé & Formiga, 2020), agrupadas nas teorias denominadas clássicas, de transição e contemporâneas. As teorias clássicas compreendem os ciclos de vida de forma linear, adotando o modelo “crescimento, culminância e contração” para discorrer sobre o envelhecer. As teorias de transição investigam o envelhecimento sob uma perspectiva dialética, fazendo referência ao modelo de curso de vida. E, por último, as teorias contemporâneas abrangem em seu nível de análise o impacto de fatores micro e macrossociais do ambiente sobre o comportamento dos sujeitos, ressaltando o caráter de desenvolvimento ao longo de toda a vida (Neri, 2013).

Diante do exposto, faz-se fulcral discorrer brevemente sobre cada uma das teorias psicológicas do envelhecimento, a fim de se obter um panorama completo sobre a forma como a construção do conhecimento em Psicologia acompanhou a emergência das demandas da população idosa nas últimas décadas. Para tanto, é imprescindível o entendimento de que cada teoria se constitui em determinado tempo e espaço. Conforme já exposto brevemente, há duas vertentes da Psicologia Social: a Psicologia Social Psicológica, cujo foco principal se dá nos processos intraindividuais, e a Psicologia Social Sociológica, a qual considera fatores estruturais e sociais em suas análises. Para fins didáticos, as teorias psicológicas de envelhecimento serão categorizadas de acordo com o seu enfoque principal e sua maior aproximação com a primeira ou segunda vertente.

#### 1.1.1.2. Teorias Psicológicas do Envelhecimento: Primeira Vertente

Uma parte significativa das teorias psicológicas do envelhecimento pode ser agrupada na vertente da Psicologia Social Psicológica dominante na América do Norte, pois muitas apresentam maior enfoque no movimento de análise dos processos intraindividuais do sujeito ao longo do envelhecer, sem atribuir a mesma relevância ao contexto em que o indivíduo se insere e vivencia suas experiências enquanto pessoa idosa.

A primeira teoria clássica a ser abordada é a **Teoria de Desenvolvimento ao Longo da Vida**, proposta por Charlotte Bühler (1893-1974), cujos resultados evidenciaram uma progressão ordenada de transformações de atitudes, realizações e metas ao longo do envelhecer, reproduzindo os movimentos de crescimento, culminância e contração presentes no desenvolvimento biológico. A partir do estudo de 300 autobiografias coletadas no início da década de 1930, a autora observou um caráter não linear do desenvolvimento, marcado por dinâmicas concorrentes de ganhos e perdas e por constantes recorrências às condições vivenciadas no passado, ainda que este processo varie nos âmbitos intra e interindividual (Bühler, 1935).

A **Teoria de Fases do Desenvolvimento Psicológico ao Longo da Vida**, desenvolvida por Carl Jung (1875-1961), busca compreender a vida em sua extensão máxima, dividindo-a em duas metades. A primeira metade contempla a infância, adolescência e vida adulta inicial, e apresenta como meta predominante o envolvimento com o mundo externo e a vontade de se tornar sujeito no mundo; isto é, expandir o *self* (Tomé & Formiga, 2020). A segunda metade se inicia por volta dos 40 anos, na meia-

idade, e é marcada pela contração produtiva advinda de processos de revisão de vida, busca de autoconhecimento e autoaceitação (Neri, 2013), favorecendo a adesão do adulto às metas de diferenciação e integração do *self*, e de conciliação entre os seus aspectos reprimidos (sombra) e as possibilidades de novas contribuições à sociedade (*persona*).

Uma outra teoria psicológica clássica seria a **Teoria das Tarefas Evolutivas/da Atividade**, proposta por Havighurst (1900-1991). O autor compreende as ditas tarefas evolutivas como os obstáculos normativos enfrentados de acordo com o avanço da idade cronológica, entendendo-as como uma produção conjunta da maturação biológica, aspectos de personalidade e pressão cultural-social (Seiffge-Krenke & Gelhaar, 2008; Manning, 2010). As tarefas evolutivas seriam, na prática, todas as habilidades e conhecimentos que se espera de um sujeito em determinado momento de sua vida, envolvendo sete pilares fundamentais: crescimento físico, desempenho intelectual, ajustamento emocional, relacionamento social, atitudes diante do eu, atitudes diante da realidade e formação de padrões e valores.

Sucesso nas tarefas evolutivas implica na satisfação e na eficácia diante dos próximos desafios normativos. De acordo com a teoria, existem seis estágios evolutivos durante o curso de vida completo, e cada um possui uma tarefa evolutiva central em sua experiência, sendo a senescência marcada por obstáculos normativos relacionados à atividade (Neri, 2013). Esta perspectiva defende que, a fim de se manter um autoconceito positivo e uma boa capacidade de adaptação, a população idosa deve ser capaz de substituir os papéis sociais perdidos em virtude do envelhecimento, adquirindo novos e, com isso, preservando sua saúde física e mental.

Para além das teorias psicológicas clássicas já citadas, há a Teoria do Afastamento ou Teoria do Desengajamento que, embora também compreenda os ciclos de vida de maneira linear e processual, se destaca por ser a pioneira na investigação do envelhecimento e as relações estabelecidas entre indivíduo e sociedade. Portanto, a referida teoria será melhor abordada no próximo tópico, o qual diz respeito às teorias psicológicas de envelhecimento da segunda vertente.

Já no âmbito das teorias psicológicas de transição, há a **Teoria do Desenvolvimento da Personalidade ao Longo da Vida**, proposta por Erik H. Erikson (1902-1994). O termo *ciclo vital* foi cunhado por Erikson (Chiuzi, Peixoto & Fusari, 2011), ao se referir àquilo que se desdobra sucessivamente, compreendendo os estágios

mais avançados como pertencentes aos anteriores. Sua teoria apresenta muitos avanços ao estudo clássico do processo de desenvolvimento humano, justamente por considerar a vida humana em toda a sua extensão, bem como por defender a existência de fatores socioculturais que situam as crises evolutivas do ciclo de vida (Neri, 2012).

Em sua teoria, Erikson alega que os seres humanos vivenciam oito estágios de desenvolvimento, cada um marcado por um conflito psicossocial constituinte do ego. Na velhice, o conflito seria o da integridade do ego x desespero. D'Andrea (2012) afirma que, no curso de vida da velhice, a integridade do ego se mostra como elemento essencial na adaptação às mudanças pessoais e sociais advindas do envelhecer, e que a referida integridade só se manifestará caso as fases anteriores do desenvolvimento humano tenham sido experimentadas de maneira satisfatória.

Todavia, não se pode negar que a construção de um ego consolidado e forte está intimamente relacionada aos papéis desempenhados ao longo da vida, em comunhão com as determinações culturais que os acompanham (Piletti, Rossato & Rossato, 2018). Gênero, raça, classe social e geração são alguns fatores centrais para se compreender a complexidade do processo de formação do ego de cada indivíduo. Ainda que a Teoria do Desenvolvimento da Personalidade ao Longo da Vida tenha sido construída com foco principal nos movimentos intraindividuais, é possível expandir o olhar para as questões estruturais e sociais dos sujeitos investigados.

A outra teoria de transição, conhecida como Teoria Social-Interacionista da Personalidade na Velhice, demonstra em seus conceitos uma maior preocupação com as performances das pessoas idosas de acordo com os papéis etários e de gênero. Desta forma, ela adentra a categoria de teoria psicológica do envelhecimento da segunda vertente.

Em relação às teorias psicológicas contemporâneas sobre o envelhecimento, destaca-se como adepta à primeira vertente a **Teoria da Dependência Comportamental ou Aprendida**, elaborada por Margret M. Baltes (Baltes, 1996; Baltes & Wahl, 2009; Vilela, 2018). Partindo da compreensão de que a dependência pode assumir uma natureza comportamental em todas as fases da vida, a referida teoria busca designar padrões de dependência com duas funções básicas: (1) obter ajuda para o funcionamento em domínios prejudicados por doenças e/ou incapacidades, ou para otimizar dinâmicas para

as quais as competências estão preservadas; e (2) estabelecer o controle passivo para adquirir contato social seguro.

Neri (2013) pontua, ainda, uma terceira função da dependência comportamental, que seria a possibilidade de evitar se esforçar para alcançar níveis maiores de certas habilidades. Seguindo esta lógica, o foco da teoria não recai sobre a adequação ou inadequação dos padrões de comportamento dependente da população idosa, mas sim sobre a funcionalidade dos mesmos e sua adaptação. Tomé e Formiga (2020) reforçam, ainda, que a dependência aprendida se conjuga às expectativas de perda funcional em indivíduos envelhecidos, contribuindo para a consolidação de estereótipos negativos desta camada da população.

A **Teoria da Seletividade Socioemocional**, teoria contemporânea proposta por Laura L. Carstensen entre o fim de 1990 e o início dos anos 2000, é uma microteoria derivada do paradigma *life-span* que visa discorrer sobre o afastamento social e o declínio nas interações, na intensidade e na variedade das respostas emocionais das pessoas idosas (Neri, 2013). A teoria defende que a redução da amplitude da rede de relações sociais e da participação social na velhice seria um reflexo da redistribuição de recursos socioemocionais em decorrência da perspectiva de tempo futuro.

Sob esta perspectiva, o desengajamento não é visto como mera consequência de perdas físicas e psicológicas, pois reflete um processo de seleção ativa estabelecido pelo próprio indivíduo, cujo objetivo seria manter o conforto emocional advindo das relações sociais com maior apelo afetivo e otimizar os estados emocionais positivos (Ferreira & Torro-Alves, 2016). Dito isso, entende-se que a Teoria de Seletividade Socioemocional é de grande valia para a investigação das preferências sociais ao longo da vida.

As três teorias psicológicas contemporâneas restantes se enquadram na segunda vertente proposta para discussão. O Paradigma de Desenvolvimento ao Longo de Toda a Vida (*life-span*), a Teoria do Controle Primário e Secundário, bem como a Teoria dos Eventos Críticos do Curso de Vida, apresentam em seus princípios fundamentais de análise a conjuntura onde o sujeito se insere. Desta forma, serão detalhadas no tópico subsequente.

### 1.1.1.3. Teorias Psicológicas do Envelhecimento: Segunda Vertente

As teorias psicológicas aqui classificadas didaticamente como de segunda vertente, se enquadram nesta categoria por atribuir uma relevância significativa na análise do contexto em que as pessoas envelhecem, entendendo as condições sociais e estruturais como elementos norteadores da forma como os sujeitos se subjetivam e vivenciam seu envelhecer. A seguir, serão apresentadas brevemente suas principais ideias.

A última teoria psicológica postulada como clássica seria a **Teoria do Afastamento ou Desengajamento**, elaborada por Elaine Cumming e William E. Henry no início da década de 1960. Embora vários autores a considerem uma teoria sociológica (Doll et al., 2007; Siqueira, 2012), a Teoria do Afastamento ou Teoria do Desengajamento também pode ser interpretada como uma teoria psicológica (Neri, 2013), justamente por combinar ambas as perspectivas na análise do fenômeno estudado (Coleman, 1991).

Esta teoria foi construída pela ideia central de que o desengajamento das pessoas idosas seria um produto da socialização e, mais que isso, um requisito fundamental da estabilidade social. Sob esta ótica, é natural que essa população se afaste de seus papéis sociais e da vida adulta como um todo, pois estão lidando não apenas com preocupações em relação ao seu self, mas também com a perda de envolvimento emocional com as pessoas de seu convívio (Neri, 2013). Portanto, este movimento seria mutuamente consentido e benéfico não apenas para a camada senescente, mas para a sociedade como um todo, pois possibilita a preparação para a morte por parte da pessoa idosa, bem como a abrangência de pessoas consideradas mais eficientes por parte do Estado (Doll et al., 2007; Fontoura, Doll & Oliveira, 2015).

A **Teoria Social-Interacionista da Personalidade na Velhice**, última teoria psicológica de transição, apresenta como conceitos-chave a interação social e a socialização, sendo proposta por Neugarten (1969). De acordo com a autora, as sequências institucionalizadas de posições sociais, as restrições e permissões relacionadas aos papéis etários e de gênero, bem como as decisões e crenças sociais, são intimamente responsáveis pela forma como o curso de vida é construído e vivenciado (Tomé & Formiga, 2020).

Vale ressaltar que o curso de vida é, também, influenciado por eventos de ordem privada, tais como a noção de normalidade inerente ao próprio processo de se desenvolver e a idade subjetiva de cada um (Neri, 2013). Sendo assim, os conceitos de fases de

desenvolvimento “normal” se dão a partir da conjugação de eventos biológicos e psicossociais; ou seja, o envelhecer é caracterizado por eventos de transição de natureza biológica e sociológica, os quais se associam a tarefas evolutivas e ocorrem em momentos de transição (Neugarten, Moore & Lowe, 1965; Neugarten, 1969).

Já sobre as teorias psicológicas contemporâneas, é imprescindível destacar o **Paradigma de Desenvolvimento ao Longo de Toda a Vida (*life-span*)**, desenvolvido por Paul Baltes (1939-2006). O paradigma do *life-span* se mostra como uma das ferramentas imprescindíveis na investigação da dinâmica do envelhecimento enquanto fenômeno psicossocial. Após décadas de estudo dentro de parâmetros mecanicistas e organicistas, o *life-span* se consolida com seu caráter pluralista, considerando múltiplas dimensões do desenvolvimento humano e entendendo o referido processo como dinâmico, contextualizado e interacional (Baltes & Smith, 2004).

Em psicologia, *life-span* apresenta uma conotação de extensão da vida inteira ou de algum período específico, utilizando a idade cronológica como elemento organizador da pesquisa em desenvolvimento (Neri, 2013). Isto é, sob esta ótica, compreende-se que o desenvolvimento humano não cessa com o avanço da idade, e que não há período menos ou mais importante dentro deste processo.

Contrariamente, é defendida a existência de uma atuação concorrente de atores genético-biológicos e socioculturais dentro da trajetória do envelhecimento, marcando a velhice como uma etapa formada por movimentos únicos em prol da operacionalização sistêmica de mecanismos que promovam um envelhecimento saudável e adaptado (Baltes, Reese & Lipsitt, 1980; Baltes & Smith, 2004).

Nesta linha, entende-se que há oscilações permanentes de perdas e ganhos ao longo do ciclo de vida, variando de acordo com fatores biológicos, históricos e culturais de onde o indivíduo se insere (Aldwin, Spiro III & Park, 2006). O envelhecimento saudável estaria, portanto, vinculado ao potencial de desenvolvimento preservado pelo sujeito ao longo da vida, apresentando um equilíbrio entre limitações e potencialidades (Piletti, Rossato & Rossato, 2018).

Novamente, faz-se fulcral apontar a importância dos determinantes sociais neste movimento, uma vez que as vivências enquanto corpo marginalizado afetam diretamente na forma como os seres humanos se desenvolvem e se entendem enquanto sujeitos de

ação no mundo. Para além de mudanças físicas, sociais e psicológicas, a velhice é marcada pela interação entre essas alterações e suas condições concretas e relacionais.

A **Teoria do Controle Primário e Secundário** foi desenvolvida por Jutta Heckhausen e Richard Schulz no fim da década de 1990, e parte do pressuposto de que comportamentos de controle e sua percepção são mecanismos cruciais na adaptação, sobrevivência e desenvolvimento do indivíduo. Neste sentido, os autores traçam os conceitos de controle primário, que seria a adequação do ambiente aos próprios desejos, e de controle secundário, o qual diz respeito à adequação de si mesmo ao ambiente – sendo o primeiro responsável por atualizar o potencial de desenvolvimento do sujeito, enquanto o segundo, por minimizar e compensar as perdas em controle primário (Heckhausen & Schulz, 1995).

A teoria ainda ressalta que, frequentemente, o que está sob análise não é necessariamente a veracidade da atribuição de uma ação de controle contribuir para um resultado, mas sim a funcionalidade e a probabilidade de um ato promover adaptação (Neri, 2013). Em resumo, as estratégias traçadas no âmbito do controle secundário têm sua funcionalidade definida pelo potencial de aumentar ou reduzir o poder de ação do indivíduo sobre o controle primário, já que, com o avanço da idade, o uso do controle primário diminui, ao passo que o uso do secundário aumenta (Khoury & Günther, 2013).

Por último, a **Teoria dos Eventos Críticos do Curso de Vida**, proposta por Manfred Diehl (1999), é uma importante teoria psicológica contemporânea sobre a senescência, e tem como base a compreensão dos eventos de vida como acontecimentos que oferecem sentido às experiências de grupos etários e indivíduos. Sob esta ótica, são investigados os eventos não normativos incontrolláveis e suas consequências no curso do envelhecimento, ressaltando que a incidência de acontecimentos de alta ou baixa controlabilidade varia em função do status socioeconômico do indivíduo e da sua posição social (Neri, 2013).

Sendo assim, novamente é destacada a influência dos determinantes sociais no desenvolvimento do sujeito, haja vista que a identidade da pessoa é um fator relevante na forma como ela lida com eventos críticos, bem como na maneira que ela se insere no mundo como protagonista do próprio processo de desenvolvimento frente às pressões externas e ao seu sistema de motivação intrínseca.

Diante do que foi discutido até aqui, e partindo para além das teorias psicológicas sobre o envelhecimento em si, faz-se fulcral ressaltar que a Psicologia histórico-cultural (Vygotsky, 2001) também oferece uma base sólida para a compreensão da complexidade do processo de se desenvolver, entendendo que este movimento é propiciado pelas relações sociais, desde o nascimento, até o fim da trajetória do sujeito enquanto homem cultural. De acordo com o autor, é através da relação dialética com o mundo material que o ser humano se subjetiva, mediando e sendo mediado pela cultura onde se insere.

Sendo assim, não é um processo linear e mecânico, mas sim uma caminhada marcada por crises, contradições, rupturas, perdas e ganhos. Ainda que a própria teoria vigotskiana não apresente demarcações de uma atividade principal para a velhice, torna-se possível inferir que, a depender da cultura, o envelhecer apresenta diferentes percepções, significados e representações (Piletti, Rossato & Rossato, 2018).

Ante o exposto, é possível afirmar que os estágios de desenvolvimento são sociogenéticos; isto é, construídos pela sociedade na medida em que expectativas e normas são criadas para diferentes faixas etárias e internalizadas pela sociedade e suas instituições (Neri, 2012). Deste modo, o critério de idade não se configura como o único a ser utilizado para organizar o curso de vida. Diversos determinantes sociais atuam concomitantemente com o envelhecer na subjetivação dos indivíduos – fato esse que pode ser elucidado tanto pelas teorias psicológicas já apresentadas, quanto pelas teorias sociológicas que serão apresentadas a seguir.

### 1.1.2. Teorias Sociológicas do Envelhecimento

Tendo percorrido brevemente sobre as teorias psicológicas do envelhecer, torna-se imprescindível destacar, também, as teorias sociológicas do envelhecimento, haja vista as valiosas contribuições que esta área oferece acerca dos fenômenos sociais, etnográficos, históricos, econômicos, culturais e políticos que incidem sobre a senescência. Entre as mais diversas teorias, fica evidente que as produções sociológicas focalizam (1) as condições estruturais envolvidas na relação entre indivíduo e sociedade, também chamadas de teorias macrosociais; ou (2) as teorias microsociais, que abordam os diálogos estabelecidos entre o sujeito, seu envelhecimento e suas relações imediatas (Passuth & Bengston, 1988; Kart, 1997, Marshall & Bengston, 2011).

Dito isso, entende-se que a primeira geração de teorias sociológicas diz respeito às teorias macrossociais, ao passo que a segunda geração seria composta pelas teorias microssociais. Posteriormente, há a emergência de uma terceira geração, constituída pelas teorias que oferecem ambos os níveis de análise (Siqueira, 2012). As teorias da primeira geração surgem entre 1949 e 1969 (Teoria da Atividade, Teoria da Continuidade e Teoria do Colapso de Competência), enquanto as da segunda emergem entre 1970 e 1985 (Teoria do Desengajamento, já detalhada como teoria psicológica, Teoria da Modernização, Teoria da Estratificação por Idade, Teoria da Subcultura do Envelhecimento e Teorias Feministas do Envelhecimento). A partir de 1980, outra geração de produções aparece a fim de reformular as teorias anteriores, oferecendo análises nos níveis micro e macro (Teoria Político-Econômica, Teoria Crítica).

Primeiramente, a **Teoria da Atividade**, proposta por Cavan, Havighurst, Burgess, Albrecht e Goldhamer no final da década de 1940, propõe que a queda de quantidade e qualidade das atividades físicas e mentais seria um fator de peso no adoecimento psicológico da pessoa idosa (Doll et al., 2007). A teoria defende a hipótese denominada “fundo de sociabilidade”: afirmam que, visando manter um autoconceito positivo, o sujeito idoso deveria substituir os papéis sociais perdidos ao longo do seu envelhecer, assumindo que toda a camada idosa envelhece de maneira similar e que, deste modo, todos têm acesso, necessitam e desejam altos níveis de atividades físicas e sociais (Fontoura, Doll & Oliveira, 2015).

A **Teoria da Continuidade**, proposta por Robert Atchley (1939-2018), enfatiza o ajustamento pessoal e busca explicar como pessoas de meia-idade e idosas tentam manter suas estruturas externas e internas, partindo das estratégias já desenvolvidas ao longo da vida (Tomé & Formiga, 2020; Santos, 2020). Sendo assim, é uma teoria relacionada à estabilidade e continuidade, compreendendo a continuidade interna como dependente da preexistência de uma estrutura complexa de experiências, habilidades e ideias (Kart, 1997), ao passo que a continuidade externa estaria relacionada ao conhecimento de seu ambiente físico e social, e de suas respectivas pressões e atrações. Nota-se que os fatores estruturais e suas implicações não ganham destaque nas análises propostas por esta teoria, embora ela reconheça que desvantagens nos estágios anteriores geram consequências nas condições para a continuidade (Siqueira, 2012).

A **Teoria do Colapso de Competência** foi formulada em 1973 por Kuypers e Bengston, e entende que os referidos colapsos de competência podem decorrer das crises

frequentemente vivenciadas conforme a idade avança, tais como quadros de saúde e perda do(a) companheiro(a) (Siqueira, 2012). Frente a isso, somado a um autoconceito já vulnerável e aos rótulos postulados por cuidadores e familiares, as habilidades previamente existentes podem ser atrofiadas, resultando em um indivíduo idoso que acredite ser alguém fragilizado, como em uma profecia autorrealizadora.

A **Teoria da Troca**, baseada nas formulações de Homans e Blau (Passuth & Bengston, 1988), é centrada na concepção de que a vida social seria um aglomerado de indivíduos envolvidos em trocas sociais, os quais objetivam maximizar os lucros em suas relações através de interações recompensadoras. Sob esta ótica, a teoria defende que o sujeito idoso apresenta uma tendência a se afastar das interações sociais, uma vez que são poucos os seus recursos em comparação às camadas etárias mais jovens. Aqui, é possível identificar uma ênfase nas dimensões econômicas e racionais, negligenciando o fato de que as relações se diferem no que tange à qualidade e significado, e que muitas podem ter como base motivações emocionais ligadas ao afeto, amor, apego, entre outros.

A **Teoria da Modernização** tem como princípio fundamental o estruturalismo funcional, e foi construída por Cowgill e Holmes em 1972, sendo revisada dois anos depois. Esta teoria visa descrever a relação entre o processo de industrialização/modernização e as mudanças experimentadas nos papéis sociais e status da pessoa idosa, entendendo o contexto histórico e cultural suas transformações estruturais (Doll et al., 2007). Os autores defendem que o status da pessoa idosa está ligado ao nível de industrialização da sociedade, sendo essa relação inversamente proporcional: quanto maior o nível de modernização, menos status o sujeito idoso possui (Ferreira, 2005).

De acordo com a Teoria da Modernização, esse fenômeno ocorre devido à quatro fatores: tecnologia científica aplicada à produção econômica, urbanização, alfabetização e educação intensiva e tecnologia de saúde (Siqueira, 2012). A teoria recebe críticas por presumir a existência de uma “idade de ouro” em contextos pré-industriais, bem como por não conceber o processo de modernização como algo dinâmico e transformacional. Além disso, não incorpora os determinantes sociais no estudo do envelhecimento.

A **Teoria da Estratificação por Idade** foi desenvolvida nos últimos 35 anos, localizando-se entre a segunda e terceira gerações das teorias sociais (Bengston, Burgess & Parrot, 1997). Suas principais proposições envolvem (1) o estudo do movimento das

coortes de idade ao longo do tempo, objetivando a identificação de padrões similares e diferentes entre elas; (2) a investigação da assimetria entre transformações estruturais e individuais no decorrer da vida; e (3) a análise da interdependência entre as coortes de idade e as estruturas sociais do contexto onde elas se inserem (Siqueira, 2012). Portanto, considera-se que cada coorte é única, marcada por características específicas e eventos particulares, não se debruçando ao fato de que a idade tem suas dimensões subjetivas, e pode não ser experimentada de igual forma por indivíduos distintos.

Para situar um indivíduo na estrutura por idade, a teoria postula que se deve levar em conta a dimensão do curso de vida, refletida pela idade cronológica e as experiências advindas dela, e a dimensão histórica, constituída pelo período no qual o indivíduo vive sua trajetória. Frente à crescente expectativa de vida da população acima dos 65 anos, é possível notar a falta de estruturas sociais, econômicas e políticas adotadas para proporcionar um envelhecimento saudável e de qualidade para a população – fato esse que pode ser observado na realidade brasileira ainda hoje, mais de 20 anos após o referido estudo, haja vista a falta de planejamento estatal para a senescência (Souza & Machado, 2018) e a emergência de estereótipos negativos direcionados à camada idosa (Neri, 2013).

A **Teoria da Subcultura do Envelhecimento** pontua que as pessoas idosas norte-americanas, a depender de transformações demográficas, ecológicas e sociais, estão constituindo uma subcultura própria como resultado de suas crenças, exclusão social e interesses comuns (Siqueira, 2012). Essas normas e valores específicos são estabelecidos como estando acima de dispositivos de gênero, raciais e de classe, uma vez que mudanças biológicas, diferenças geracionais e expectativas sociais colaboram sobremaneira com a segregação da população idosa (Kart, 1997). Ademais, a presente teoria defende que tal subcultura reforça um autoconceito negativo, ainda que contribua com o senso de pertencimento à um grupo específico. Vale ressaltar que o nível microssocial não é considerado apropriadamente (Passuth & Bengston, 1988), haja vista a ênfase na percepção de terceiros em relação ao envelhecimento, desconsiderando as forças sociais que atuam sobre os comportamentos.

As **Teorias e Perspectivas Feministas do Envelhecimento** tiveram origem na década de 1970 e são consideradas difusas (Bengston, Burgess & Parrot, 1997), uma vez que sua ênfase na diversidade as tornam diferentes das tradições teóricas únicas consolidadas. Seguindo esta linha de raciocínio, as teorias feministas defendem que o gênero impacta diretamente na experiência de envelhecimento de mulheres idosas (Motta,

2015), e que, devido a isso, este deveria ser o principal enfoque na investigação do envelhecer. Desta forma, o nível microssocial adquire relevância na investigação da relação entre essas pessoas idosas e sua rede social, ao passo que a dimensão macrossocial se encarrega de estudar as estratificações por gênero e suas estruturas de poder.

Pode-se afirmar que estas teorias feministas assumem grande importância no estudo do envelhecimento, já que apresentam uma compreensão multifatorial sobre as diferenças dentro do envelhecer. A partir delas, outros determinantes sociais podem ser destacados no nível de análise: raça, classe social, religião, origem, entre outros. Através da investigação das mais diversas especificidades, torna-se viável construir conhecimentos fiéis às múltiplas realidades encontradas no Brasil e mundo afora.

Há também a **Teoria do Construcionismo Social**, muito utilizada em pesquisas recentes na área do envelhecimento, apresentando como foco o estudo do comportamento do sujeito dentro das estruturas sociais (Vasconcelos et al., 2010; Siqueira, 2012). Esta teoria se mostra como uma ferramenta interessante de análise, justamente por abordar significados, realidades e relações como dimensões imprescindíveis no processo de investigação da experiência (Manfrim & Rasera, 2016). Sua proposta é compreender os movimentos individuais de envelhecimento enquanto fenômenos influenciados pela estrutura social onde o ser humano se insere, examinando os elementos emergentes em seu discurso e analisando-os à luz das situações de vida específicas vivenciadas por cada um.

A **Teoria Político-Econômica do Envelhecimento**, por sua vez, surge como uma reação ao estruturalismo funcional, e tem sua origem no marxismo, na teoria crítica e na teoria do conflito de Simmel, fazendo uso de conceitos provenientes da economia (Siqueira, 2012). Segundo suas contribuições, há de se enfatizar a interação de forças políticas e econômicas no estudo da alocação de recursos sociais da população idosa, já que a experiência do envelhecer é moldada a partir de restrições ocorridas em ambas essas dimensões (Marshall & Bengston, 2011).

Walker (1999) apresenta um importante diálogo entre políticas públicas e a construção social do envelhecimento. O autor alega que as tradições e perspectivas liberais moldam as propostas de políticas públicas, visando uma configuração de “Estado de bem-estar social” nas sociedades industriais. O aumento do quantitativo e da longevidade da população idosa implica na constituição de um novo grupo de interesse,

com demandas específicas frente aos novos desafios sociais advindos do processo de urbanização e industrialização.

Conforme já citado brevemente, a lógica liberal presente em sociedades capitalistas projeta representações sociais acerca da velhice, as quais incluem a ideia de declínio, improdutividade, dependência, ônus econômico (Jardim, Medeiros & Brito, 2006). Tais concepções migram para a esfera das políticas públicas, sendo operadas com base no “Estado de bem-estar social” em três momentos distintos: (1) entre 1940 e 1970, quando as pessoas idosas eram consideradas um problema social; (2) entre 1970 e 1980, período em que as políticas públicas enxergam a população idosa como um obstáculo econômico; e (3) a partir dos anos 1980, onde perspectivas otimistas e pessimistas podem ser encontradas, compreendendo o envelhecer como um processo de ônus econômico, porém acompanhado de possibilidades flexíveis para que esta camada se mantenha em atividades econômicas produtivas (Siqueira, 2012).

Bem como nas Teorias e Perspectivas Feministas do Envelhecimento, os autores destacam os determinantes sociais como elementos inscritos nas vivências dos sujeitos, ainda que o nível microsocial não seja tratado aqui com o mesmo nível de profundidade. Para além do gênero e geração, a Teoria Político-Econômica do Envelhecimento identifica classe, etnia e raça como fatores valiosos na compreensão acerca dos processos de desenvolvimento humano, focalizando no papel das dinâmicas estruturais, muitas vezes institucionalizadas, que limitam as possibilidades de um envelhecimento saudável.

Por fim, a **Teoria Crítica** se enquadra como a última teoria sociológica do envelhecimento a ser abordada no presente capítulo. Bengston, Burgess e Parrot (1997) afirmam que a Teoria Crítica sofreu influências da abordagem político-econômica marxista, bem como do pós-estruturalismo foucaultiano. Sua ênfase está localizada em dois âmbitos: estrutural e humanístico, lançando mão dos conceitos de poder, significados sociais e ação social no seu nível de análise. Dito isso, esta teoria busca articular a subjetividade do envelhecimento, a práxis, a produção de conhecimento científico acerca deste fenômeno e as críticas à maneira como as esferas científicas, políticas, culturais e econômicas ignoram a força e a diversidade do envelhecer, promovendo modelos negativos desta etapa do curso de vida.

O objetivo deste capítulo de dissertação não se constitui em explorar a fundo as referidas teorias, mas sim oferecer um panorama sobre como a construção do

conhecimento acerca da velhice se deu nas últimas décadas. Ante o exposto, sabe-se que não há uma única grande teoria que explique o envelhecimento como um todo, mas sim diversas microteorias que, conjuntamente, possibilitam uma compreensão maior acerca das relações estabelecidas entre geração, cultura e estruturas sociais.

Para fins didáticos, as microteorias aqui brevemente expostas foram organizadas em uma tabela (Figura 1), seguindo a categorização proposta. Não obstante, é importante frisar que essa tentativa se deu a partir da dificuldade em localizar as referidas informações de maneira sistematizada na literatura da área, visto que existem muitas divergências sobre tais conceituações e aplicações. Ainda que possam surgir dúvidas, questionamentos e indagações acerca da maneira em que as teorias foram aqui expostas, este foi um exercício didático de organização; ou seja, uma proposta de apresentação, partindo do próprio processo de estudo e investigação dos trabalhos científicos já construídos e publicados sobre a temática.

Frente a isso, percebe-se que a Psicologia pouco se apropriou desta discussão quando comparada ao quantitativo de produções da gerontologia, medicina e sociologia, embora este debate venha ganhando cada vez mais destaque nas teorias psicológicas, como ilustra a própria Psicologia do Envelhecimento.

Desta forma, é inegável a grande contribuição que estes autores proporcionaram para o estudo da velhice, ainda que a realidade sociodemográfica desta população tenha sofrido alterações significativas desde então. Faz-se fulcral pontuar que a camada idosa de hoje, século XXI, é diferente da população idosa do início da década de 1940, quando as primeiras teorias ganham forma. Além disso, não se pode apreender os contextos da população idosa estadunidense e europeia como universais: é necessário o constante exercício de investigar as peculiaridades de ser brasileiro e latino-americano, a fim de utilizar as teorias como grandes aliadas no entendimento dessa subjetivação, sem anular as especificidades culturais, econômicas, sociais e políticas do Brasil.

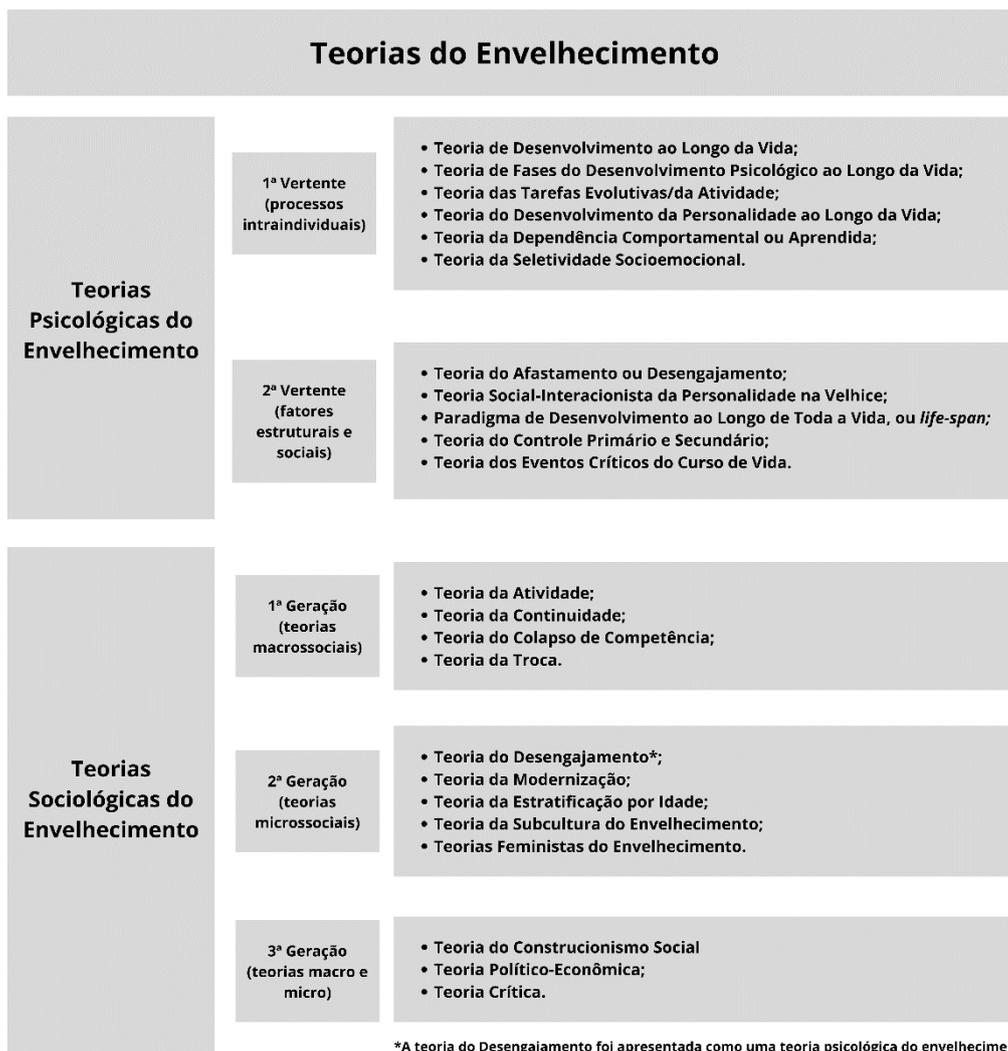


Figura 1: Esquema com as Teorias Psicológicas e Sociológicas do Envelhecimento  
(Fonte: elaboração própria da autora da presente dissertação)

### 1.2. Pessoas Idosas Brasileiras: que velhice é essa?

*Eu gosto dos meus cabelos brancos, das minhas rugas;*

*Gosto, são minhas;*

*O tempo me deu, mereci;*

*Envelhecer é privilégio.*

*(Entrevista concedida ao Estúdio I – Maria Bethânia)*

O envelhecimento já pode ser considerado um fenômeno mundial. No Brasil, esta realidade não é diferente. Dados de pesquisas nacionais sugerem que, em 2010, existiam em média 39 pessoas idosas para cada grupo de 100 jovens, e que, em 2040, este número se multiplicará significativamente: 153 indivíduos idosos para cada 100 jovens (Miranda, Mendes & Silva, 2016). Essa inversão da pirâmide etária se torna possível através da conjugação entre a redução proporcional da taxa de fecundidade e o aumento da expectativa de vida da população (Kalache, 1987).

O envelhecimento populacional brasileiro teve início entre as décadas de 1950 e 1960 com a queda das taxas de mortalidade e, posteriormente, com o decréscimo das taxas de natalidade, impactando imediatamente na configuração social nacional (Alves, 2008; Saad, 2016). Em meados de 1920, a expectativa de vida do brasileiro era de 35,2 anos; já em 2010, a mesma girava em torno de 73,9 anos (Ottoni, 2020) e, em 2017, a média era de 76 anos de idade (IBGE, 2018). A partir dessa transformação expressiva, novas demandas e especificidades emergem, atraindo os olhares do Estado e promovendo debates científicos sobre a senescência.

Inicialmente, vale ressaltar que o Brasil é um país cujo crescimento populacional se deu de forma extremamente acelerada. Em 1950, o país possuía cerca de 52 milhões de habitantes; enquanto em 2019, a estimativa era de uma população aproximada de 210 milhões de cidadãos (IBGE, 2019a). Isto é, em quase 70 anos, o contingente populacional brasileiro quadruplicou, aumentando em 404%.

Paralelamente, houve também um crescimento da população senescente brasileira: em 1991, esta camada era constituída por aproximadamente 11 milhões de pessoas; porém, em 2019, a previsão era que o país já contasse com mais de 28 milhões de sujeitos idosos. Há, ainda, uma estimativa de que as pessoas idosas representarão 18,6% da população até 2030, e que, em 2050, a parcela 60+ constituirá 1/3 da população nacional (IBGE, 2019a). Sendo assim, entende-se que a parcela idosa vem se tornando cada vez mais significativa em âmbito nacional (Ottoni, 2020).

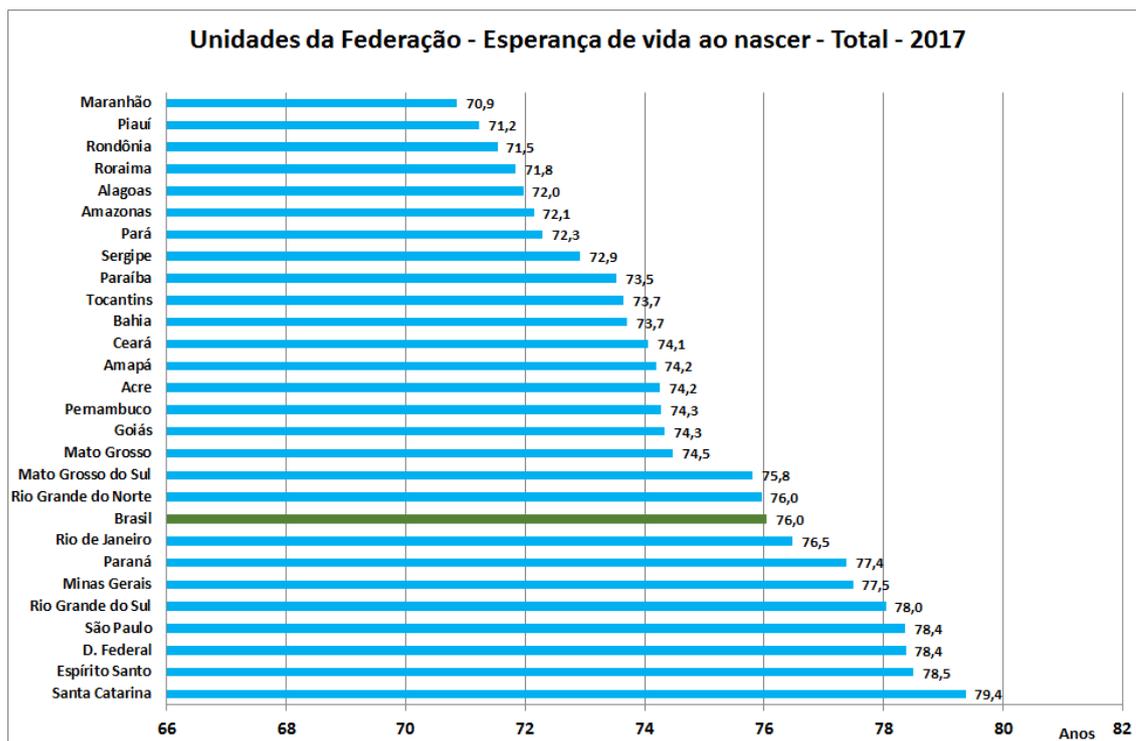
Sabendo que a presente pesquisa será realizada no Distrito Federal, torna-se importante discorrer sobre a configuração da população idosa residente em Brasília e suas cidades satélites. De acordo com o estudo “*Retratos Sociais do DF*” realizado em 2018, o Distrito Federal abarca 2.881.854 habitantes, sendo 303.017 pessoas com 60 anos ou mais. Ou seja, 10,5% da população geral do DF é composta por pessoas idosas, e 40%

desta camada social vive nas Regiões Administrativas (RAs) de Ceilândia, Plano Piloto e Taguatinga – cada uma com mais de 30 mil pessoas acima dos 60 anos (CODEPLAN, 2018). Sobre a divisão das faixas etárias, o estudo também expõe que 59,7% da camada idosa residente do Distrito Federal tem entre 60 e 69 anos, 28,6% entre 70 e 79 anos, e 11,7% possui 80 anos ou mais.

Em consonância com a feminização do envelhecimento brasileiro, a maioria da população idosa do DF também é do sexo feminino: uma parcela expressiva de 57,9%. Além disso, a pesquisa aponta que a camada idosa negra é predominante nas RAs com renda familiar mais baixas, enquanto a população idosa branca é proporcionalmente maior nas Regiões Administrativas de renda média-alta e alta (CODEPLAN, 2018). Outrossim, é relevante pontuar que apenas 2,5% da população acima de 60 anos residente no Distrito Federal nasceu, de fato, em alguma das RAs. Um contingente de 43,3% da camada 60+ do DF migrou da Região Nordeste, e estima-se que mais da metade dos habitantes idosos das Regiões Administrativas de renda média-baixa e baixa seja composta por esses migrantes. Contrariamente, o estudo pontua que 47,1% das pessoas idosas que habitam RAs de alta renda são naturais do Sudeste.

Ante o exposto, fica evidente que o Distrito Federal, enquanto uma das 27 unidades federativas do Brasil, abarca diversas possibilidades de envelhecimento enquanto etapa de desenvolvimento humano. Compreendendo o Brasil como um país de extensões continentais, com uma vasta pluralidade de culturas, cenários políticos, sociais e econômicos, surge a pergunta: que velhices são vividas aqui?

Portanto, é imprescindível uma análise que considere o contexto em que a pessoa idosa está inserida. Sabe-se que, no Brasil, há cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul – cada uma com suas múltiplas especificidades. Por ser um país marcado por profundas desigualdades, o desenvolvimento do sujeito pode ser impactado pela região em que ele nasceu e/ou amadureceu. Um elemento central na discussão da senescência é a expectativa de vida, que varia significativamente a depender da região, estado e cidade. Este fato pode ser ilustrado pela imagem a seguir, construída com base nos dados apresentados pelo IBGE:



*Figura 2: Expectativa de Vida ao Nascer no Brasil (IBGE, 2018)*

Conforme exposto na imagem, nota-se que todos os estados das regiões Norte e Nordeste se localizam abaixo da média nacional de expectativa de vida, ao passo que todos os estados concentrados nas regiões Sul e Sudeste estão posicionados acima da mesma. Esses dados coadunam com as informações apresentadas pelos censos demográficos realizados pelo IBGE (1991; 2000; 2010) e pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil (Atlas Brasil, 2013), que apontam o Norte e Nordeste como as regiões com os menores Índices de Desenvolvimento Humano do país, estando sempre abaixo da média nos índices gerais. Vale destacar que, ainda que um novo censo demográfico tenha sido realizado no ano de 2022, a divulgação dos resultados está prevista para ocorrer até o ano de 2025. Ou seja, existem dados mais recentes; porém, estes ainda não estão disponíveis para análise e discussão.

A crise sanitária ocasionada pelo vírus da COVID-19, decretada como situação pandêmica em meados de março de 2020, é apontada por estudiosos como fator responsável pelo declínio de expectativa de vida ao nascer em 2020 de 1,94 anos (Castro et al., 2021). Segundo os autores, essa redução se deu de maneira mais significativa para homens, haja vista que homens idosos apresentaram uma mortalidade maior em decorrência da COVID-19. Desta forma, a lacuna entre a expectativa de vida ao nascer de homens e mulheres ampliou em 2,3%. Quanto à expectativa de vida aos 65 anos, esse

abismo é ainda maior: 5,4%. Isto significa que a pandemia, em menos de dois anos, ocasionou uma regressão nos índices de desenvolvimento humano brasileiro conquistados ao longo de quase uma década, atingindo especialmente camadas mais vulneráveis às desigualdades sociais (Da Silva et al., 2022).

No que diz respeito à distribuição da população idosa no país, as estimativas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD (2012) apontam a região Sudeste como a distribuição territorial que mais abriga pessoas idosas no país, uma vez que mais de 46% da camada senescente brasileira está concentrada em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Em segundo lugar, aparece a região Nordeste, a qual abriga cerca de 27% da população idosa nacional. A região Sul apresenta em torno de 16% da camada senescente, seguida pelas regiões Centro-Oeste e Norte, tendo cada uma aproximadamente 5% da camada senescente brasileira. Frente a isso, percebe-se que, conjuntamente, as regiões Sudeste e Nordeste abarcam cerca de 73% dos sujeitos idosos brasileiros, sendo este um fator importante na elaboração de políticas públicas envolvendo a referida camada social.

Essa análise torna-se mais minuciosa ao estratificar a população idosa em faixas etárias (60-70, 70-80, 80+). Em 2010, mais da metade da camada idosa brasileira era composta por pessoas entre 60 e 69 anos. Em seguida, as pessoas com idade entre 70 e 79 anos, as quais ocupam 30,6% da totalidade das pessoas idosas. Por último, há a camada idosa mais envelhecida, acima dos 80 anos (IBGE, 1991; 2000; 2010).

A partir dos censos demográficos citados, é possível perceber um tímido crescimento do quantitativo de pessoas acima dos 80 anos: em 1991, elas representavam em média 10,6% da camada senescente nacional, aumentando para 14,3% em 2010. Destarte, pode-se afirmar que, para além da ampliação em termos percentuais, há também um envelhecimento da própria população idosa no Brasil (Ottoni, 2020).

Além dessas transformações expressivas, observa-se um caráter feminino no envelhecer brasileiro, uma vez que o aumento da camada idosa nacional é protagonizado por mulheres (Küchemann, 2012). Este processo, denominado como feminização da velhice, é compreendido não apenas sob a ótica demográfica proporcional, mas também como um fenômeno marcado por sentidos e significados complexos advindos do elemento “gênero” como um determinante social (Lins & Andrade, 2018). Ou seja, o processo de feminização do envelhecimento é um movimento multifacetado, englobando

as mais diversas desigualdades e opressões às quais mulheres são submetidas conforme envelhecem (Cepellos, 2021).

Nos censos demográficos utilizados para análise (IBGE, 1991; 2000; 2010), é destacado o dado de que a população idosa brasileira do sexo feminino corresponde a 54%, 55% e 55,5% da totalidade, respectivamente. Ottoni (2020) defende que uma possível explicação para essa feminização do envelhecimento seja o fato de que, em geral, mulheres tendem a cuidar mais da sua saúde, e apresentam menor probabilidade de falecerem por causas externas, tais como assassinatos e acidentes. Dito isso, e a partir das projeções populacionais realizadas pelo IBGE (2018), estima-se que, até 2060, a camada senescente brasileira se configure da seguinte maneira:

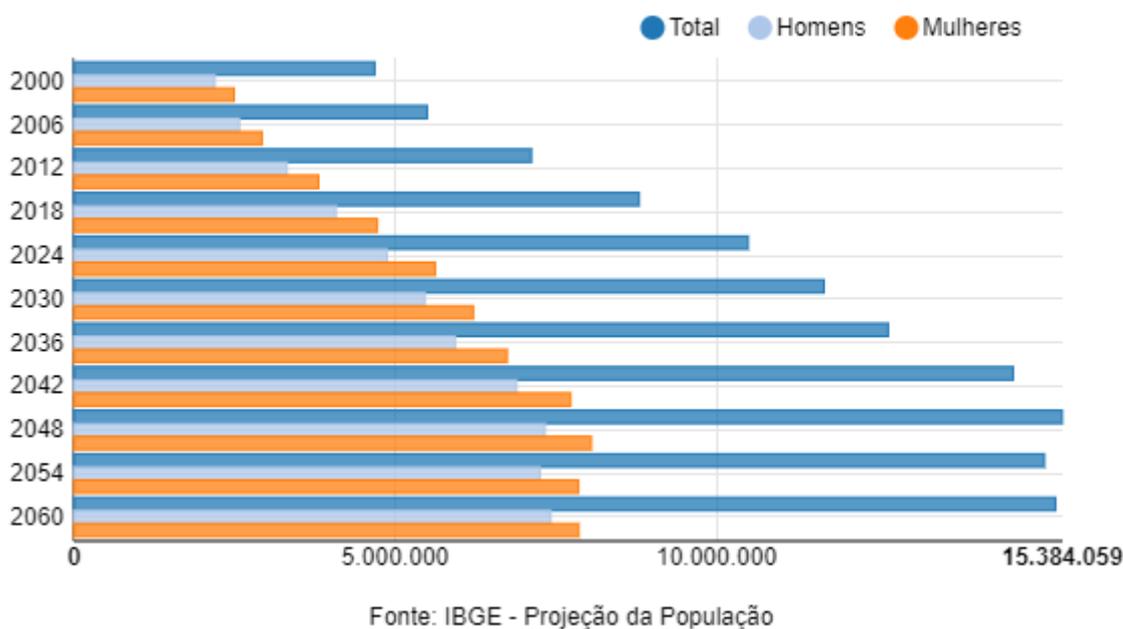


Figura 3: Projeção Populacional até 2060 – 60 a 64 anos (IBGE, 2018)

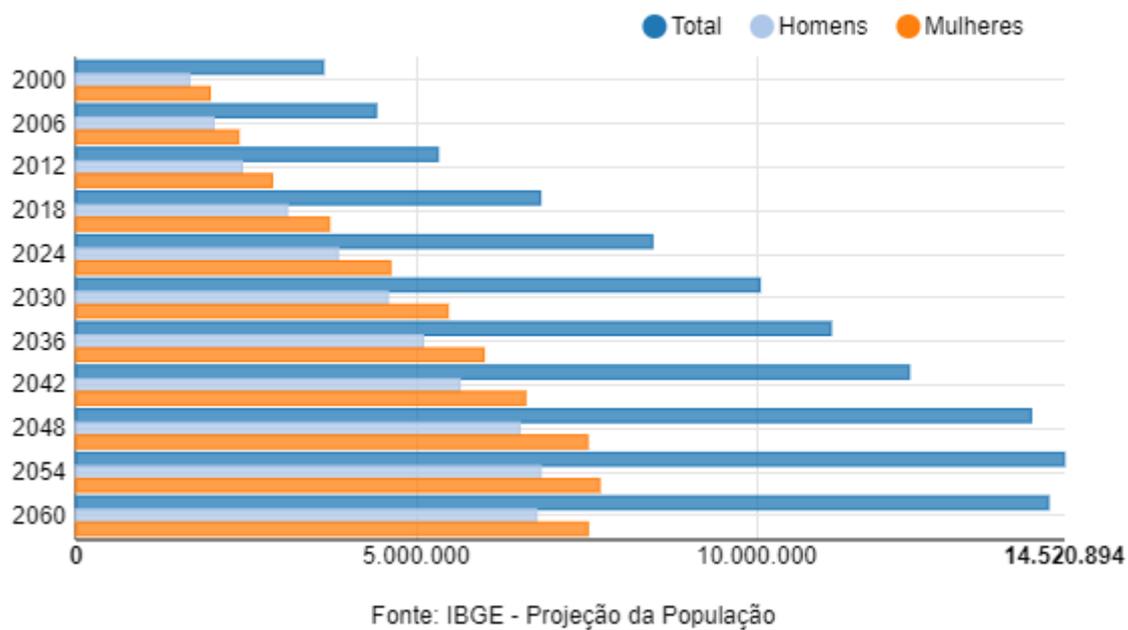


Figura 4: Projeção Populacional até 2060 – 65 a 69 anos (IBGE, 2018)

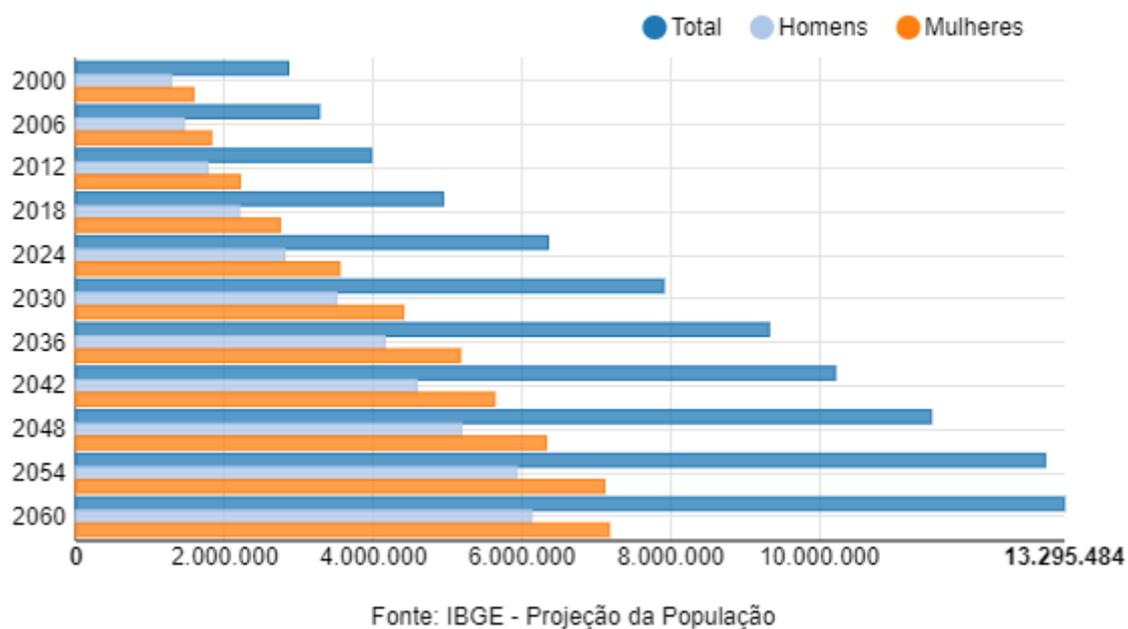


Figura 5: Projeção Populacional até 2060 – 70 a 74 anos (IBGE, 2018)

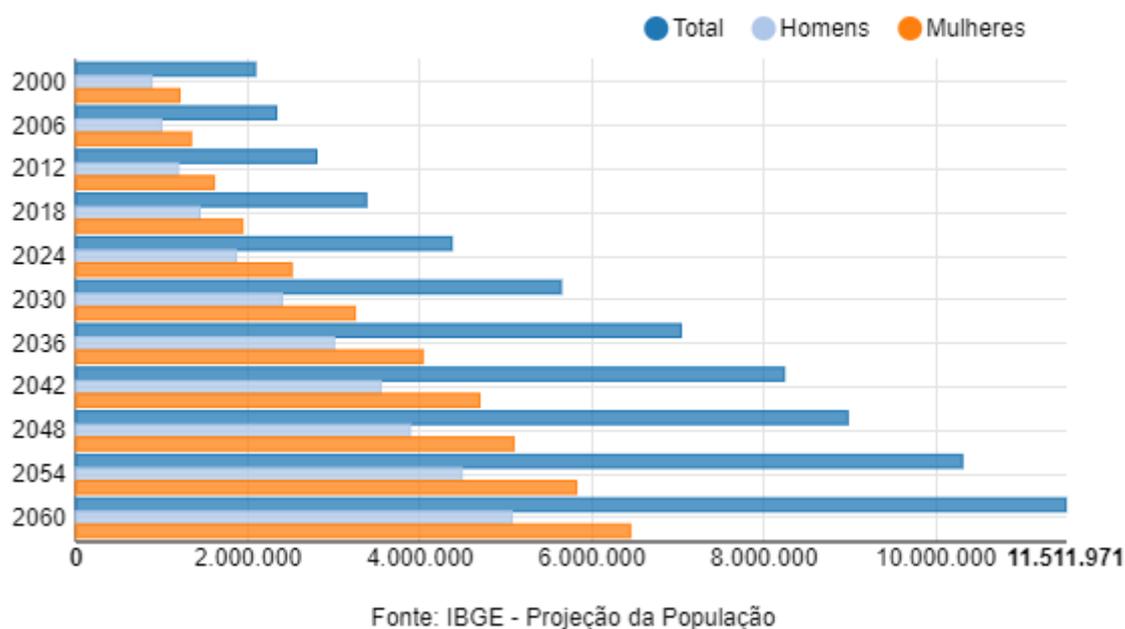


Figura 6: Projeção Populacional até 2060 – 75 a 79 anos (IBGE, 2018)

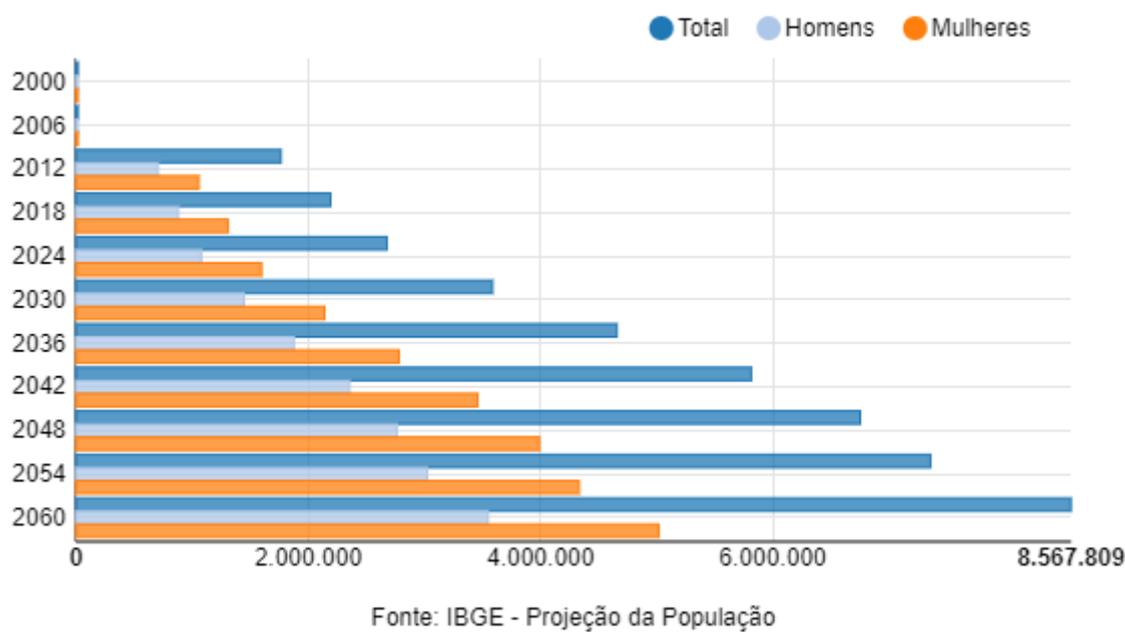


Figura 7: Projeção Populacional até 2060 – 80 a 84 anos (IBGE, 2018)

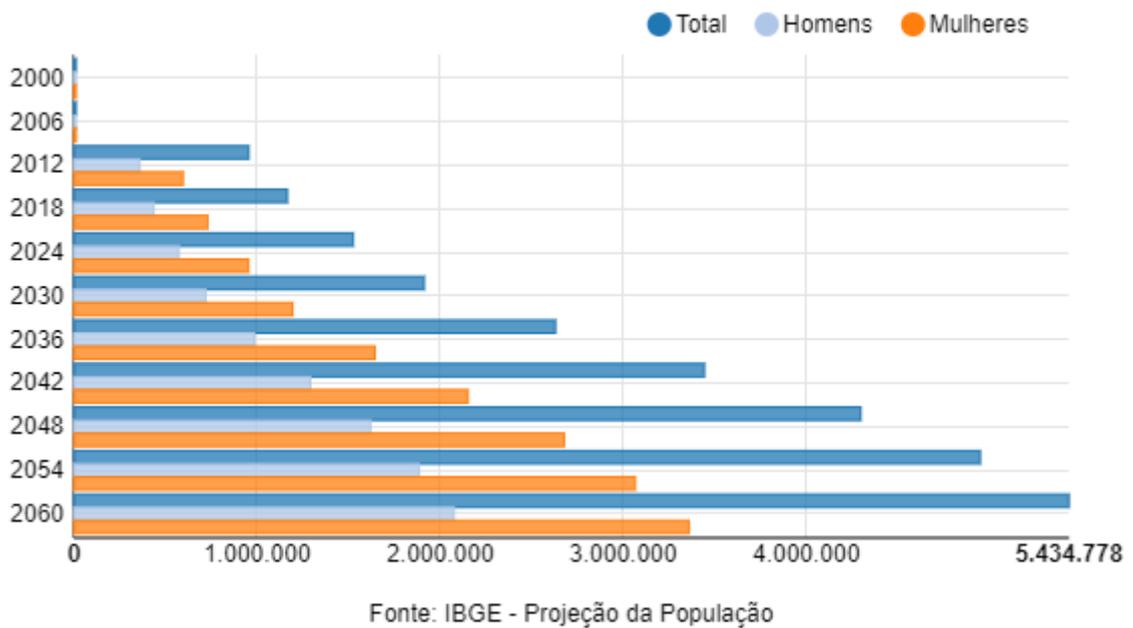


Figura 8: Projeção Populacional até 2060 – 85 a 89 anos (IBGE, 2018)

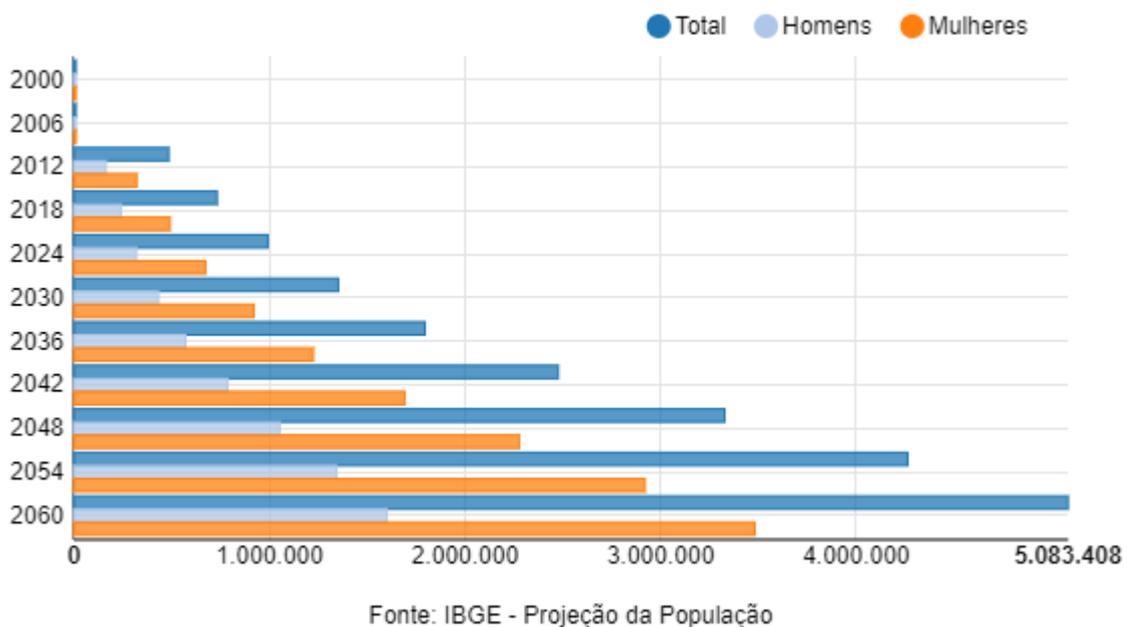


Figura 9: Projeção Populacional até 2060 – 90 anos ou mais (IBGE, 2018)

A partir dos gráficos apresentados acerca das projeções populacionais, é possível notar que, conforme os sujeitos envelhecem, aumenta a lacuna entre a população do sexo masculino e feminino. Em outras palavras, entende-se que mulheres envelhecem proporcionalmente e quantitativamente mais que os homens, caracterizando o fenômeno da feminização da velhice, que tende a se manter pelas próximas décadas.

Ante o exposto, pode-se afirmar que o envelhecimento brasileiro é acelerado, crescente, regionalista e feminino. Embora a expectativa de vida no Brasil tenha aumentado consideravelmente ao longo do último século, é evidente que os múltiplos contextos em que os indivíduos amadurecem, bem como os determinantes sociais que se inscrevem em seus corpos, impactam diretamente na forma como estes anos de vida acrescidos são vivenciados. Desta forma, urge a necessidade de maiores investigações sobre as especificidades desta etapa do desenvolvimento humano.

Conforme já abordado previamente, houve uma série de mudanças envolvendo os paradigmas adotados no estudo da velhice (Ribeiro, 2015). De um lado, os teóricos da primeira vertente, que entendiam o envelhecimento como um movimento marcado por perdas, dependência e vulnerabilidade. Do outro, estudiosos de segunda vertente, defensores da ideia de que o Estado é capaz de promover um envelhecimento ativo, saudável e bem-sucedido – ideia essa que será defendida nesta dissertação de mestrado, a partir da análise de conjuntura de parte da população 60+.

A Organização Mundial de Saúde postula o envelhecimento ativo como a otimização da participação social, segurança e saúde da pessoa idosa, assegurando a qualidade de vida à medida em que os sujeitos envelhecem (OMS, 2005). Atualmente, há paradigmas de pesquisa em envelhecimento que oferecem um panorama de que o ato de envelhecer está associado a um bom nível de saúde, não necessariamente implicando em doenças decorrentes do acúmulo de idade (Miranda, Mendes & Silva, 2016). Ou seja, a palavra “ativo” não faz referência apenas à capacidade produtiva ou à prática de esportes em termos de preservação de saúde, mas sim à participação plena em assuntos dos mais diversos âmbitos: sociais, cívicos, culturais, econômicos e espirituais (Saad, 2016).

De acordo com essa perspectiva, é ressaltada a importância de se planejar uma sociedade pensada por e para pessoas idosas, acolhendo-as como membros protagonistas de sua configuração. Conforme exposto por Veras (2009), o prolongamento da expectativa de vida só pode ser considerado uma conquista se os indivíduos estiverem envelhecendo bem, com a preservação de suas capacidades funcionais, autônomas e de autossatisfação. Envelhecer de maneira satisfatória envolve, portanto, uma série de questões.

Ribeiro (2015) destaca alguns elementos considerados cruciais no envelhecimento ativo, tais como: fatores econômicos, promoção de saúde e prevenção de doenças,

educação, genética, condições de trabalho, gênero, cultura, entre outros. Nesta dissertação de mestrado, o elemento “raça” também será abordado como determinante social imprescindível na análise do envelhecer no Brasil e, mais especificamente, no Distrito Federal. Desta forma, são várias as instâncias que se relacionam e impactam na maneira como as populações envelhecem e se subjetivam com o avanço da idade.

Sendo assim, torna-se urgente a elaboração de políticas e intervenções estatais que satisfaçam as demandas emergentes da população idosa brasileira. Para tanto, deve-se reforçar a investigação dos mais diversos processos envolvidos no ato de envelhecer, compreendendo este fenômeno não como uma etapa configurada meramente por prejuízos e declínios inevitáveis, conforme ditado pelas visões reducionistas da primeira vertente; mas sim como uma fase diferente do desenvolvimento humano, resultante não apenas de fatores biológicos normativos, mas também de elementos sócio-históricos, seguindo os pressupostos das teorias de segunda vertente.

## Capítulo 2: Negritude Brasileira

### 2.1. Configurações da negritude brasileira

*Primeiro, sequestra eles, rouba eles, mente sobre eles;  
Nega o Deus deles, ofende, separa eles;  
Se algum sonho ousar correr, cê para ele;  
E manda eles debater com a bala que vara eles.  
(Ismália – Emicida, Larissa Luz & Fernanda Montenegro)*

Falar de Brasil é, necessariamente, falar de sua organização racista disfarçada pelo mito da democracia racial. Ainda que uma parcela significativa da população nacional acredite que a formação brasileira não se caracterizou por conflitos raciais abertos (Bernardino, 2002), não se pode negar que a crença de um país sem raças é, acima de tudo, uma utopia difundida para relativizar práticas discriminatórias e boicotar ações de reparação histórica. Então, a fim de verdadeiramente compreender a configuração social brasileira, deve-se analisar como seu crescimento econômico, político e cultural foi planejado. Isto é, há de se entender que uma nação colonizada e escravocrata constrói as opressões de raça como um pilar fundamental de seu funcionamento (Fanon, 2020).

Entre os séculos XV e XVI, observou-se o nascimento de ideais embrionários de igualdade, liberdade e universalidade na Europa Ocidental, ao mesmo tempo em que o referido continente expandia suas fronteiras através de um dos sistemas mais degradantes, cruéis e desumanos da história do planeta: a colonização (Nascimento, 2021). Grandes líderes europeus invadiam países africanos sob a justificativa de que estes eram menos evoluídos, escravizando-os em suas próprias terras, consideradas colônias europeias, ou exportando-os para a América, que viria a ser um grande palco para os horrores do regime escravocrata nos séculos subsequentes. De acordo com Nascimento (2020):

O papel do negro escravo foi decisivo para o começo da história econômica de um país fundado, como era o caso do Brasil, sob o signo do parasitismo imperialista. Sem o escravo, a estrutura econômica do país jamais teria existido. O africano escravizado construiu as fundações da nova sociedade com a flexão e a quebra da sua espinha dorsal, quando ao mesmo tempo seu trabalho significava a própria espinha dorsal daquela colônia. Ele plantou,

alimentou e colheu a riqueza material do país para o desfrute exclusivo da aristocracia branca (p. 59).

Neste sentido, o Brasil se destaca por ter sido, em 1888, o último país da América a abolir a escravidão, apenas 353 anos após a chegada do primeiro navio negreiro em solo nacional. Vale ressaltar que a abolição não se deu somente através das revoluções populares, mas também devido às forças políticas e mercantilistas, uma vez que diversos grupos abolicionistas eram, na verdade, compostos por importantes líderes comerciais ingleses que desejavam expandir suas vendas e, para isso, precisavam de mais trabalhadores assalariados nas colônias europeias (Nascimento, 2020).

Frente a isso, compreende-se que a assinatura da Lei Áurea não ocorreu por uma súbita iluminação de que negros escravizados eram seres humanos, mas sim porque os mesmos ainda eram vistos como objetos, agora à serviço de novos ideais capitalistas. Observa-se que a Lei Áurea (Lei Imperial n. 3.353, assinada no dia 13 de maio de 1888) possui apenas dois artigos: o Art. 1º, que declara extinta a escravidão em solo brasileiro; e o Art. 2º, o qual revoga todas as disposições contrárias ao primeiro. Evidencia-se, assim, a falta de uma regulamentação legislativa pelo Estado para conferir à Lei Áurea sua devida eficácia social (Monteiro, 2012), reforçando o argumento de que a abolição foi concretizada apenas para satisfazer desejos comerciais.

Seguindo essa perspectiva, Monteiro (2012) afirma que, ao mesmo tempo em que a Lei Áurea significou a libertação dos escravos como propriedade privada dos seus senhores; ela também condenou todos os descendentes de africanos a viverem como vítimas do sistema em que estavam inseridos. Isso porque essas pessoas estavam, por definição, legalmente livres, porém sem o acesso aos estudos, documentos, moradia, emprego, dinheiro, escola e a qualquer espécie de assistência social proporcionada pelo Estado. Isto é, a abolição libertou os descendentes de africanos, sem se preocupar em assegurar direitos básicos para sua sobrevivência e inserção social. Sob esta ótica, a Lei Áurea operou, na verdade, como um assassinato em massa (Nascimento, 2020).

Em outros termos, o fim formal do regime escravocrata não significou a eliminação dos seus males, ainda que essa ideia tenha sido vendida pelo Estado. Após os 338 anos de escravidão legalizada, que perduraram quase três vezes mais que o período vivenciado após a abolição, não houveram medidas de reparação histórica que

contemplassem os negros recém libertados e o futuro da comunidade negra brasileira, já que os mesmos ainda não eram compreendidos como seres humanos providos de direitos.

Parafraseando Césaire (2020, p. 24), “*colonização = coisificação*”, pois foi difundida a crença de que a colonização estava associada à civilização e à superioridade moral branca, partindo do pressuposto de que os colonizados não eram indivíduos, e sim algo aquém. Essa ideia também foi exposta por Souza (2021), quando afirma que a sociedade escravista definiu o negro como uma raça a partir da colonização. A autora defende que, desde então, o lugar social dos descendentes de africanos foi demarcado e caracterizado pela forma hostil de tratamento, pelos padrões de interação com o branco e pelo paralelo entre a cor negra e a posição social inferior. Portanto, entender a colonização é, antes de tudo, uma tarefa complexa e necessária, já que, durante estes mais de três séculos de escravidão no Brasil, o processo colonizador não se circunscreveu apenas ao âmbito do *poder*, mas também do *saber* e do *ser* (Bernardino-Costa, 2018).

Em outras palavras, a *colonialidade do poder* se refere à raça como elemento central na diferenciação entre dominadores e dominados: brancos conquistam, negros são conquistados (Quijano, 2005). Contudo, o genocídio foi para além dos corpos físicos, haja vista que os colonizadores tentaram não apenas eliminar o corpo negro físico, mas também tudo aquilo que remetia à sua presença e resistência, reforçando um ideal de embranquecimento que perdura até os dias atuais. Portanto, para além da *colonialidade do poder*, destaca-se também a *colonialidade do saber* (Mignolo, 2003) e a *colonialidade do ser* (Maldonado-Torres, 2007).

A *colonialidade do saber* diz respeito à maneira como as sociedades ocidentais postulam quais conhecimentos são válidos em detrimento de outros (Mignolo, 2003), utilizando-os como ferramenta de dominação. Conforme alertado por Césaire (2020), não se pode enquadrar como inimigos apenas os colonos flageladores e os seus governadores sádicos, mas também os jornalistas, acadêmicos, etnógrafos, teólogos e todos os demais intelectuais que desempenharam seus papéis a favor deste projeto de sociedade ocidental, apoiando o colonialismo de maneira sublime, disfarçando seus ideais de embranquecimento e supremacia branca como verdades absolutas, sob supostas evidências científicas.

Nascimento (2021) afirma que, desde os tempos da colonização, os estudiosos renomados não empreenderam tentativas sérias de estudar os negros enquanto raça. Isso

porque, de modo geral, o intelectual faz parte da elite branca, cujo interesse pela temática racial praticamente inexistiu ou, quando manifestado, tange apenas à criação de teorias mistificadoras sobre a realidade da população negra do Brasil. Segundo a autora, “não se estuda, no negro que está vivendo, a história vivida. *Somos a história viva do preto, não números*” (p. 45). A teórica entende ainda que há, dentro da história pendente do Brasil, uma história ainda por fazer: a história da raça negra.

A partir dessa contextualização, pode-se questionar os dois adjetivos atribuídos à ciência pela filosofia positivista: a neutralidade e a universalidade (Robson & Massambani, 2016). A produção científica nunca foi, não é e jamais será neutra e universal, já que tal processo é ditado pelas lógicas e interesses vigentes do Estado. Não é neutra porque confecciona teorias em prol de uma higienização social, objetivando manter a lógica colonial que divide os sujeitos entre dominadores e dominados, civilizados e selvagens, seres humanos e animais. E não é universal, pois retrata uma realidade única através de um olhar europeu colonizador, localizado em um contexto específico de desenvolvimento humano.

Deste modo, saberes tradicionais e transmitidos oralmente são deslegitimados, uma vez que a construção de conhecimento tida como correta é aquela empírica, escrita, replicável e revisada por pares. Em outras palavras, os saberes considerados universais são aqueles sob os moldes europeus, ainda que, muitas vezes, eles discorram sobre realidades que não se aplicam ao resto do mundo. Enquanto isso, tradições indígenas, africanas, muçulmanas e pertencentes às demais culturas não-eurocêntricas são desvalorizadas (Bernardino-Costa, 2018), sendo relegadas ao status de crenças superficiais, folclore ou superstição.

Como brevemente explicitado na introdução do presente trabalho, a população negra do Brasil vem produzindo há séculos através de suas músicas, pinturas, poesias, danças e demais manifestações culturais. São inúmeras as produções artísticas que contam a história do povo preto brasileiro. Entretanto, desde os anos 2000, apenas 19 trabalhos sobre mulheres negras são encontrados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Dito isso, entender a *colonialidade do saber* torna-se imprescindível para analisar os motivos pelos quais estes assuntos não chegam aos ambientes formais de ensino superior.

Já a *colonialidade do ser*, desenvolvida por Maldonado-Torres (2007), ilustra bem o princípio da coisificação abordado por Césaire (2020). Maldonado-Torres destaca a célebre frase de René Descartes, “*penso, logo existo*”, como a síntese deste processo colonizador. Isso porque, a partir da formulação de que “(eu) penso”, há a ideia de que outros não pensam e, logo, não existem. Como primeiro racionalista moderno, Descartes foi o precursor na defesa do dualismo corpo/mente, influenciando a maneira como os conhecimentos viriam a ser produzidos desde então.

Emerge, então, uma ênfase no monólogo interno como fonte do saber verdadeiro e incontestável. Supõe-se que é apenas através do pensamento que se existe e se conhece, implicando na desvalorização das sensações e percepções corporais como fontes válidas de conhecimento (Bernardino-Costa, 2018). Desta maneira, novamente percebe-se o desprezo pelas demais culturas não-hegemônicas, evidenciando o fato de que a colonização como um todo se articulou não apenas para dominar fisicamente os descendentes de africanos, mas também ideologicamente, a partir da destruição de todos os elementos que os constituíam enquanto seres humanos.

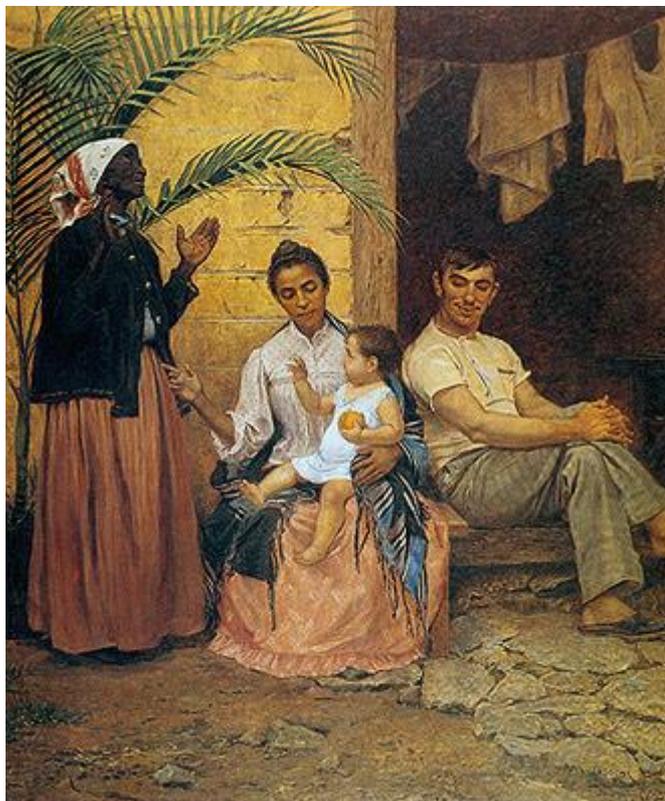
Ante o exposto, nota-se que todo este processo colonizador multifacetado e complexo funcionou em prol de uma manipulação da identidade do negro brasileiro, que hoje carece de referências sobre quem se foi, quem se é e quem se pode vir a ser. É a partir dessas dúvidas, promovidas através das crenças difundidas pela classe dominante, que outros obstáculos se consolidam, dificultando o reconhecimento da trágica história de formação do Brasil.

Seguindo esta linha, considera-se que a abolição da escravatura, bem como a Proclamação da República, foram pontos de partida para a instauração do mito da democracia racial, que teve seu aval científico conquistado em 1933 com a publicação do livro *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre (Bernardino-Costa, 2002; Nascimento, 2021). A história contada pelo autor retrata o Brasil como um território propício para a ascensão social do mulato, alegando que a miscigenação representaria altos níveis de tolerância racial e, portanto, libertaria o país de suas amarras étnico-raciais (Carneiro, 2011).

Contudo, faz-se fulcral ressaltar que tal miscigenação foi fruto de estupros, violações e manipulações sexuais com mulheres escravizadas e indígenas (Carneiro, 2011; Davis, 2016; Gonzalez, 2020; Nascimento, 2020), e não um movimento que

aconteceu consensualmente entre as partes envolvidas. Além disso, a miscigenação fundamentou o ideal de branqueamento imposto ainda nos tempos de escravidão legalizada, o qual funciona como uma espécie de darwinismo social, apostando na seleção natural em prol da “purificação étnica” (Carone, 2014).

Um exemplo desta lógica seria o aclamado quadro de Modesto Brocos y Gómez (1852-1936), pintor espanhol radicado no Brasil por aproximadamente 40 anos. A obra intitulada “*A Redenção de Cam*” (Figura 10) foi pintada em 1895, pouco após a abolição da escravatura e a instituição da República no país. Nela, observa-se uma representação visual da tese de evolução através da seleção sexual, mirando no embranquecimento da população brasileira como patamar a ser atingido.



*Figura 10: A Redenção de Cam, por Modesto Brocos, 1895 (quadro localizado no Rio de Janeiro: Museu Nacional das Belas Artes)*

Ao analisar a obra acima, é possível identificar três gerações marcadas por gradações de cor distintas. À esquerda, há a avó negra; ao centro, a mãe “mulata, morena, parda”; à direita, um homem branco considerado o suposto pai da criança, também branca, que está no colo da mulher (Lotierzo & Schwarcz, 2013). Faz-se fulcral pontuar

que, embora o olhar possa ser atraído pela figura alva do bebê no centro da tela, a narrativa da obra aborda a criança como ponto de chegada, e não de partida (Mendes, 2021).

Sob essa perspectiva, é importante ressaltar que os elementos negros da pintura são justamente as mulheres, demarcando o homem branco como o definidor do processo de miscigenação (Lotierzo & Schwarcz, 2013). Além disso, destaca-se a posição das mãos da avó, a qual se assemelha a um gesto de agradecimento à alguma divindade por ter “clareado” a família e se livrado da maldição da negritude (Mendes, 2021). Conforme exposto por Carneiro (2011), “a fuga da negritude é a medida da consciência de sua rejeição social” (p. 73).

De acordo com Nascimento (2021), a abolição da escravatura possibilitou que os negros brasileiros fossem integrados ao todo nacional; entretanto, seguidos da esperança de que a raça “evoluiria progressivamente” a ponto de, aos poucos, ficar mais “moreninha” e, com o auxílio da imigração europeia, atingir um patamar embranquecido. Cria-se uma classificação do mundo em dois: entidades pertencentes a um conceito, e todo o resto que não se enquadra no mesmo (Ferreira, 2002). Em outros termos, foi instaurada a ideia de que o branco é um modelo universal de humanidade, alvo do desejo, inveja e comparação de outros grupos raciais não-brancos (Bento, 2014).

Neste sentido, a miscigenação opera como um instrumento eficaz na manutenção dessa crença, já que este processo institui uma espécie de hierarquia cromática e fenotípica, onde os traços de negros retintos são alocados na base da pirâmide, ao passo que as características brancas ocupam o topo (Carneiro, 2011). Em resumo, quanto menos indícios físicos de um antepassado escravizado, mais próximo do ideal humano se está. Segundo Nogueira (2021), “a ideologia racial, portanto, se funda e se estrutura na condição universal e essencial da brancura como única via possível de acesso ao mundo” (p. 123). Destarte, as violências sexuais cometidas contra mulheres negras ocorreram porque estas são vistas dentro de uma categoria sub-humana, cuja função seria satisfazer seus senhores e, não obstante, embranquecer a população (Davis, 2016).

Ademais, Ferreira (2019) reforça que o argumento da mestiçagem nacional também funciona como um escudo que visa ocultar a importância da história negra na formação social, cultural e política brasileira. Afinal, ao se disseminar o princípio de que há um cruzamento de todas as raças e que, por isso, todos são iguais, perde-se a centralidade do elemento étnico-racial na análise da conjuntura no Brasil.

É evidente que um país sem classificações raciais é, também, um território onde práticas discriminatórias contra pessoas de ascendência africana são justificadas. Isso porque, ao se apagar a categoria política de raça, não surgem termos específicos para descrever as desigualdades raciais presentes na vida de negros brasileiros, e muito menos projetos governamentais para remediá-las (Collins & Bilge, 2021).

Isto exposto, pode-se entender que o mito da democracia racial, acompanhado das sutilezas das práticas de discriminação, funcionam como uma arma ideológica criada pela elite dominante (Hasenbalg, 1979). Ora, se declaradamente não existem brancos, negros, indígenas e outras raças, mas sim apenas brasileiros, é impossível que haja racismo. Deste modo, defende-se um juízo equivocado de que todos os cidadãos em solo nacional devem ser socializados da mesma maneira, evitando um conflito racial (Schucman, 2012). Assim, diante de tudo que foi discutido até aqui, como falar em um cenário favorável de ascensão social dos descendentes de pessoas escravizadas, em um país que mata, oprime e invisibiliza negros até hoje?

Mbembe (2018) cunhou o termo “*necropolítica*” para se referir ao mecanismo de poder que surge com o processo histórico colonizador, diferenciando-se do conceito de biopolítica traçado por Foucault, o qual abordava em suas pesquisas as práticas situadas em determinado tempo e espaço europeu (Negris, 2020). Segundo Mbembe, a necropolítica seria a capacidade do Estado de designar quais vidas são descartáveis, através da lógica do racismo escravocrata e, também, de uma racionalização da morte fundamentada pela defesa do “cidadão de bem”: homem branco, heterossexual, cis, rico.

Deste modo, Mbembe (2018) alega que as forças comerciais e governamentais trabalham juntas na criação de um inimigo ficcional, a fim de justificar as atrocidades cometidas contra determinada camada social. Ainda que a escravidão tenha sido oficialmente abolida e sua ideia cause repulsa em parcela significativa da população, diversos mecanismos foram criados a fim de manter presentes as crenças preconceituosas acerca dos negros: preguiçosos, bandidos, estupradores, promíscuos, entre outros (Davis, 2016; Mbembe, 2018; hooks, 2020).

Em outras palavras, os países colonizados desenvolveram mecanismos para perpetuar a escravidão, relegando os descendentes de africanos a condições sub-humanas de sobrevivência, e criando justificativas legais e científicas para aprisionar, exterminar e abandonar a referida camada social (Mbembe, 2018; Fanon, 2020). Dito isso, faz-se

fulcral pontuar que, a partir do fim da escravidão, o sistema judicial também se reorganizou para manter o controle sobre os corpos negros (Munanga, 2020), conforme será evidenciado pelos exemplos a seguir.

Em 1890, dois anos após a assinatura da Lei Áurea, o Código Penal ganhou o Decreto N° 847 (Brasil, 1890), o qual tornava ilegal a prática de capoeira em ambientes públicos sob a justificativa de uma suposta ameaça à segurança pública, criminalizando uma manifestação cultural negra e encarcerando todos aqueles que tentassem ultrapassar os limites legais. É importante ressaltar que a prisão não se dava, necessariamente, em flagrante. Ou seja, vários homens e mulheres negras foram levados à delegacia apenas por terem sido denunciados como capoeiristas, sem que estivessem de fato praticando o ato no momento (Braga & Saldanha, 2014).

O referido decreto só foi revogado anos mais tarde, em meados da década de 1930, tendo servido em prol da higienização social por quase meio século. Todavia, já em 1941, foi aprovado o Decreto N° 3.688, conhecido como Lei da Vadiagem (Brasil, 1941). Esta nova lei condenava à prisão todos aqueles que estavam entregues à ociosidade ou, em outros termos, ao desemprego – condição essa que foi imposta aos negros a partir do momento em que a abolição não abordou a reparação histórica como um pilar fundamental. Desta maneira, compreende-se que os negros foram libertados da escravidão formal, apenas para virarem réus estatais de outras formas.

Embora os dois decretos supracitados sejam do século passado, sabe-se que, atualmente, ainda existem leis que operam como dispositivos de um controle social racista. A própria Política Nacional Antidrogas (Decreto N° 9.761; Brasil, 2019) pode ser enquadrada como um dos principais exemplos a serem considerados nessa passagem da biopolítica para a necropolítica brasileira, devido ao seu caráter judicial seletivo marcado pelos pressupostos da colonização (Ribeiro Júnior, 2016; Duarte & Freitas, 2019).

Desta maneira, reconhece-se que as colônias são zonas onde guerra e desordem ficam lado a lado, ou se alternam entre si (Mbembe, 2018). Ou seja, as terras que foram colonizadas são, hoje, o local em que controles e garantias de ordem judicial se suspendem, dando espaço para que a violência se torne uma ferramenta indispensável à serviço da dita civilização. De acordo com o autor supracitado, isso se dá devido à negação racial de qualquer vínculo comum entre conquistador e conquistado. Os negros, bem como os indígenas, são considerados selvagens e, por conseguinte, animais – crença

essa que justifica as práticas de extermínio e opressão destinadas aos mesmos desde 1500, além de subsidiar todos os estereótipos atribuídos à determinadas camadas sociais.

Então, é a partir da construção desse imaginário social que se torna possível promover chacinas e relegar os negros brasileiros às piores condições de vida, pois tal tratamento torna-se aceitável “em prol de um bem social comum”. É também com base nessas ideias disseminadas, aliadas à romantização da miscigenação e à sua ideologia do embranquecimento, que o mito meritocrático da democracia racial ganha forças (Carneiro, 2011; Ferreira, 2019).

Em outras palavras, a sociedade adota a perspectiva de que toda a camada negra nacional se aloja dentro dos estereótipos supracitados, bastando esforço e dedicação para a ascensão social. Dito isso, a questão deixa de ser estrutural e passa a ser exclusivamente individual, visto que, ao longo dos séculos, foi ensinado que os corpos negros são referências negativas; um lugar de onde se deve escapar para efetivar uma mobilidade vertical ascendente (Souza, 2021). Isto é, foi disseminada a ideia de que só há um jeito de ser negro no Brasil: o ligado ao fracasso, ao servilismo, à dependência, à vulnerabilidade e à inferioridade introjetada (Carneiro, 2011).

Diante disso, fica evidente que o racismo no Brasil não foi extinto, mas sim refinado. Para além do âmbito jurídico, é possível perceber e sentir o preconceito racial nas mais diversas esferas da vida cotidiana. Conforme citado por Nascimento (2021), a tolerância com as pessoas de ascendência africana camufla um profundo preconceito racial, o qual aflora nas mínimas manifestações dentro das relações sociais, ainda que este não seja sempre tão explícito como um projeto de lei.

Frente a isso, é inegável que a história sangrenta de escravidão brasileira é recente, implicando na existência de diversas feridas ainda não cicatrizadas. Considerando que cada geração abrange cerca de 25 anos, estima-se que esta seja a quinta geração negra nascida livre no Brasil, em contraposição às quase quatorze gerações negras escravizadas em solo nacional. Segundo Du Bois (2021), o problema do século XX e XXI é, ainda, da linha de cor; isto é, a relação entre pessoas de pele clara e de pele escura na Ásia, na África, nas Américas e nas ilhas do mar.

Assim, as colonialidades do *poder*, *saber* e *ser* seguem vigentes na configuração social, política e cultural brasileira, indicando não apenas a inexistência absoluta de uma democracia racial, mas grandes lacunas a serem preenchidas a curto, médio e longo prazo

neste sentido. Isto posto, faz-se fulcral uma profunda reflexão crítica, sistêmica e contextualizada sobre como a história nacional afeta a subjetividade negra do Brasil até os dias atuais. É a partir dessa tomada de consciência, somada à uma atuação isenta de neutralidade, que tornar-se-á possível promover a emancipação de populações historicamente desfavorecidas e silenciadas.

## 2.2. *Conjugação entre gênero e raça*

*A noite não adormecerá jamais nos olhos das fêmeas;  
 Pois do nosso sangue-mulher;  
 De nosso líquido lembradiço;  
 Em cada gota que jorra;  
 Um fio invisível e tônico;  
 Pacientemente cose a rede;  
 De nossa milenar resistência.*  
 (*Ain't Got No – Luedji Luna & Conceição Evaristo*).

O Atlântico pode ser localizado como o *locus* das opressões cruzadas, uma vez que essas águas guardam em suas profundezas a história trágica das feridas coloniais (Akotirene, 2019). A partir dessa viagem transcontinental, torna-se imprescindível a análise do “Outro”: o sujeito negro, LGBTQIA+, com deficiência, indígena, mulher, não-cristão, imigrante – enfim, o indivíduo pertencente à parte dos segmentos identitários que desviam daqueles idealizados pelo colonizador.

Dito isto, não basta apenas compreender que, no Brasil, corpos pretos e pardos são vítimas de opressões estruturais. Deve-se ir além e entender como diferentes existências são afetadas de maneiras distintas, considerando a interseccionalidade no nível de análise das subjetividades negras brasileiras. Isto é, estudar a formação nacional implica na necessidade de investigar como as relações de poder se dão através das correspondências entre raça, gênero, classe, orientação sexual, geração e demais fatores presentes em uma sociedade diversa (Collins & Bilge, 2021).

A interseccionalidade é, portanto, uma ferramenta ancestral fundamentalmente construída pelas mulheres negras, a fim de entender as dimensões humanas acima das lógicas universalistas (Akotirene, 2019; Collins & Bilge, 2021). Partindo do

entendimento de que o gênero se inscreve no corpo racializado, o presente subcapítulo visa discutir a respeito da ligação entre gênero e raça, bem como sobre seus impactos na subjetivação de mulheres negras brasileiras.

Inicialmente, faz-se fulcral retornar aos numerosos estudos sobre o período colonial, visando identificar como os determinantes sociais de gênero e raça foram demarcados na época. Carneiro (2011) argumenta que a conjugação entre racismo e sexismo produz uma série de desdobramentos violentos nas mais variadas dimensões de vida das mulheres negras, e isso pode ser observado desde os tempos da escravidão. Essa ideia é corroborada por hooks (2020) quando a autora afirma que, ao se analisar a experiência retrospectiva da mulher negra escravizada, torna-se indubitável que o sexismo sempre agiu com a mesma força opressiva que o racismo.

Desta maneira, é necessário o reconhecimento de que não existe uma hierarquia de opressões (Lorde, 2019a), mas sim diversas práticas discriminatórias advindas dos mesmos ideais de superioridade que justificaram a escravidão. Gonzalez (2020) defende essa ideia ao relatar que tanto o sexismo, quanto o racismo partem de diferenças biológicas para o estabelecimento de ideologias de dominação. Audre Lorde, em um de seus ensaios, destaca este fato:

Eu aprendi que sexismo (a crença na superioridade inerente de um sexo sobre todos os outros e, assim, seu direito de dominar) e heterossexismo (a crença na superioridade inerente de uma forma de amar sobre todas as outras e, assim, seu direito de dominar) vêm, os dois, do mesmo lugar que o racismo – a crença na superioridade inerente de uma raça sobre todas as outras e, assim, seu direito de dominar (Lorde, 2019a, p. 235).

Assim, não se pode assumir uma guerra apenas contra uma opressão específica, pois participar de grupos minoritários plurais significa ser diretamente afetado por todos eles (Collins & Bilge, 2021). Os problemas enfrentados por mulheres são, também, obstáculos vividos pela comunidade negra, já que milhões de mulheres são negras, e grande parte da população negra é composta por mulheres (Lorde, 2019a). Entretanto, deve-se ater ao fato de que essa conjugação atua de modo distinto e, muitas vezes, mais violento. Portanto, o resgate histórico do passado colonial brasileiro é de suma importância para a assimilação das lógicas discriminatórias estruturadas desde então.

De acordo com Nascimento (2021), não se pode falar de colonização sem enfatizar a sua hierarquia social, que dividia as pessoas em dois grandes polos: os senhores de terras, detentores do poder político e econômico; e os escravos, que representavam a força de trabalho efetiva da sociedade. Ambos os grupos eram marcados por uma mesma dinâmica: o caráter patriarcal estrutural, refletido de maneira violenta sobre todas as mulheres brasileiras e especialmente sobre as mulheres negras, as quais pagam, até hoje, o preço desse legado português (Gonzalez, 2020; Nascimento, 2020).

Isso significa que, de uma forma ou de outra, tanto as mulheres brancas, quanto as mulheres negras foram prejudicadas desde os primórdios da história documentada do Brasil. Todavia, o paternalismo alocou as mulheres brancas no papel de esposa e mãe, cujas atividades seriam marcadas pelo ócio, mas também pelo amor, respeito e idealização da sociedade – pilares fundamentais para estabelecer uma dinâmica de exploração (Nascimento, 2021). Enquanto isso, as mulheres negras eram vistas como essencialmente produtoras, trabalhadoras na casa-grande e no campo, ativas no crescimento econômico escravocrata e, também, “fornecedoras de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro” (p. 56).

De início, as mulheres negras escravizadas não tinham o mesmo valor de mercado que os homens negros escravizados, pois esses eram mais caros e constituíam a maior parte deste comércio (hooks, 2020). Contudo, essa desproporção do quantitativo entre homens e mulheres (aproximadamente 5:1) resultou na escassez de mão de obra e, neste cenário, a mulher negra escravizada adquiriu um novo status frente aos proprietários de terra (Nascimento, 2020). Hooks (1995) afirma que:

A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregadas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (p. 469).

Além disso, estudiosos favoráveis ao sistema escravocrata viajaram à África e constataram que, naquele continente, as mulheres também trabalhavam braçalmente e,

desta maneira, poderiam ser úteis às explorações manuais no setor da agricultura. Então, a partir deste momento, o tráfico de mulheres negras escravizadas passou a ocupar uma parcela expressiva das viagens dos navios negreiros.

Hooks (2020) ainda aponta que, durante o trajeto cruzando o Atlântico, a ameaça do estupro funcionava como um método comum de tortura por parte dos colonizadores. Conforme exposto pela autora, tudo isso ocorria para que, já no percurso até a América, a personalidade africana fosse transformada em uma existência mais “dócil”, entrando em conformidade com aquilo que os colonizadores brancos entendiam como comportamento apropriado para um escravo.

Sabendo que o motivo do tráfico de escravos era unicamente a exploração econômica representada pelo lucro, fica evidente que estes eram rotulados como algo aquém da humanidade: mera força de trabalho ou objeto de satisfação. Neste sentido, a mulher africana transitava entre ambas as posições, ora atuando como serva nas atividades de engenho, ora sendo prostituída (Nascimento, 2020). Davis (2016) reforça que o estupro foi uma tática utilizada não apenas para gerar crianças que poderiam ser comercializadas ou satisfazer os desejos sádicos dos senhores de terra, mas sim, principalmente, para institucionalizar um terrorismo que tinha como objetivo desmoralizar e desumanizar as mulheres negras. E, assim, a sociedade brasileira foi construída.

Sob esta ótica, sabe-se que, embora o mito da democracia racial aponte o “mulato” como uma evidência da superação das amarras raciais em solo nacional, não se pode negar que ele é, antes de tudo, o “produto” do prévio estupro da mulher africana (Nascimento, 2020; Gonzalez, 2020). Em outras palavras, ainda que a bandeira do intercuro sexual seja frequentemente levantada pelos ideólogos da democracia racial como um grande elogio, não se pode negar que este processo é, na prática, uma norma que implicitamente dita o estupro sistemático e permanente das mulheres africanas e suas descendentes no Brasil (Nascimento, 2020).

Isso exposto, percebe-se que a violação sexual colonial, predecessora da miscigenação “tipicamente brasileira”, funcionou como o grande cimento da construção identitária brasileira (Carneiro, 2019). Não obstante, os estupros cometidos pelos senhores de engenho contra mulheres negras e indígenas resultaram na perpetração de todas as hierarquias de gênero e raça vigentes até os dias atuais. Segundo a autora:

O que poderia ser considerado como história ou reminiscência do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituída no período da escravidão (p. 313).

Diante de tamanha complexidade, é indispensável uma análise do contexto que transcenda o ato em si. Ainda que este seja um tema ignorado pelos acadêmicos que dissertam sobre a exploração sexual em massa nos tempos de escravidão legalizada, deve-se discutir o impacto político, psicológico, cultural e social na condição das mulheres descendentes de africanas (hooks, 2020).

Há uma continuidade histórica da herança escravocrata no que tange às vivências e sobrevivências da mulher negra brasileira (Nascimento, 2021). Porém, não se pode dizer que esse legado foi imposto e perpetuado apenas por senhores feudais e seus descendentes homens, os quais enxergavam corpos pretos como objetos descartáveis a serem manipulados. Em um momento histórico posterior, marcado por diversas reivindicações feministas, mulheres brancas também deixaram de lado as demandas específicas de suas companheiras negras de luta (Gonzalez, 2020).

O movimento sufragista teve seu início na Inglaterra no século XIX, expandindo-se rapidamente para o resto do mundo. Nos Estados Unidos da América, esta foi uma organização de notória visibilidade, não apenas pelas suas conquistas, como pela revelação das vias do racismo dentro de seus pressupostos básicos (Davis, 2016). Há, aqui, uma contradição, uma vez que o feminismo norte-americano foi um desdobramento de importantes contribuições do movimento negro, assumindo a ideia de irmandade pioneiramente traçada pelas organizações Black Power, e ainda assim “se esqueceu” da questão étnico-racial em sua formulação e constituição (Gonzalez, 2020).

Com o avanço das políticas que revogavam práticas escravocratas em solo estadunidense, o sufragismo foi dividido entre movimento feminista e movimento abolicionista – pois, até então, “ambos haviam caminhado de forma paralela. Agora, pede-se às mulheres que defendam os escravos e esqueçam seus próprios interesses” (Alves, 2019, p. 51). A partir de então, o sufragismo norte-americano foi caracterizado por um profundo racismo sustentado em dois pilares (Davis, 2016): (1) a animalização e o medo dos homens negros recém libertados do regime escravocrata, entendendo-os com

uma nova classe inimiga no processo de conquista pelos direitos femininos; e (2) a exclusão das especificidades de mulheres negras em suas exigências.

No Brasil, este movimento seguiu uma lógica semelhante, já que a história do sufrágio brasileiro foi importada no modelo dos Estados Unidos da América, em sua corrente mais conservadora (Alves, 2019). Aqui, os protestos em prol dos direitos femininos também foram majoritariamente protagonizados por mulheres brancas, cujos objetivos abrangiam o direito à participação política, ao trabalho para além da esfera doméstica, à agência sobre a própria vida, entre outros.

Todavia, fica evidente o distanciamento entre as realidades vividas por diferentes mulheres em solo nacional. Sabe-se que, dentre os costumes importados da Europa para a América Latina, está o status inferior da mulher, independentemente de sua raça. Mas, ao passo que a mulher branca tem como castigo a sua castidade e função de procriadora, o pesadelo acordado da mulher negra diz respeito à exploração de seu trabalho escravo e à violação do seu corpo (Davis, 2016; hooks, 2020; Nascimento, 2021).

Desta forma, não se pode afirmar que ambas tinham as mesmas prioridades. As mulheres negras não estavam, e ainda não estão em condições de ter os mesmos desejos de suas irmãs brancas. Nascimento (2020) pontua que enquanto mulheres brancas lutavam pelo direito ao trabalho, mulheres negras já estavam há séculos sendo forçadas a trabalhar desumanamente em prol do crescimento econômico do país.

Sob esta ótica, Gonzalez (2020) afirma que mulheres negras e indígenas se encontram em um limbo dentro da militância: sofrem agressões de cunho racial dentro dos movimentos feministas tradicionais, enquanto também são atravessadas por discursos e atitudes machistas dentro das organizações negras. A intelectual alega a impossibilidade de se analisar criticamente a realidade feminina, sem articula-la aos demais determinantes sociais inscritos em seu corpo – comportamento esse típico de um discurso masculinizante e branco. Diante disso, a referida autora propõe uma nova modalidade de feminismo, denominado de *feminismo afro-latino-americano*, o qual se origine a partir do movimento negro e considere as múltiplas realidades vivenciadas pela população feminina neste país.

De fato, é indiscutível que todas as mulheres são afetadas pelos efeitos do patriarcado colonial. A breve exposição supracitada não objetiva minimizar os impactos violentos desta manutenção do poder masculino sobre as mulheres brancas, mas sim de

instigar a reflexão sobre como as subjetividades das mulheres brasileiras não são moldadas apenas a partir dos atravessamentos de gênero. Neste processo, há, também, uma relação de poder estruturalmente construída com base nos preconceitos étnico-raciais. O seguinte ditado popular, transmitido de geração em geração ao longo das últimas décadas, ilustra bem este fato:

“Branca para casar;  
Mulata para fornicar;  
Negra para trabalhar”.

São três frases simples em sua sintaxe, mas que, juntas, exprimem um forte significado acerca das demarcações sociais impostas às pessoas do gênero feminino no Brasil. Nascimento (2021) retrata como mulheres brancas ocupam o lugar da boneca idealizada, pura, mãe de família, enquanto às mulheres descendentes de africanas são atribuídos papéis que as destituem de sua humanidade, retratando seus corpos como corpos animalizados, “burros de carga” do sexo (Gonzalez, 2020).

Em sua tese de doutorado, Pacheco (2008) fura a bolha acadêmica ao discorrer sobre a solidão entre mulheres negras em Salvador, na Bahia. A autora traz dados do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), baseados no Censo dos anos 2000, os quais mostram que a Bahia é o estado de maior concentração de mulheres sem parceiros afetivos, sendo Salvador a cidade de números mais expressivos: 51% das mulheres estão sozinhas na esfera amorosa. Seria mera coincidência a cidade com maior índice de solidão afetiva entre mulheres ser, justamente, a cidade mais negra do mundo fora da África?

Dito isso, percebe-se que o ditado supracitado representa a maneira como os corpos de mulheres negras foram representados nos períodos escravista e pós-escravidão. Em uma sociedade ocidental, o corpo recebe uma atenção diferenciada, sendo utilizado como uma chave para a localização das pessoas dentro das dinâmicas de poder, “na medida em que a posse ou a ausência de certas partes do corpo inscreve diferentes privilégios e desvantagens sociais” (Oyěwùmí, 2021, p. 130). Ou seja, as construções acerca de gênero e raça são produtos dos sistemas culturais, e não meramente de atributos biológicos. E, em um país colonizado e escravizado, o imaginário social sobre as mulheres negras assume uma posição específica duplamente discriminada.

Gonzalez (2020) destaca, em um de seus trabalhos, as noções de doméstica, mulata e mãe preta. Segundo a autora, a posição da mulher negra durante a escravidão se desdobrou nessas três representações, hoje comuns no Brasil. Sob esta ótica, entende-se que a mulher negra brasileira transita entre a “mulata sensual” e a empregada doméstica, a depender da ocupação e do contexto, podendo, também, ocupar o papel de mãe preta.

A mulher negra, comumente esquecida e relegada às posições subalternas de cuidado com a casa e com os filhos de famílias brancas, é invisível e sem valor, pois segue ocupando os mesmos espaços que ocupava durante o período escravocrata (Nascimento, 2021). Há, porém, um momento típico brasileiro que merece uma breve análise, devido ao seu simbolismo: o carnaval.

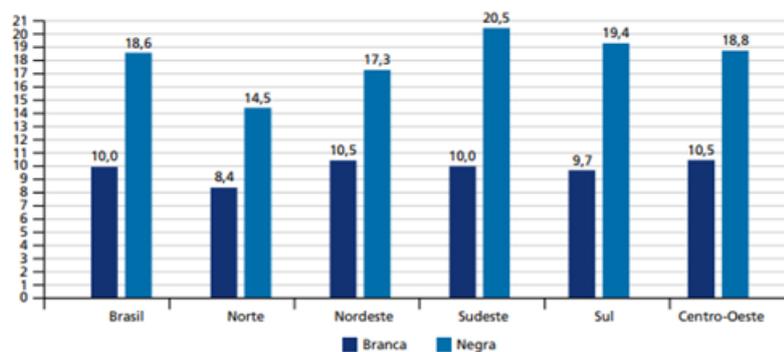
É durante o rito carnavalesco que o mito da democracia racial se atualiza em plena força simbólica (Gonzalez, 2020). Neste curto intervalo de tempo, a mesma mulher negra ora esquecida e oprimida perde o seu anonimato, transformando-se em um objeto de desejo e de exportação. E, de acordo com a autora, é nessa transfiguração da volta para o papel de doméstica que a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento se exerce agressivamente.

Sendo assim, a “mulata” e a “doméstica” são a mesma pessoa em situações diferentes, sendo a primeira representação uma consequência da violência sexual estabelecida contra mulheres negras há séculos, e a segunda, resultado da exploração da sua força de trabalho. Vale ressaltar que, durante a escravidão legalizada, muitas mulheres negras ocupavam o ofício de *mucama* que, de acordo com o Dicionário Aurélio, seria:

**Mucama.** (Do quimbundo *mu'kama*, concubina escrava).  
S. f. Bras. “Criada; mulher negra e jovem que auxiliava sua senhora com os afazeres domésticos ou servindo de companhia em passeios. [Por Extensão] Ama de leite; aquela que amamentava os filhos de seus senhores”.

Diante dessa definição, repara-se que não existem diferenças significativas entre a mucama escravizada nas gerações passadas e a empregada doméstica do século XXI. No Brasil contemporâneo, ainda existe uma assimilação entre a condição social da empregada doméstica à sua identidade étnico-racial, pois, no período escravista, essa equivalência foi predominante (Silva et al., 2017).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2019) divulgou um retrato do trabalho doméstico no Brasil, apontando que, embora o índice de mulheres brasileiras ocupadas neste ofício tenha reduzido (de 17% em 1995, para 14,6% em 2018), a disparidade racial ainda se faz presente. As mulheres negras compõem 63% das trabalhadoras domésticas do Brasil (3,9 milhões de pessoas), indicando uma herança direta do período de escravidão, que limita a participação dessa camada social em determinadas esferas, bem como reduz suas possibilidades de saída dos espaços historicamente ocupados, tais como o serviço doméstico. O gráfico a seguir serve como base para ilustração:



*Figura 11: Gráfico sobre proporção de trabalhadoras domésticas acima de 16 anos de idade, dividido por raça e região (Fonte: PNAD, 2018)*

Ante o exposto, fica evidente que as mulheres negras ainda são a população mais impactada pelo passado violento escravocrata de formação nacional. Oyěwùmí (2021) alega que, no Ocidente, as mulheres são definidas por aquilo que elas *não são*, enquanto o homem é entendido como a norma. A mesma lógica pode se ampliar para o quesito étnico-racial: o branco é o padrão, enquanto o negro é constituído pela falta. Lorde (2019b) expõe que as mulheres brancas, em seus estudos, se definem enquanto mulheres universais a partir de suas próprias experiências, visualizando as mulheres negras como “as outras”, ininteligíveis. Então, em um país formado sobre o sangue negro, e fundamentado pelo patriarcado importado da Europa, como se subjetivam as mulheres negras, alvos de dupla discriminação?

Conforme já explicitado, o foco do presente trabalho é o estudo do envelhecimento de mulheres negras, abordando-o em suas especificidades. Akotirene (2019) diz que “a velhice é como a raça é vivida; e classe-raça cruza gerações, envelhecendo mulheres negras antes do tempo” (p. 18). Sabe-se que todas as mulheres

experimentam discriminações geracionais ao longo do envelhecimento; contudo, a autora afirma que a marcação racial garantirá seguridade social às mulheres brancas, pois essas tiveram o acesso à educação e ao emprego formal e, deste modo, seguirão ocupando a posição de patroas.

Já para as mulheres negras, não existe o tempo de parar de trabalhar, haja vista o racismo estrutural que as mantém fora do mercado formal e dos direitos previdenciários. Somado a isso, Carneiro (2011) aponta uma maior incidência de solidão afetiva, subemprego, luto de familiares, estupro, feminicídio e demais violências na vida das descendentes de africanas no Brasil, durante todo o seu ciclo de vida.

É indubitável, então, que os atravessamentos raciais se fazem tão importantes quanto os de gênero na constituição de mulheres negras brasileiras. Gonzalez (2020) defende a necessidade de encararmos as afrodescendentes como pilares fundamentais na formação deste país, já que estas se encontram na base da pirâmide social, e é com base em sua exploração que as demais camadas sociais ascendem. Assim, esta dissertação objetiva avançar a discussão sobre envelhecimento, gênero e negritude – área essa ainda pouco explorada nas produções científicas nacionais.

### 2.3. “A coisa tá preta”: aspectos demográficos da negritude no Brasil

*Quem não é visto, não é lembrado.*

*(Eu sou 157 – Racionais MC's)*

É imprescindível ressaltar que os afrodescendentes brasileiros não constituem uma camada social homogênea. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE, 2019b) indica que 56,2% da população nacional se considera negra (46,8% pardos e 9,4% pretos), apontando uma grande variabilidade entre os múltiplos contextos em que essas pessoas se inserem. Portanto, não se pode falar de um único senso de identidade negra no Brasil.

Seguindo esta linha, compreende-se que o processo de construção identitária tem o seu início marcado pela conscientização das diferenças entre “nós” e “os outros”, e que essa diferenciação não ocorre em um tempo e espaço previamente marcados na trajetória de todas as pessoas negras, já que estas se desenvolvem em cenários socioculturais diversos (Fanon, 2020; Nascimento, 2020; Munanga, 2020). Deste modo, não se nasce

negro, mas sim torna-se, a partir de todas as experiências vividas e da tomada de consciência sobre a própria condição étnico-racial (Souza, 2021).

De acordo com Munanga (2020), o reconhecimento da história brasileira seria um passo obrigatório para que os pretos e pardos desenvolvessem, de certa forma, um senso de pertencimento à um movimento mais abrangente. Isso porque este processo de assimilação da formação nacional constituiria o que ele chama de cimento cultural, responsável por unir todas as experiências de um povo através do sentimento de continuidade histórica vivido pela coletividade.

Afinal, é inegável que grande parte da camada negra brasileira se encontra em situações similares. Há violências que, estatisticamente, são mais prováveis de encontrarem corpos negros, devido à estrutura racista sobre a qual o Brasil foi construído. Dados recentes apontam que cerca de 63,6% da população carcerária brasileira é formada por descendentes de africanos (DEPEN, 2017). Além disso, o Atlas da Violência (IPEA, 2021), coordenado por diversas instâncias, expõe que pretos e pardos são 77% das vítimas de homicídio no país, apresentando 2,6x mais chances de serem assassinados, quando em comparação à população somada de brancos, amarelos e indígenas.

Todos esses fatores, somados à falta de acesso à educação, saúde, segurança e saneamento básico, refletem diretamente na expectativa de vida desta população, uma vez que mulheres brancas vivem, em média, 73,8 anos, ao passo que homens negros apresentam uma expectativa de vida de 63,2 anos; ou seja, dez anos a menos (Ipea, 2009). Desta forma, emerge o questionamento: existem mais elementos que unem ou que separam a camada negra em sua totalidade?

Sabe-se que, devido à alienação promovida pelo Estado sobre a gravidade do seu passado escravocrata, ainda é um desafio caminhar sentido à construção de um senso de identidade abrangente à toda a camada negra brasileira. Entretanto, pode-se enfatizar uma questão subjetiva que permeia as vivências de todos os indivíduos que pertencem à essa parcela significativa da população: a sua negritude, encarando este fator para além dos traços fenotípicos em si.

Munanga (2020) conceitua o termo “*negritude*” não como a simples diferenciação da cor da pele entre negros, brancos e amarelos, mas sim como um caminho de volta às suas origens. Ele alega que:

A negritude e/ou a identidade negra se referem à história comum que liga de uma maneira ou de outra todos os grupos humanos que o olhar do mundo ocidental “branco” reuniu sob o nome de negros. A negritude não se refere somente à cultura dos povos portadores da pele negra, que de fato são todos culturalmente diferentes. Na realidade, o que esses grupos humanos têm fundamentalmente em comum não é como parece indicar o termo Negritude à cor da pele, mas sim o fato de terem sido suas culturas não apenas objeto de políticas sistemáticas de destruição, mas, mais do que isso, de ter sido simplesmente negada a existência dessas culturas (p. 19).

Sendo assim, segundo o ponto de vista do teórico, o conceito de negritude foge da esfera biológica e assume um teor de afirmação e solidariedade entre as vítimas do sistema escravocrata. Em outras palavras, o termo se refere ao sentimento que silenciosamente une todos os negros do mundo, preservando o que eles têm em comum. Entretanto, a fim de viabilizar uma efervescência na camada negra brasileira, deve-se tomar medidas para que esta noção ancestral abandone o caráter passivo, sossegado e inconsciente.

Em suma, é imprescindível que os pretos do Brasil se sensibilizem sobre a própria negritude. É apenas através dessa tomada de consciência que as pessoas negras se sentirão convocadas para engajar no combate perpetuado pela escravidão, reabilitando os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas (Munanga, 2020). Desta forma, é possível a consolidação de um movimento ativo de recusa à imposição da cultura, entendendo a urgência de não apenas protestar as indignações, mas efetivamente lutar contra todos os disfarces do racismo e seus mecanismos de opressão, desumanização e exploração (Nascimento, 2020).

Para tanto, torna-se indispensável desativar ações que boicotam a referida tomada de consciência, promovendo uma configuração política e cultural comprometida com a redução das desigualdades, e que considere os determinantes sociais como pilares fundamentais deste processo. Além disso, estudiosos sobre a questão negra também especificam os pilares a serem examinados neste sentido, partindo de três elementos essenciais na formação de uma identidade coletiva, que variam em grau a depender de onde a pessoa se localiza: (1) o fator histórico brevemente aqui abordado; (2) o fator

linguístico; e (3) o fator psicológico, sendo este último o foco deste trabalho (Fanon, 2020; Munanga, 2020). Todos estes três eixos funcionam como peças-chave na compreensão verdadeira das consequências da escravidão sobre os corpos negros, viabilizando uma elucidação sobre o processo de ser e estar no mundo enquanto pessoa negra brasileira, descendente de africanos escravizados e vítima de opressões estruturais.

Entendendo o presente trabalho como uma dissertação em Psicologia, é de suma importância discutir a maneira que os fatores psicológicos apresentados pela população negra vêm sendo retratados na produção de conhecimento científico no Brasil, a fim de denunciar a vigência das colonialidades de poder, saber e ser vigente, bem como ilustrar a maneira que o racismo científico ainda segue como ferramenta de dominação instaurada pelo pensamento colonizador.

É inegável que, nas últimas décadas, a temática racial vem ganhando notoriedade dentro da ciência psicológica – fato esse elucidado pelo aumento significativo das publicações em Psicologia referentes às relações étnico-raciais. Todavia, deve-se analisar criticamente o teor dessas investigações, a fim de verificar se esses estudos operam no sentido da emancipação de povos historicamente desfavorecidos, ou se seguem a clássica linha colonizadora.

Schucman e Martins (2017) apresentam um breve histórico do desenvolvimento das pesquisas nesta área, indicando que, inicialmente, o negro brasileiro era enquadrado como um ser dotado de características patológicas e, desta forma, poderia ser considerado um “objeto da ciência” responsável pelo processo denominado como “degeneração de raça”. Aqui, destaca-se o trabalho de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), cuja atuação científica médico-psicológica foi marcada pela ideia de consequências sociais perversas e irreversíveis advindas do convívio com a comunidade afro-brasileira (Santos, Shucman & Martins, 2012).

Isto exposto, vale ressaltar que o último escrito de Rodrigues (2006) foi revisado e novamente publicado menos de duas décadas atrás, representando uma continuidade expressiva de seus ideais. Outrossim, pode-se afirmar que seus artigos, bem como os de seus colegas de pesquisa, contribuíram ativamente para a perpetuação do racismo científico.

Já a partir de 1930, a população negra passou a ser compreendida sob uma violência menos explícita, ainda que as crenças de base ainda fossem subsidiadas pelos

argumentos de Nina Rodrigues (Santos, Schucman & Martins, 2012; Schucman & Martins, 2017). Nesta época, os pesquisadores valorizavam os estudos sobre uma nova identidade nacional protagonizada pela figura do “mulato”, que representaria o fim das amarras raciais e uma superação do passado escravocrata (Carneiro, 2011; Nascimento, 2021). O autor Gilberto Freyre, citado anteriormente como o responsável pelo aval científico do mito da democracia racial (Bernardino, 2002), foi um grande nome durante este movimento.

Contudo, foi também nesse período que novos estudos despontaram, defendendo que o principal obstáculo para a integração completa do negro na sociedade seria o próprio preconceito racial. Schucman e Martins (2017) apontam que, na década de 1950, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) conduziu uma pesquisa em diferentes regiões brasileiras, a fim de demonstrar a viabilidade de uma cooperação racial ao redor do mundo. Deste modo, emerge outra maneira de se entender a questão racial: não se fala mais em democracia racial através dos “benefícios da mestiçagem”, mas sim sobre como essa ideia é, na verdade, uma falácia criada para camuflar as desigualdades sociais sofridas pela população preta do Brasil (Santos, Schucman & Martins, 2012).

Por último, a década de 1970 foi delimitada como propulsora de mudanças de paradigmas sobre as relações étnico-raciais (Schucman, 2012). Desde então, a raça passou a ser observada como uma construção social; isto é, do ponto de vista psicossocial, e não patológico. Neste sentido, o trabalho do sociólogo Hasenbalg (1979) foi um importante marco, pois o teórico apresenta a hipótese de que a raça seria um componente fundamental na compreensão das estruturas sociais, e que as práticas racistas e discriminatórias perpetuadas pelo regime escravocrata resultariam em exploração, desigualdades e menor possibilidade de ascensão.

A partir de então, novos espaços acadêmicos de discussão foram construídos, a fim de ampliar as vozes de pesquisadores aos quais, por muitos séculos, foi imposto o silêncio. Sob esta ótica, a Psicologia finalmente começa a assumir o seu compromisso ético, político e social para com segmentos minoritários e oprimidos, porém com a ressalva de que ainda há muito a ser feito, discutido e questionado dentro das práticas de construção de conhecimento científico psicológico.

Por fim, é indispensável pontuar que a possibilidade de pessoas negras assumirem a agência e o protagonismo das próprias vidas é, de fato, recente. Isso porque as colonialidades do ser, poder e saber seguem atuando sobre estes corpos com a mesma violência, intensidade e propósito, ainda que apresentem uma roupagem mais sutil. O “racismo à brasileira” opera para que a gravidade do seu passado escravocrata seja esquecida ou, ao menos, minimizada. Todavia, fica evidente que a intensa movimentação de coletivos negros não permitirá que o mito da democracia racial siga em voga, haja vista a sua completa inexistência na realidade.

Neste âmbito, cada vez mais se torna essencial que as pessoas de ascendência africana tomem a devida consciência sobre a própria negritude, e reconheça que não são descendentes de escravos, mas sim de reis, rainhas, pais, mães, médicos, professores, engenheiros, artistas e demais pessoas que tiveram suas vidas interrompidas pela lógica sanguinária dos colonizadores. Há algo maior que une toda a camada negra mundial em compaixão, solidariedade e respeito; e é a partir dessa iluminação sobre suas especificidades históricas, linguísticas e psicológicas, que será possível o desenvolvimento e consolidação de uma identidade negra, movida pelo combate ao genocídio, às opressões e às falsas crenças meritocráticas.

Entender-se, aceitar-se e amar-se negro perpassa pela ocupação de espaços historicamente negados e pela produção dos mais diversos conhecimentos em prol da emancipação. Deve-se aquilombar-se; isto é, assumir o compromisso histórico, cultural e político de resgate dos saberes ancestrais para, com isso, entender o presente e planejar o futuro, valorizando o coletivo (Brito, Santos & Matos, 2020). Afinal, *umuntu ngumuntu ngabantu!* – Provérbio dos Zulus, que significa “uma pessoa é uma pessoa através de outras pessoas”.

### Capítulo 3: Teoria das Representações Sociais e Desenvolvimento Humano

O estudo dos processos de desenvolvimento humano está intimamente relacionado à investigação da realidade social em que os indivíduos se inserem. Isso porque o indivíduo se subjetiva a partir do seu contexto cultural, histórico e político, enquanto também molda o mundo ao seu redor. São, portanto, vias de mão dupla, que influenciam diretamente uma na outra (Vygotsky, 1991).

Sob esta ótica, entende-se que, a fim de se obter um panorama totalizante da subjetividade do sujeito, não basta apenas uma investigação intrapsíquica. Deve-se, também, considerar o diálogo entre sociedade e indivíduo (Moscovici, 2012; 2015), buscando apreender a maneira como fenômenos complexos são retratados e transmitidos socialmente. E, para isso, a Teoria das Representações Sociais funciona como importante ferramenta.

A Teoria das Representações Sociais foi desenvolvida por Serge Moscovici no final do século XX, a partir da compreensão da cultura enquanto um sistema dinâmico e em constante transformação, e não um sistema fixo e estável de significados (Vala & Castro, 2013). De acordo com o autor, há uma ligação entre cultura e indivíduo, afetando todas as relações que ocorrem dentro de determinado tempo e espaço. É a partir dessa mediação entre ambas as partes que surgem as representações sociais; isto é, “um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida cotidiana no decurso da comunicação interindividual” (Moscovici, 1981, p. 181).

A Teoria das Representações Sociais se enquadraria, então, na segunda vertente apresentada no primeiro capítulo da presente dissertação, pois nasce na Europa com o intuito de analisar o sujeito à luz não apenas de seus fatores intrapsíquicos, como também contexto social, histórico, cultural e político no qual ele se insere. Seria, portanto, uma teoria constituinte da Psicologia Social Sociológica, ou também uma abordagem sociopsicológica (Dos Santos & Dias, 2015). Sob esta ótica, entende-se que:

A superação de um modelo dicotômico entre as representações individuais e coletivas foi o início de um campo de pesquisa que busca entender as formas dos sujeitos pensarem, sentirem e agirem considerando que são elementos de uma trama social em que existem constantemente trocas simbólicas e afetivas no

intuito de apreender os espaços, os objetos, os discursos, o Outro e a realidade que está materializada na vida dos sujeitos (Ribeiro & Antunes-Rocha, 2015, p. 407).

Tal teoria é amplamente utilizada dentro da Psicologia, a fim de investigar a natureza dos conhecimentos construídos pelos indivíduos, bem como a relação estabelecida entre os mesmos e a sociedade. De acordo com este paradigma teórico, faz-se fulcral questionar o binarismo entre a ciência e o senso comum, já que ambas não se consolidam como o oposto uma da outra, mas sim como parte de um mesmo *continuum*, operando a partir de características próprias.

Neste sentido, Moscovici (2015) entende que toda construção de conhecimento científico está fundamentalmente atrelada à cultura em que os pesquisadores se inserem. Além disso, o dito senso comum também se relaciona intimamente com os estudos elaborados em determinado tempo e espaço, sendo alimentado pelas “inovações científicas” e demais sistemas sociais (Vala & Castro, 2013). Desta forma, há uma relação entre a esfera social e a produção de saberes científicos, desmistificando tanto a ideia de que existe uma suposta neutralidade na ciência, quanto a crença de que saberes populares não possuem validade e fidedignidade dentro de um contexto.

As representações sociais são, portanto, indissociáveis de todo e qualquer processo de subjetivação e desenvolvimento humano. Em um mundo extremamente social e complexo, pode-se afirmar que os seres humanos não estão aptos a entender o mundo como ele se apresenta, relegando seu entendimento acerca dos fenômenos às representações impostas aos objetos e às pessoas. Moscovici (2015) aponta que:

Quando contemplamos esses indivíduos e objetos, nossa predisposição genética herdada, as imagens e hábitos que nós já aprendemos, as suas recordações que nós preservamos e nossas categorias culturais, tudo isso se junta para fazê-las tais como as vemos. Assim, em última análise, elas são apenas um elemento de uma cadeia de reação de percepções, opiniões, noções e mesmo vidas, organizadas em uma determinada sequência (p. 33).

Então, entende-se que os indivíduos mediam e são mediados pela cultura, criando e transmitindo representações sociais sobre o mundo externo no que tange às experiências interpessoais, intrapessoais, acontecimentos históricos, fenômenos da natureza. Neste

âmbito, os pensamentos não escapam desta lógica, uma vez que as pessoas se cercam por palavras, imagens e ideias que as atingem e transformam suas percepções sobre a realidade. Deste modo, tais representações afetam o processamento cognitivo dos indivíduos, individual e coletivamente, a partir de duas funções (Oliveira & Bertoni, 2019):

1. As representações sociais “convencionalizam” as pessoas, objetos e acontecimentos. Isto é, os mais diversos elementos do mundo externo ganham uma forma definitiva, sendo categorizadas como modelos e implicando na “adaptação forçada” das novas informações, as quais devem ser sintetizadas aos modelos pré-definidos. É com base nesta dinâmica convencional que os indivíduos aprendem a reconhecer sinais: certo sintoma prevê uma doença específica, uma mudança de cor indica uma temperatura mais elevada, etc. Assim, aprende-se a interpretar uma mensagem como um significante.
2. As representações sociais operam de modo prescritivo, impondo-se aos sujeitos desde a gestação, pois foram estruturadas previamente. Elas não foram pensadas pela população, mas são constantemente re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas (Moscovici, 2015). Nota-se, então, que as representações sociais não necessariamente indicam a maneira que a pessoa pensa. Mas, contrariamente, o modo que as pessoas pensam depende intimamente das representações transmitidas ou esquecidas, já que todos os sistemas de classificação circulantes em sociedade implicam em um elo de sistemas e imagens prévios, os quais refletem um conhecimento anterior e quebram as amarras da informação presente.

Ante o exposto, é possível perceber que a esfera social ocupa uma posição privilegiada na construção do conhecimento, seja ele científico ou não. Há uma transformação na gênese do senso comum, haja vista que a base dos fenômenos psicossociais é constituída e tem seus significados atribuídos pela sociedade, indicando a relevância de furar a bolha acadêmica no processo de investigação, análise e compreensão dos elementos sociais.

Dito isso, dentro da Psicologia como um todo, torna-se imprescindível investigar quais representações sociais são construídas acerca das variadas vivências dos sujeitos, entendendo os determinantes sociais e as especificidades dos contextos que inviabilizam a generalização das experiências, muitas vezes comuns apenas à uma parcela específica

da população. Deve-se manter um posicionamento crítico e político na produção de ciência, englobando não apenas fatores psicológicos, como também sociais, culturais, políticos e históricos.

E, além disso, fica evidente que não se pode falar de processos de desenvolvimento humano sem considerar os aspectos sociais à volta dos sujeitos. Entende-se que as concepções dos indivíduos influenciam diretamente na maneira como eles se desenvolvem, uma vez que a cultura se constitui por valores, crenças e tradições que dialogam constantemente com a subjetivação de quem ali se insere. O próprio conceito de representação social defende a impossibilidade de se explicar o individual sem o social, ou vice-versa, visto que não existe um corte entre ambos os níveis (Vala & Castro, 2013). Em outras palavras, o ser humano constitui-se como tal na relação estabelecida com o outro social (Vygotsky, 2008).

A teoria histórico-cultural, desenvolvida por Vygotsky no início do século passado, buscou discorrer sobre três aspectos fundamentais. São eles: (1) a compreensão da relação entre os seres humanos e o ambiente social/físico; (2) a investigação do trabalho enquanto meio imprescindível de relacionar-se com a natureza; e (3) a análise da ligação entre o uso de instrumentos e o uso da linguagem (Vygotsky, 1991; 2001). Percebe-se que os fatores especificam, então, o diálogo constante entre elementos intrapsíquicos e sociais, haja vista a premissa de que os seres humanos se moldam através da cultura, ao mesmo tempo em que a moldam com suas atitudes, crenças e ações.

Aqui, dar-se-á um destaque maior ao primeiro aspecto levantado; isto é, à compreensão da relação entre os seres humanos e o ambiente social/físico. A teoria histórico-cultural entende o ser humano como um ser histórico, material, concreto e contextualizado, agente ativo e passivo de transformações através do contato com o meio em que se insere e suas contradições (Saviani, 2016; Souza & Gonçalves, 2021). Em outras palavras, há uma dialética entre os aspectos culturais, sociais e singulares, e é imprescindível voltar a atenção para a materialidade das interações e subjetivações humanas.

Para Vygotsky, a matéria ultrapassa o âmbito da materialidade física, assumindo um caráter fundante da existência humana. Neste âmbito, Martins (2020a) expõe que os conteúdos da consciência são fruto da captação do mundo objetivo pelos sentidos. Ou seja, os elementos conhecidos não advêm da própria consciência em si, mas sim da

captação do real através das vias pelas quais os seres humanos compreendem o mundo. E, segundo a autora, é necessário realçar as condições em que o sujeito se insere antes de analisar a maneira como os conteúdos da consciência se tornam cognoscíveis. Martins (2020a) pontua a relevância de “levar em conta que tais condições não são equânimes na sociedade de classes, dado que ela carrega consigo condições de desenvolvimento humano injustas e desiguais para imensa parcela da população” (p. 342).

Sob esta ótica, a Teoria das Representações Sociais se apresenta como uma rica ferramenta na análise da conjuntura social atrelada à subjetivação dos indivíduos investigados, buscando explorar a forma como seres humanos convencionalizam e atribuem significados aos fatos, pessoas, objetos e demais variáveis, partindo da sua localização histórica e contextual. É, também, uma teoria que recentemente passou a se debruçar por questões interseccionais, incluindo aquelas que serão focadas na presente dissertação; isto é, envelhecimento, gênero e raça.

Torres et al. (2015), em seu trabalho intitulado “*representações sociais e crenças normativas sobre envelhecimento*”, expõe à comunidade científica a complexidade de elementos representacionais acerca da velhice, uma vez que esta etapa de vida é frequentemente entendida como um período onde maiores dificuldades são enfrentadas. Ao longo do artigo, nota-se a ponte estabelecida entre os processos de desenvolvimento humano e as representações sociais elaboradas, visto que as vivências da velhice decorrem de uma longa vida imersa em determinada cultura, culminando nos elementos representacionais analisados. Essa visão também foi presente em um estudo prévio de Smith et al. (2011), cujo objetivo foi realizar uma revisão integrativa da Teoria das Representações Sociais no âmbito do envelhecimento.

Dentro dos estudos de gênero, percebe-se que, desde os anos 2000, houve um aumento de produções que utilizam a Teoria das Representações Sociais como abordagem em sua análise. Exemplos disso são os trabalhos de Arruda (2002), Lopes e Kodato (2009), Nascimento et al. (2012) e Heerdts e Batista (2017), que enfocam os elementos representacionais elaborados acerca de aspectos de gênero em determinados contextos, tais como violência e saúde.

Já no que tange à investigação das representações sociais atreladas à identidade étnico-racial, é possível identificar estudos amplos sobre a temática (Santos & Scopinho, 2015). Neste âmbito, compreende-se que pessoas negras brasileiras se subjetivam de

maneira específica devido ao racismo estruturado ao longo dos séculos, afetando profundamente os elementos representacionais construídos sobre suas próprias vivências e maneiras de ser e estar no mundo. Ainda nessa linha, também pode-se encontrar artigos mais específicos sobre a realidade de comunidades quilombolas (Santos & Chaves, 2007), reforçando a ideia de que a Teoria das Representações Sociais é aplicável nos mais variados contextos de experiências humanas.

Sendo assim, fica evidente que a Teoria das Representações Sociais é caracterizada como uma rica ferramenta da Psicologia. Embora seja uma abordagem idealizada em outra época e contexto, atualmente são viabilizadas adaptações para que ela, conjuntamente como uma análise crítica de quem a utiliza, consiga apreender a realidade de comunidades específicas, as quais historicamente passaram por processos sociais e psíquicos distintos no que se refere à constituição humana de seus integrantes.

## Capítulo 4: Justificativa

Ao se tratar sobre envelhecimento, as representações sociais envolvidas localizam-se frequentemente ao redor de crenças sobre vulnerabilidade e dependência. Todavia, esta visão vem sendo substituída pela ideia de que a velhice é um momento oportuno para novas realizações e pela busca de satisfação pessoal, sendo até mesmo denominada como “idade do preenchimento” (Laslett, 1996; Camarano & Fernandes, 2013). Porém, urge a necessidade de um posicionamento crítico ao se refletir sobre quais camadas da população idosa possuem mais acesso a tais oportunidades de contentamento e autorrealização.

Sabe-se que, para além do envelhecer em si, existem múltiplos outros elementos e representações sociais convergindo na estruturação dos sentidos e símbolos da vida social, em diversos momentos do ciclo de vida (Vygotsky, 1991; Moscovici, 2015). Neste sentido, pesquisadores renomados da Psicogerontologia já vêm discorrendo sobre o impacto de aspectos multiculturais no envelhecimento humano. Em suma, este é um debate extremamente atual e recente, que abre espaço para novos entendimentos acerca de fenômenos tão complexos. Então, compreende-se que, enquanto etapa do desenvolvimento, o envelhecimento é multidimensional e heterogêneo, constituído por outros determinantes: classes sociais, gêneros, raças/etnias, entre outros.

E, diante das especificidades das trajetórias de mulheres negras brasileiras, aqui já expostas, é evidente que a ontogenia desta camada da população é marcada por acontecimentos distantes da realidade de outras populações, configurando representações sociais únicas. Considerando que mulheres negras brasileiras têm suas histórias de vida, muitas vezes, marcadas por solidão, violências e menor poder econômico e político, vale questionar: quais representações sociais são construídas por essas mulheres sobre o próprio envelhecer?

Este debate é de extrema importância para a Psicologia como um todo, e especialmente para a Psicologia do Desenvolvimento, uma vez que o desenvolvimento humano é dinâmico, contextualizado e interacional. Além disso, investigar a multiculturalidade do envelhecimento significa contribuir com a elaboração de um arcabouço teórico e prático mais robusto também na área da Psicogerontologia. Isso porque construir conhecimento psicológico implica na urgência de se debater os mais

diversos processos de subjetivação, escapando da tendência positivista de generalização e universalização das experiências humanas.

O estudo aprofundado da subjetividade de mulheres negras brasileiras é de suma relevância para a obtenção de um panorama integral da realidade do país. Ademais, entender a história do Brasil e suas diferentes realidades significa reafirmar o compromisso ético da Psicologia para com grupos historicamente desfavorecidos, visando a promoção do desenvolvimento saudável e a emancipação de populações localizadas à margem da sociedade.

## Capítulo 5: Objetivos

Objetivo geral:

- Investigar as representações sociais construídas por mulheres idosas negras, residentes do Distrito Federal, acerca do próprio envelhecimento.

Objetivos específicos:

- Identificar as categorias e seus poderes explicativos nas representações sociais de mulheres idosas negras em envelhecimento;
- Analisar o fator lexicográfico entre as categorias identificadas na correspondência intertextual;
- Comparar o conteúdo das representações sociais em função do tempo (passado, presente e futuro) e das vivências.
- Entender como as vivências raciais e de gênero podem impactar no envelhecimento.

## Capítulo 6: Método

### 6.1. Delineamento de Pesquisa

O presente estudo faz uso de método misto, entendendo a importância do diálogo entre métodos quantitativos e qualitativos. Flick (2009) pontua que, cada vez mais, os pesquisadores sociais enfrentam novos contextos e perspectivas em suas investigações, haja vista o caráter acelerado de mudanças sociais e diversificações nas mais variadas esferas de vida. Ou seja, as medidas tradicionais, constituídas principalmente por questionários fechados e análises estatísticas, quando utilizadas como único instrumento de pesquisa, tornam-se limitadas no que se refere à compreensão sistêmica e à diferenciação dos fenômenos estudados (Yin, 2016).

O método misto é capaz de quantificar fatores relevantes na investigação, bem como abordar uma gama de significados construídos individual e coletivamente (Creswell, 2010), entendendo esses últimos como objetos fundamentais do estudo social qualitativo (Minayo, 2009). Tal proposta permite a apreensão e análise dos fenômenos diretamente da fonte, isto é, a partir da perspectiva das mulheres envolvidas no estudo, buscando obter informações mais aprofundadas sobre a dinâmica de funcionamento dos eventos investigados.

Além disso, esta dissertação de mestrado se trata de uma pesquisa transversal, uma vez que é retratado um recorte das vivências dessas participantes. É, também, um trabalho de perspectiva exploratória; ou seja, cujo objetivo consiste em observar um problema pouco abordado na literatura científica (Sampieri, Collado & Lucio, 2013), haja vista o pequeno quantitativo de artigos, dissertações e teses que abordem o envelhecimento interseccional, especialmente quando este tange ao atrelamento de questões de gênero e raça.

### 6.2. Participantes

Foram entrevistadas 31 mulheres negras idosas com média de idade de 68,8 anos, sendo a mais nova com idade de 60 anos, e a mais velha com idade de 87 anos. Este quantitativo resultou de uma exigência do próprio software de análise, considerando as eventuais perdas amostrais. As primeiras participantes do estudo foram selecionadas

através de uma amostragem por conveniência e, posteriormente, utilizou-se o método “bola de neve”, solicitando-as indicações de outras participantes em potencial.

Dentre as 31 entrevistadas, 12 são divorciadas, 12 solteiras, 3 viúvas, 2 casadas, uma em uma união estável e uma separada judicialmente. Isto é, cerca de 90,3% da amostra não está em um relacionamento amoroso atualmente. Ainda sobre a amostra, apenas 4 mulheres se identificaram enquanto pardas, e todas as demais se definiram como pretas. Além disso, no que tange à escolaridade dessas mulheres, 4 têm pós-graduação completa, 12 concluíram o Ensino Superior, 2 não completaram o Ensino Superior, 6 finalizaram o 2º grau, 3 terminaram o 1º grau, 2 não concluíram o 1º grau e 2 não foram escolarizadas. Em outras palavras, aproximadamente metade das mulheres entrevistadas não chegou ao Ensino Superior.

Seguindo essa linha, vale destacar que as Regiões Administrativas (RAs) habitadas pelas mulheres deste estudo são: Asa Sul (5), Brazlândia (4), Asa Norte (3), Riacho Fundo I (3), Guará (3), Riacho Fundo II (1), Samambaia (1), Planaltina (1), Sobradinho (1), Lago Oeste (1), Cruzeiro Novo (1), Sudoeste (1), Águas Claras (1), Recanto das Emas (1), Vicente Pires (1), Gama (1), Núcleo Bandeirante (1) e Taguatinga (1). Sendo assim, entende-se que a maioria das participantes se localiza no Distrito Federal propriamente dito, e não na região central, Brasília.

Os critérios de inclusão foram ser uma mulher autodeclarada negra com 60 anos ou mais, residir no Distrito Federal e responder ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no fim do presente documento como Apêndice A. Excluíram-se da amostra todas as mulheres idosas negras que apresentaram algum problema visual, auditivo ou cognitivo que as impediu de responder à entrevista, bem como um quadro depressivo/ansiosgênico indicado por profissionais de saúde ou pela família, dada a sensibilidade do tema abordado.

### *6.3. Instrumentos*

Em um primeiro momento, foram coletados dados sociodemográficos, tais como idade, identificação étnica-racial, tempo de residência em Brasília, naturalidade, estado civil e escolaridade das pessoas entrevistadas. Posteriormente, a pesquisa utilizou uma entrevista semiestruturada como seu instrumento principal, a qual contou com cinco

questões norteadoras sobre o envelhecimento, suas dimensões de gênero e raça, e as projeções dessas mulheres no passado, presente e futuro, com o intuito de compreender a trajetória de vida das participantes enquanto pilar fundamental do envelhecer.

A escolha do instrumento se deu pelo fato de que a entrevista promove, através do diálogo, a reflexão das participantes acerca de suas próprias vivências e representações sociais, avaliando crenças e comportamentos (Minayo, 2009). Além disso, as entrevistas semiestruturadas possuíam um roteiro como base, mas permitiram que a entrevistadora fizesse outros questionamentos a partir dos conteúdos emergentes neste encontro (Sampieri, Collado & Lucio, 2013; Yin, 2016). Os instrumentos de coletas de dados desta dissertação estão em anexo no fim do documento, no Apêndice B.

#### *6.4. Procedimentos*

Os procedimentos foram organizados em três etapas. A primeira foi o **Recrutamento e Seleção**, cujas atividades estiveram circunscritas na divulgação da pesquisa no jornal e nas redes sociais da UnB e da comunidade externa, buscando alcançar potenciais participantes através de uma amostragem por conveniência e, posteriormente, a partir de suas indicações, configurando um método “bola de neve”.

A segunda etapa, a da **Entrevista**, foi iniciada com a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), aqui exposto como Apêndice A, às participantes de pesquisa, elucidando o sigilo assegurado das informações e a possibilidade de desistência do estudo a qualquer momento sem prejuízos, bem como esclarecendo os objetivos e os procedimentos do estudo. Posteriormente, foi aplicado um breve questionário sociodemográfico, seguido da entrevista semiestruturada individual, a qual visou investigar as representações sociais construídas por mulheres idosas negras sobre seu próprio envelhecimento, abordando suas vivências do passado e projeções do futuro em relação ao tema.

As entrevistas foram realizadas entre os dias 21/11/2022 e 14/12/2022, totalizando 23 dias de coleta de dados. As entrevistas foram agendadas por telefone, através de um número específico disponibilizado e divulgado para este fim, e duraram, em média, 35 minutos cada, embora a menor entrevista tenha sido realizada em apenas nove minutos, ao passo que a maior levou duas horas e quatro minutos para ser finalizada.

Não obstante, o local da coleta de dados respeitou os espaços de convívio das próprias participantes, garantindo os cuidados necessários com o sigilo, e evitando que essas mulheres se deslocassem por grandes distâncias. Neste sentido, apenas uma entrevista foi realizada em uma sala reservada para este fim na Universidade de Brasília, enquanto as demais 30 foram realizadas nas próprias residências das participantes.

Por fim, a terceira etapa se configurará como a **Devolutiva**, onde a pesquisadora responsável organizará um evento com todas as mulheres participantes do estudo, com o intuito de apresentar os principais achados deste presente estudo. Esta etapa pode ser considerada como fundamental no processo de fazer ciência, uma vez que estas mulheres idosas negras disponibilizaram tempo, espaço e energia para contribuir com a construção deste conhecimento. Por isso, caso alguma entrevistada opte por não participar da atividade final em grupo, mas ainda apresente interesse em receber a devolução dos dados, a pesquisadora principal do estudo se comprometerá a encontra-la pessoalmente em um dia e horário previamente combinados.

É importante ressaltar que todos os procedimentos aqui descritos foram aprovados pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília (UnB), sob o código CAAE: 61213822.7.0000.5540, e o parecer consubstanciado de aprovação se encontra no fim dessa dissertação, como Apêndice C. Assim, a presente pesquisa foi realizada dentro dos parâmetros éticos estabelecidos pela comunidade científica da referida instituição.

### 6.5. *Análise de Dados*

Para fins de análise dos dados coletados, foi utilizado o software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires), criado originalmente na língua francesa e posteriormente adaptado para o português. Atualmente, o IRaMuTeQ é amplamente utilizado em pesquisas qualitativas em âmbito nacional e internacional, em especial naquelas que buscam investigar as representações sociais (Pryjma, 2016; Ramos, Lima & Amaral-Rosa, 2018).

O IRaMuTeQ, ligado ao software estatístico R e à linguagem de programação *python*, oferece um conjunto de ferramentas descritivas de análise do corpus textual, operando a partir de matrizes de dados em diferentes níveis (Tavares, 2019). Ele contém

cinco possibilidades de análises de dados textuais, sendo elas: (1) estatísticas textuais clássicas, as quais identificam frequência de palavras e classes gramaticais; (2) pesquisa de especificidades dos grupos; (3) classificação hierárquica descendente (CHD); (4) análises de similitude; e (5) nuvem de palavras (Ramos, Lima & Amaral-Rosa, 2018). Nesta pesquisa, foram utilizadas as estatísticas textuais clássicas, a classificação hierárquica descendente e a nuvem de palavras.

Dito isso, torna-se evidente que o IRaMuTeQ oferece uma gama de possibilidades para se observar os dados coletados, viabilizando análises multifacetadas e complexas sobre os mesmos. É, portanto, um instrumento eficaz para apreender os fenômenos que o presente estudo visou investigar, haja vista o seu alinhamento técnico com a base teórica da dissertação.

## Capítulo 7: Resultados

A fim de analisar os dados textuais obtidos nos discursos dessas mulheres, foram construídas três análises fundamentais através do software IRaMuTeQ. São elas: o Dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), a Análise Fatorial das Correspondências e a Nuvem de Palavras. As referidas análises serão aqui apresentadas, com o objetivo de subsidiar a discussão dos resultados.

O Dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) apresenta os materiais textuais semelhantes entre si, dentre as 31 entrevistas contidas no corpus textual. Foram analisados 2827 segmentos de texto diferentes, categorizando-os em função de seus vocabulários. A partir disso, o grupo de elementos foi dividido pelo IRaMuTeQ segundo a média de frequência dos componentes textuais. Ainda nesse sentido, faz-se fulcral pontuar que a CHD separou o referido corpus textual em três classes de elementos textuais, representadas pela Figura 12.

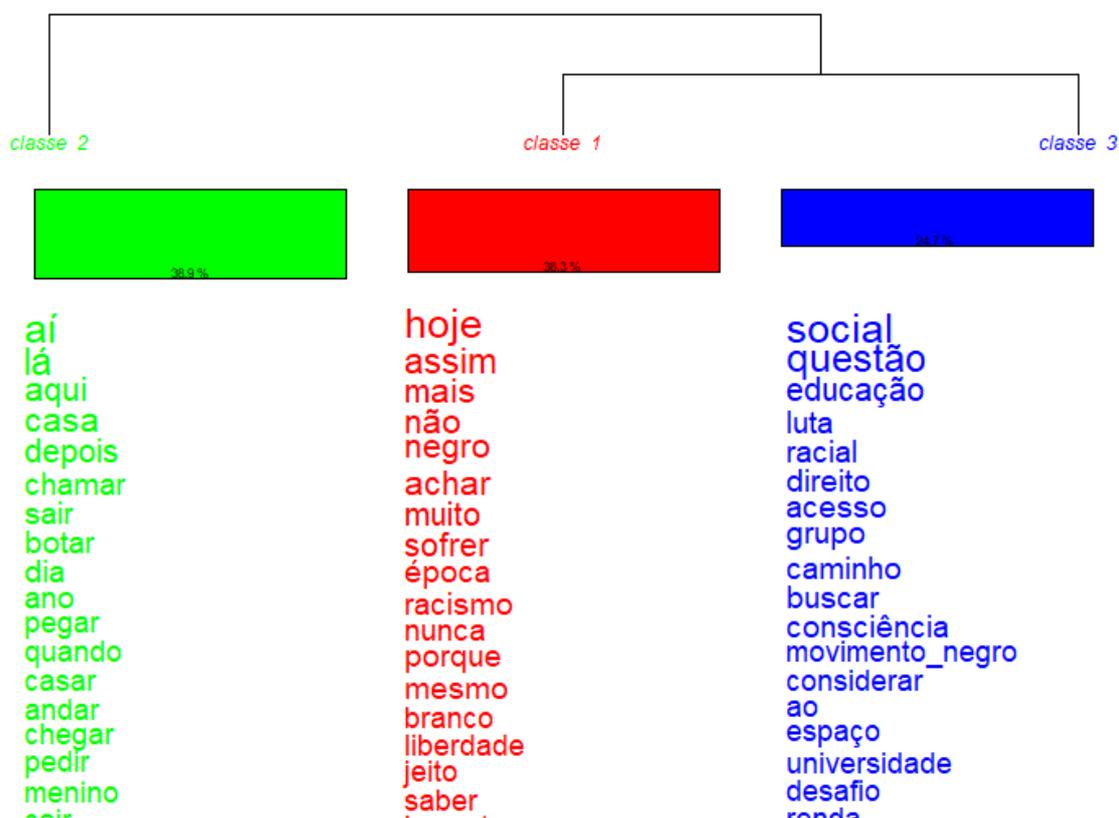


Figura 12: Dendrograma de Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

O Dendrograma (Figura 12) representa tanto a divisão do corpus textual em classes estáveis, quanto a ligação das classes entre si, abrangendo apenas palavras com  $X^2$  de associação à classe  $\geq 3,84$  ( $p \leq 0,05$ ). São apresentadas, portanto, três classes divididas em dois grupos temáticos: a classe 2 ilustrada de maneira independente, enquanto as classes 1 e 3 se agrupam como um subgrupo da classe 2.

A classe 2, representada de maneira independente, abrange 38,9% do corpus textual e foi intitulada “Memórias e Projeções”, visto que muitos dos elementos textuais ali contidos se enquadram como advérbios de lugar e de tempo, tais como “aí”, “lá”, “aqui”, “depois”. Neste sentido, também pode-se perceber a presença de termos referentes às histórias que foram contadas durante as entrevistas, incluindo verbos no infinitivo e substantivos majoritariamente masculinos, como será melhor explorado a partir da análise de outras figuras. Portanto, o nome “Memórias e Projeções” faz jus às histórias que as entrevistadas trouxeram ao serem questionadas sobre envelhecimento, negritude, juventude, passado, presente, futuro, etc., bem como a alguns agentes importantes nesse processo.

Faz-se fulcral pontuar que os nomes escolhidos para representar as participantes do estudo são fictícios, escolhidos com o intuito de fazer uma alusão a algumas das várias mulheres negras importantes na história do Brasil. Assim, exemplos de trechos onde as entrevistadas fazem uso desses elementos textuais abrangidos pela classe 2 (Memórias e Projeções), contando histórias, são:

1. “A nossa casa era a casa mais simples da rua, e as pessoas batiam lá na porta perguntando: ‘escuta, tem alguém aí para trabalhar de babá, de doméstica?’ E muitas vezes a gente ficava sem graça de dizer ‘não’” (Maria Firmina dos Reis);
2. “Eu estudo à tarde, porque se eu ficar aqui, ó, durante a pandemia, meu Deus do céu, que sufoco para mim! Eu fiquei quatro meses aqui dentro. Você acha que esse apartamento aqui tem condição de fazer alguma atividade aqui dentro?” (Carolina Maria de Jesus);
3. “[...] Eu já tive vez de chegar na casa da patroa, e ela ficar me olhando de alto a baixo, e dizer: ‘depois você volta aí, que eu vou conversar com o meu marido, ver se vai querer’. E não queria” (Tereza de Benguela);

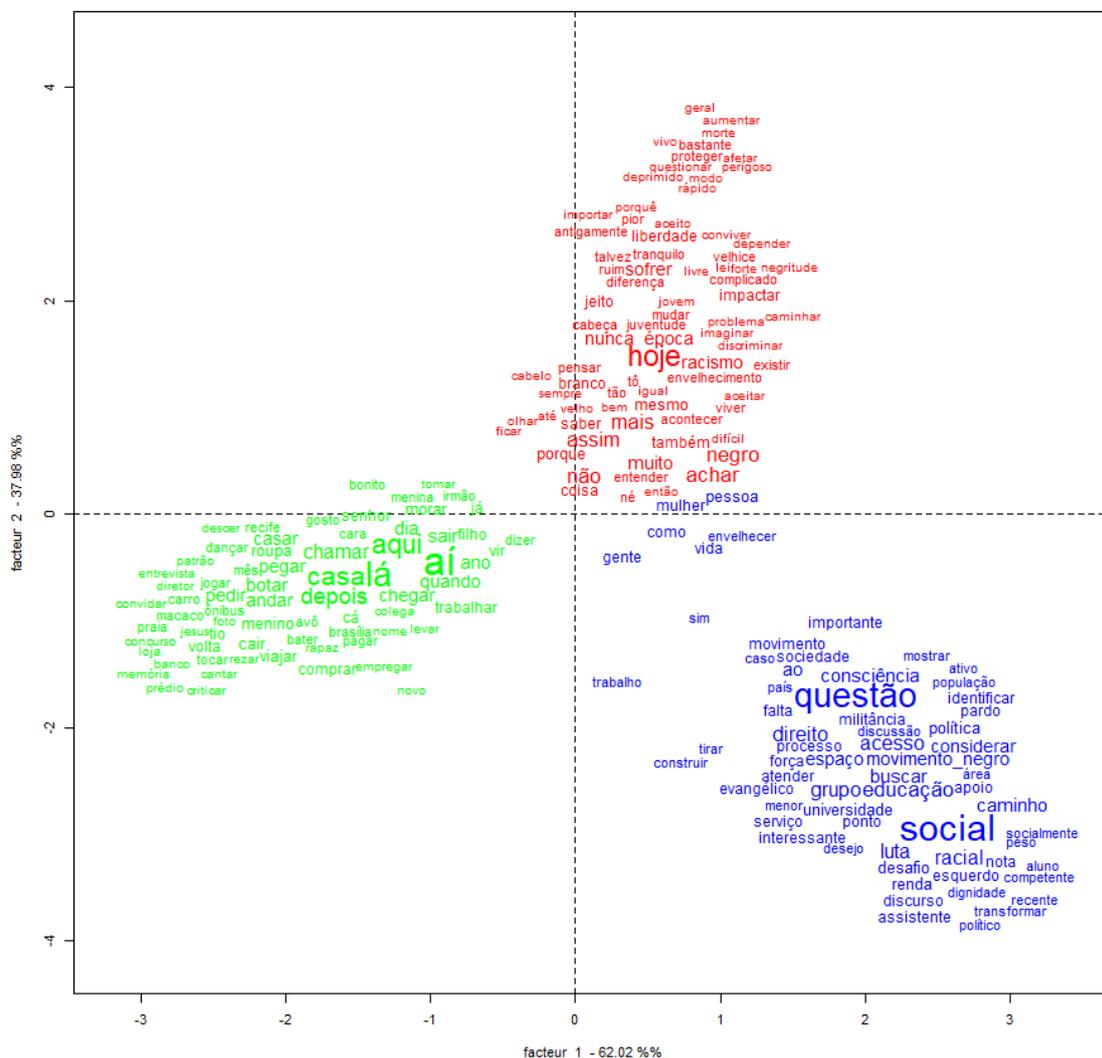
4. “[...] Porque eu me descobri uma pessoa negra na rua, não dentro de casa. E por eu estar frequentando a rua, né? E esses ambientes alternativos. Fazendo amizades aqui e ali, conversando” (Ruth de Souza).

Posteriormente, a classe 1, ilustrada como um subgrupo da classe 2, abarcou 36,3% do corpus textual e foi denominada como “Vivências Intrapessoais”. Isso porque os elementos textuais contidos nessa classe evidenciam experiências vividas no âmbito pessoal enquanto mulher, negra e idosa. Alguns termos como “hoje”, “negro”, “sofrer”, “racismo”, “nunca” e “branco” se referem à maneira como essas entrevistadas deram significado aos eventos relatados como próprios da conjunção entre raça, geração e gênero. Nota-se, também, que uma parte significativa dos termos encontrados nessa classe possui um cunho pejorativo; isto é, uma carga negativa, tais como “racismo” e “sofrer”, diferenciando-se da classe 3, que será melhor abordada a seguir. É possível destacar alguns trechos das entrevistas que retratam a classe 1 (Vivências Intrapessoais), tais como:

1. “Eu achava que meu filho não passaria tanta coisa como passa, né? Mas assim, a gente sabe que o racismo não vai acabar, né?” (Antonieta de Barros);
2. “Olha, você sabe que todo mundo fala: ‘é, é, eu já sofri racismo’. Eu nunca senti. Nunca senti. Nunca. Nunca. Pelo menos que eu saiba, não” (Tia Ciata);
3. “De fato, eu nem vejo eu negra. Não. Nem ligo, ó! Eu sou preta, mas eu nem ligo. Sou negra, é! Não tem. Tem não. Não, graças a Deus não tem, nunca ninguém fez nada comigo, não fala nada. Não faz diferença, nem ligo. Nem lembro, sabe, que eu sou preta, eu olho e eu tô preta, né? Tá preta, eu tô preta! Não clareei, né? Não, não” (Laudelina de Campos Melo);
4. “Naquele tempo, não tinha essa discriminação, não tinha essas, não tinha essas coisas. Sei lá o que, porque por você ser negra, você não tinha essas coisas, tudo é bullying. No meu tempo, não tinha isso, não. Não pode ser preto, tem que ser só branco, tem que ser, não. Meu tempo, pra mim, foi eu, eu cresci assim e no meu tempo não tinha isso, não. Era negra, negra, e branco era branco, mas não tinha esse negócio” (Marli Pereira Soares).

Em seguida, a classe 3, responsável por 24,7% do corpus textual e conectada com a classe 1, já que também é um subgrupo da classe 2, foi chamada de “Tornar-se Negra”. Em suma, nota-se que os elementos textuais ilustrados recorrem à uma esfera mais estrutural e coletiva das experiências relatadas, tais como “social”, “questão”, “educação”, “movimento\_negro” e “universidade”, que podem demonstrar uma tomada de consciência sobre a negritude. Além disso, é possível perceber a ligação entre as classes 3 (Tornar-se Negra) e 2 (Vivências Intrapessoais) ao analisar o teor dos termos; contudo, fica evidente que enquanto a classe 2 (Vivências Intrapessoais) relata experiências subjetivas vivenciadas, a exemplo dos elementos textuais “racismo” e “sofrer”, a classe 3 (Tornar-se Negra) enfatiza aspectos mais amplos e não necessariamente negativos, como “racial” e “luta”. As frases expostas a seguir, retiradas das entrevistas, podem ilustrar a maneira como a classe 3 (Tornar-se Negra) foi elaborada:

1. “Hoje em dia é melhor. Por quê? Porque hoje em dia tem mais informação. Na minha juventude não existia o movimento negro. Não existia. É, não circulavam esses questionamentos” (Yvonne da Silva Lara);
2. “Então, é preciso ainda que nós, na sala de aula, e isso é obrigação da educação, passar para as crianças desde as primeiras séries, o orgulho que nós devemos ter de ser negro” (Tereza de Benguela);
3. “Então a gente consegue ter algumas possibilidades aí, né? Disso, né? Nada sem luta. Não tem como. Nada sem ter que ser, né? E eu sei que continua. Dentro da academia a gente continua tendo que ser o melhor, né? A gente continua tendo que justificar porque que a gente está fazendo uma pesquisa sobre a questão racial. A gente ainda precisa dizer que a gente faz a pesquisa sobre a questão racial, mas que a gente entende de outras coisas fora só a questão racial, né?” (Antonieta de Barros);
4. “[...] Mas então eu sempre soube, eu sabia da minha condição de negra, mas eu não aceitava a minha negritude. Eu falava: ‘não, negro é uma pessoa retinta. Eu não sou preta, sou moreninha’. Eu me colocava nessa lacuna, né? Que as pessoas querem colocar, que é até uma forma de você não se identificar e não lutar pelos seus direitos” (Maria Firmina dos Reis).



*Figura 13: Análise Fatorial das Correspondências*

Seguindo essa linha, a Análise Fatorial das Correspondências (Figura 13) evidenciou o caráter fortemente independente das três classes estáveis produzidas pelo Dendrograma, representadas em um sistema cartesiano de coordenadas. O presente cálculo apresenta a correspondência intertextual entre as três classes estáveis nos quatro quadrantes, distribuídas ao longo dos dois eixos do plano cartesiano.

Nota-se que, da esquerda para a direita, as classes são apresentadas no sistema cartesiano de coordenadas seguindo a mesma ordem em que foram ilustradas no Dendrograma (Figura 12). Ademais, vale ressaltar que, na maioria das entrevistas, essa também foi a sequência dos relatos expostos a partir das questões norteadoras. Ou seja, as mulheres entrevistadas iniciavam seu discurso com histórias, posteriormente traziam

questões relativas às suas vivências intrapessoais e, por último, finalizavam com relatos sobre vivências mais coletivas e estruturais.

A classe 2 (Memórias e Projeções), localizada majoritariamente no quadrante inferior esquerdo, está representada de maneira independente, sendo a única a ocupar o lado esquerdo do sistema cartesiano de coordenadas. Nela, é possível identificar vários termos classificados como advérbios de lugar e tempo, bem como substantivos majoritariamente masculinos presentes nos seus relatos: menino, avô, irmão, patrão, rapaz e demais termos.

A classe 1 (Vivências Intrapessoais) é a que mais se localiza ao centro do sistema cartesiano de coordenadas, sinalizando, também, uma maior aproximação com ambas as outras classes. A classe 1 (Vivências Intrapessoais) e a classe 3 (Tornar-se Negra), partes de um mesmo subgrupo, ocupam o lado direito da figura, estando a classe 1 (Vivências Intrapessoais) no quadrante superior direito, ao passo que a classe 3 (Tornar-se Negra) se encontra no quadrante inferior direito, com poucas palavras se aproximando da classe 1 (Vivências Intrapessoais).

É perceptível que a classe 3 (Tornar-se Negra) é a que mais se distancia no plano cartesiano, evidenciando uma menor correlação entre seus elementos textuais e os da classe 1 (Vivências Intrapessoais) e classe 2 (Memórias e Projeções). Os termos “pessoa”, “mulher”, “como”, “envelhecer”, “vida” e “gente” se aproximam da classe 1 (Vivências Intrapessoais), fato esse representado pelo Dendrograma, que ilustrou as classes 1 e 3 como parte de um mesmo subgrupo. Ou seja, há uma relação semântica entre ambas as classes.

De certa forma, há também nessa análise uma similaridade com um corpo: o tronco/cabeça representado pela classe 1 (Vivências Intrapessoais), e os membros figurados pelas classes 2 (Memórias e Projeções) e 3 (Tornar-se Negra). É como se suas vivências intrapessoais fossem a sustentação de suas memórias e projeções e de sua compreensão social acerca da negritude; isto é, como se suas percepções referentes à temática étnico-racial dirigissem seu entendimento sobre suas experiências no passado, presente e futuro, bem como a forma de encarar a negritude em um aspecto social.



aproximação entre elas em um discurso voltado para as experiências vividas pelas mulheres negras idosas entrevistadas.

Em contrapartida, elementos textuais referentes à raça foram predominantes nas três análises aqui expostas. A palavra “negro”, especialmente, recebeu um grande destaque na Nuvem de Palavras. Ademais, termos relativos às questões raciais, como “racial”, “racismo”, “branco” e “movimento\_negro”, foram considerados mais significativos no corpus textual, visto que aparecem com mais frequência nas referidas figuras. Desta forma, infere-se que muito se discutiu sobre raça dentro do envelhecimento durante as entrevistas, ainda que grande parte dos relatos tenha sido voltado para a negação de uma influência racial no envelhecimento, conforme será mais explorado a seguir.

## Capítulo 8: Discussão

Através dos resultados obtidos, pode-se levantar alguns pontos de discussão acerca da interseção entre geração, gênero e raça. Ainda que o presente estudo se trate de uma pesquisa exploratória; isto é, com o intuito de investigar um fenômeno pouco abordado pela comunidade científica, é inegável que as entrevistas evidenciaram vivências complexas referentes às realidades das mulheres participantes. Sendo assim, serão elencados tópicos de reflexão, a partir dos quais serão debatidos os achados das figuras e as referências da área.

As mulheres negras idosas entrevistadas parecem ter elaborado suas memórias e expectativas futuras através das suas vivências intrapessoais. O fenômeno apontado por Vygotsky (1991; 2001), bem como por diversos autores que se debruçaram sobre a teoria histórico-cultural como um todo (Dafermos, 2015; Martins, 2020b; Zanella, 2020; Smolka, 2021), diz respeito à forma como tanto a natureza quanto o social não são dados, uma vez que ambos resultam do processo histórico que os origina e transforma.

De acordo com a teoria vigotskiana, é no exercício da atividade que o psiquismo humano se desenvolve. Em outras palavras, é por meio da atividade que o indivíduo atua sobre tudo aquilo que está a sua volta, desenvolve suas propriedades internas e intervém enquanto sujeito e portador de uma personalidade (Vygotsky, 1991; Zanella, 2020). Aqui, vale ressaltar que a atividade humana é sempre movida por uma intencionalidade, que surge frente à alguma necessidade apresentada.

Neste sentido, entende-se que a atividade humana funciona como agente transformador da cultura e do contexto social onde os indivíduos se inserem, ao passo que o contexto também influencia na emergência de necessidades e atividades dos sujeitos (Vygotsky, 2001; Martins, 2020b). Ou seja, os seres humanos moldam e são moldados pela cultura, concomitantemente. E, em uma sociedade estruturada a partir de opressões e violências raciais, é interessante perceber como as vivências intrapessoais das mulheres entrevistadas dialogam com a maneira que elas atribuem significados à sua trajetória de vida enquanto mulheres, negras e idosas.

As entrevistas evidenciaram um ponto: ainda que as participantes neguem a experiência pessoal do racismo, elas reconhecem que há uma diferença na organização social entre pessoas brancas e negras. Da mesma forma, pode-se dizer que a negação

também foi um aspecto presente dentro dos discursos relacionados ao envelhecimento como um todo, como será melhor abordado a seguir.

No que diz respeito ao envelhecimento, é notório que o “não” aparece especialmente dentro de um aspecto conformista, na tentativa de aceitar o avançar da idade como algo inevitável, porém indesejado e negativo. Em suma, as entrevistadas definiram esse processo enquanto uma vivência majoritariamente composta por perdas e prejuízos funcionais – ideia essa muito presente na sociedade brasileira, conforme abordado pela literatura científica da área (Kreuz & Franco, 2017; Silva et. al, 2020; Brito & Braga, 2022).

Parte significativa das mulheres entrevistadas compreende o envelhecimento como uma sequência de perdas, adotando uma visão semelhante às teorias aqui elencadas como Teorias Psicológicas do Envelhecimento da Primeira Vertente. Isto é, permanece entre elas a ideia de que envelhecer é um fenômeno intrapsíquico e isolado, que não dialoga com fatores contextuais e sociais.

Há, também, algumas teorias sociológicas aqui expostas, como a Teoria do Colapso de Competência e a Teoria da Modernização, que apontam a emergência de crises psíquicas advindas do avanço da idade e das tecnologias. Moscovici (2012; 2015) defende, a partir da Teoria das Representações Sociais, que o conhecimento científico é construído dentro de um contexto social. Em suma, teorias com um enfoque intrapsíquico foram e ainda são produzidas considerando a relação entre ciência e o dito senso comum.

Conforme exposto no primeiro capítulo da presente dissertação, o Brasil se posiciona no cenário global como um país capitalista de economia dependente, marcado por determinantes estruturais e histórico-conjunturais construídos desde o passado colonial (Carcanholo, 2018). Há uma lógica produtivista vigente na configuração nacional, relegando pessoas idosas ao papel de insignificância e “desuso”, e alimentando os estereótipos de que essa camada social seria, na verdade, um prejuízo para o país (Jardim, Medeiros & Brito, 2006; Previtali, Allen & Varlamova, 2020; Reynolds, 2020).

É inegável que o sistema capitalista preza pela produção acelerada, cultuando tudo aquilo que é novo, inclusive pessoas (Castro, 2016). Portanto, pode-se inferir que essa percepção exposta pelas mulheres entrevistadas dialoga com a crença imposta pela estrutura social do Brasil, que implementa a ideia de que as pessoas viram um problema

quando saem dos seus papéis sociais de juventude e alta produtividade (Queiroz, 2018; Kurobe & Côrte, 2022).

É perceptível, então, a maneira como as crenças populares são alimentadas pelas produções científicas, ao mesmo tempo em que os artigos e demais estudos partem desses pré-conceitos para investigar os fenômenos do envelhecimento. Ainda no que tange à teoria de Moscovici e a primeira função das representações sociais, citada no capítulo 3, compreende-se que as representações sociais convencionalizam os acontecimentos, atribuindo uma forma definitiva aos elementos do mundo externo e implicando na adaptação forçada das informações posteriores, que são sintetizadas e adicionadas aos modelos já pré-definidos (Oliveira & Bertoni, 2019).

Desta forma, o envelhecer passa a ser reconhecido pelos sinais sintetizados, que, em meio à lógica capitalista produtivista anteriormente discutida, estão circunscritos às dificuldades enfrentadas em todos os âmbitos. Ou seja, é a partir da identificação dos obstáculos psicológicos, de locomoção, interações sociais, entre outros, que o indivíduo percebe que está envelhecendo – ideia presente nas entrevistas, onde muitas mulheres relataram perceber o próprio envelhecimento a partir de perdas funcionais, cognitivas, sociais e emocionais. Essa percepção esteve presente em outros estudos que investigaram as representações sociais de pessoas idosas (Torres et al., 2015; Aguiar, Camargo & Bousfield, 2018; Tomé & Formiga, 2021), corroborando com a crença de que, no Brasil, essa é uma representação social alimentada tanto no meio científico, quanto nos mais diversos círculos sociais.

Porém, contrariando a ideia de que este é o único caminho possível, faz-se fulcral destacar o estudo de Castro et. al (2020), no qual foi evidenciado que pessoas idosas engajadas em centro de convivências e demais atividades tendem a definir o envelhecimento como um fenômeno mais voltado para a saúde e suas diversas possibilidades, ao contrário de indivíduos idosos que não incluem esses momentos em suas rotinas, os quais classificaram a velhice como uma etapa de vida marcada por doenças. Ante o exposto, entende-se que frequentar espaços voltados para essa parcela da população pode transformar as representações sociais construídas, uma vez que a cultura local provoca reflexões sobre os significados e sentidos desta fase.

Na análise das entrevistas, percebe-se que muitas participantes se queixaram da falta de espaços de convivências onde elas pudessem se engajar em alguma atividade.

Algumas mulheres, inclusive, relataram não se identificar com a velhice, pois ainda se consideram pessoas ativas e frequentadoras de ambientes considerados joviais. Brito, Araújo e Belo (2021) expõem, em sua pesquisa, que o envelhecimento adquiriu um juízo de valor positivo quando associado à “jovialidade” e à “saúde”. Essa ideia, além de reforçar a representação social que abrange o envelhecimento enquanto processo de perdas, também aponta para uma questão relevante: o despreparo do Estado em planejar ambientes e estímulos para a população mais velha.

Os primeiros trabalhos sociais voltados para a população idosa no Brasil datam da década de 60, em resposta à necessidade social de promoção do bem-estar entre essa camada social (Assis & Parra, 2015). Desde então, diversos estudos apontam os espaços de convivência e programas sociais como fatores de impacto na satisfação com a vida, na sensação de pertencimento e na construção de relações interpessoais significativas (Araújo et al., 2005; Yassuda & Silva, 2010; Camargo, Telles & Souza, 2018; Francisco & Pinheiro, 2018). Frente a isso, é possível inferir que, ao não terem acesso a tais ambientes, ou ao entenderem que essas são atividades exclusivamente voltadas para pessoas mais jovens, as mulheres entrevistadas podem estar se privando de conquistar tais benefícios, reforçando representações sociais de teor negativo acerca da própria velhice.

Não obstante, outro fator importante relatado nas entrevistas das participantes quando indagadas sobre o envelhecer foi a percepção do preconceito dirigido às pessoas idosas. O idadismo, também comumente citado como ageísmo ou etarismo, ocorre quando há a estigmatização e/ou práticas de discriminação da sociedade e suas instituições frente a grupos de idade. É, então, a estereotipia e a ação discriminatória contra pessoas com base em sua idade cronológica (Silva et al., 2021; Soares et al., 2021). Embora este seja um preconceito dirigido à diferentes camadas etárias, é evidente que a população idosa se aloca em um patamar mais suscetível à essa discriminação, visto o contexto social e econômico brasileiro.

Em consonância com o primeiro capítulo da presente dissertação, sabe-se que o aumento da longevidade da população não necessariamente implica em uma boa qualidade de vida na velhice. O estudo de Lima et al. (2016) aponta os crescentes índices de depressão e demais transtornos de humor em pessoas idosas, por exemplo, defendendo a importância de conhecer os principais fatores e elementos desses quadros de adoecimento nessa faixa etária específica. Ademais, pessoas 60+ enfrentam

transformações sociais, que ocorrem “quando as relações sociais são alteradas em razão da diminuição da produtividade e, principalmente, do poder físico e econômico, sendo a alteração social mais evidente em países de economia capitalista” (Borges et al., 2017, p. 19).

Novamente, é possível lembrar algumas teorias que se propõe a embasar este acontecimento, tais como a Teoria da Seletividade Socioemocional, aqui categorizada como uma teoria psicológica de primeira vertente, e a Teoria do Afastamento ou Desengajamento, alocada como uma teoria psicológica de segunda vertente. Ambas as teorias citadas enfatizam o aspecto da perda de relações sociais na velhice: a primeira em um caráter mais intrapsíquico, defendendo que a amplitude da rede de relações sociais é reduzida na velhice para que as pessoas idosas redistribuam seus recursos socioemocionais; e a segunda em um âmbito mais social, marcada pela ideia de que o desengajamento da camada senescente seria um produto da socialização e um requisito essencial para a manutenção da estabilidade social (Neri, 2013).

Independentemente da maneira como esse acontecimento é concebido dentro da academia, não se pode negar que, quanto mais isolada a comunidade idosa está das demais populações, mais estereótipos surgem acerca de suas vivências, reforçando as representações sociais pejorativas que se tem acerca da velhice. Quanto menos espaços e momentos de integração entre as diferentes camadas etárias brasileiras, menor será a participação social de pessoas mais velhas no mercado de trabalho, nas relações sociais, nas decisões políticas e familiares, entre outros, e maior será a resistência para desenvolver ações que visem a convivência ativa, saudável e participativa entre todas as pessoas.

A segunda função através da qual as representações sociais afetam o processamento cognitivo, social e emocional dos indivíduos pode ser elucidada por esse isolamento social (Oliveira & Bertoni, 2019). Moscovici (2015) aponta que as representações sociais não foram ativamente pensadas pela sociedade no exato momento em que são reproduzidas, mas são constantemente re-pensadas, re-citadas e re-apresentadas. Em outras palavras, existe um conhecimento anterior que quebra as amarras das informações presentes, oferecendo resistência a pensamentos inovadores emergentes.

Quando se reflete sobre o papel da pessoa idosa na sociedade brasileira, remonta-se ao período de industrialização e modernização da economia, onde os ideais capitalistas

foram fortemente inseridos no funcionamento social (Cruz, 2020). Pode-se inferir que, desde essa época, as pessoas idosas, bem como crianças e mulheres, foram relegadas a uma posição de invisibilidade, pois não eram vistas como tão produtivas quanto homens adultos, e não participavam mais das relações sociais de trabalho (Camargo, 2021). O preconceito contra pessoas idosas é, portanto, uma crença fundamentada por todo um elo de sistemas e imagens prévios, os quais seguem sendo transmitidos e circulados, muitas vezes tendo sua reprodução pautada não nas atitudes próprias de quem diz em si, mas sim na forma como a sociedade consolidou essa representação social em algum momento da história.

Logo, nota-se, no que tange à percepção das entrevistadas sobre seus respectivos envelhecimentos, que muitas elencam as dificuldades físicas e o preconceito como principais elementos desta etapa de vida. São, portanto, as representações sociais que elas têm sobre si nesse momento: a do “não”, retratado pela ideia de incapacidade, de desuso, de preconceito, de “estragar”. Em uma sociedade que preza pelo consumismo e pela novidade, é esperado que estereótipos negativos se formem acerca de quem foge dessa lógica, implicando no afastamento social entre pessoas idosas e demais camadas etárias, bem como na tentativa de fugir desse papel através de cuidados estéticos e outros mecanismos, conforme será abordado posteriormente.

Dito isso, foi possível destrinchar a prevalência do “não” nas questões norteadoras referentes ao envelhecimento na entrevista semiestruturada. Porém, ao analisar os discursos das participantes, também é de fácil identificação o “não” em contextos raciais; isto é, quando as mulheres eram convidadas a discorrer sobre seu lugar de negritude ou, por vezes, sua negação dessa vivência. Sob essa ótica, ao se analisar o início, meio e fim das entrevistas, percebe-se que a maioria dos discursos começa com relatos sobre suas experiências pessoais e, no decorrer desse momento, as falas se voltam para um aspecto mais social da negritude.

Uma parcela expressiva das entrevistadas, quando questionadas sobre como elas experienciam a negritude, teve como primeira resposta a negação de que sua identidade étnico-racial tenha sido um fator desafiador em suas vidas. É notório que esse foi um conteúdo significativamente presente nas entrevistas: o da negação de que o racismo sempre existiu, e a ideia de que a percepção da discriminação racial é algo presente apenas na nova geração de pessoas negras.

De acordo com o que foi abordado no segundo capítulo da presente dissertação, sabe-se que a colonização do ser (Maldonado-Torres, 2007; Bernardino-Costa, 2018) foi uma ferramenta fundamental para a consolidação e manutenção do racismo enquanto opressão estrutural até os dias atuais. Segundo esse conceito, durante a escravidão, os negros tiveram suas alteridades humanas violadas até o ponto de internalizarem a subalternidade (Lessa, 2020).

Posteriormente, o mito da democracia racial ganhou forças, dificultando o debate sobre as violências cometidas em função da identidade étnico-racial de pessoas afrodescendentes. Conforme exposto no segundo capítulo da presente dissertação, foi difundida a crença de que no Brasil não há raças, pois, supostamente, todos os seres humanos são iguais. Sob este ângulo, a organização social racista é naturalizada, uma vez que as violências sofridas por pessoas negras são vistas como uma questão individual e até mesmo meritocrática, partindo do pressuposto de que a camada preta e parda brasileira atualmente se aloca na margem da sociedade pela mera falta de esforço em ascender socialmente (Carneiro, 2011; Neves & Silva, 2019; Nascimento, 2021).

Assim, é entendido que “as coisas são como elas são”: brancos para um lado, negros para o outro, normalizando essa estrutura. E, enquanto as pessoas ocupam esse espaço previamente destinado para elas, não há conflito aparente. As dinâmicas de poder e de enfrentamento surgem quando essas barreiras são rompidas; isto é, quando os indivíduos transgredem e saem dos territórios reservados para si. Neste sentido, vale pontuar que foram poucas as mulheres negras idosas entrevistadas que expuseram uma trajetória marcada por violências racistas, e todas elas destacam essas vivências a partir do momento em que ingressam no ensino superior e, posteriormente, no mundo do trabalho – ambos ambientes dos quais mulheres negras não puderam se apropriar ao longo da história de formação nacional.

Ferreira (2019) discorre sobre como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial, haja vista os questionamentos que emergem quando pessoas de grupos subalternizados passam a frequentar espaços majoritariamente brancos. Em suma, é a partir da democratização dos acessos que surge a percepção de que tais acessos não são democráticos. Não por acaso, muitas mulheres negras idosas aqui entrevistadas só tomaram consciência das lógicas discriminatórias e racistas do Estado quando optaram por transitar em ambientes que não foram pensados por e para elas. E, ainda nessa linha,

infere-se que aquelas participantes que alegam nunca terem sentido o racismo no dia-a-dia, podem nunca ter saído dos espaços em que ser negra é algo tolerável.

Assim, o Brasil foi constituído por um racismo cristalizado e, também, silencioso, que se afirma diariamente a partir de sua própria negação (Gomes, 2017). Desta forma, para além da compreensão de que a negação do racismo opera visando a manutenção do mesmo, emerge também a hipótese de que, nas entrevistas, o “não” entra em um âmbito de se distanciar de uma realidade possivelmente violenta em detrimento de sua raça. É curioso reparar a frequência que esse termo textual aparece na tentativa de elucidar um ponto – quase como se uma simples negação não bastasse, e o distanciamento total das vivências do racismo só pudesse ser efetivado se a palavra “não” fosse repetida vezes o suficiente. Percebe-se que, na intenção de explicitar como o racismo não havia feito parte de suas vidas, o termo “não” foi repetidamente utilizado em algumas frases por diversas mulheres entrevistadas.

Todavia, é possível notar, ao longo das entrevistas, que essas próprias mulheres que negaram o racismo começam a se contradizer. De início, há falas negando que o racismo seja uma questão complexa e estrutural; porém, conforme a entrevista acontece, surgem relatos de situações extremamente violentas atreladas à identidade racial dessas participantes, mas que não são entendidas por elas como racismo e sim como “*bullying*”, “coisa de criança”, etc.

É interessante refletir sobre a escolha da palavra “*bullying*” para classificar esses episódios. Há uma negação do racismo, tanto no ato direto de não o reconhecer, quanto na ação de definir violências raciais como “*bullying*”, evitando entrar em contato com o aspecto estrutural dessa vivência. Dentro dos estudos clínicos, há a teoria freudiana de que a negação pode ser uma via de acesso à consciência, pois é neste processo que se toma conhecimento do que foi reprimido (Freud, 2011). Já no que tange ao diálogo entre desenvolvimento humano e contexto social, é evidente que a negação do racismo é um mecanismo internalizado a partir as vivências dentro das estruturas e configurações nacionais. Ou seja, é no contato com os significados que permeiam e constituem a história brasileira, que o racismo enquanto aspecto estrutural é negado (González, 2020; Nascimento, 2020).

Partindo para a análise das entrevistas, cabe afirmar que a escolha da palavra “*bullying*” pode ter como efeito a aparente individualização de uma série de

comportamentos problemáticos. Vale ressaltar que este é um termo recente, tão atual quanto a difusão do termo “racismo estrutural” e, ainda assim, essa foi a escolha semântica operada pelas mulheres entrevistadas para ressignificar as vivências passadas. O *bullying* presente nas escolas, citado por parte das mulheres entrevistadas, é conceituado como “a hostilidade de um aluno mais velho ou mais forte, ou grupo de alunos, intencionalmente e com frequência, dirigida a um mesmo aluno, que não consegue reagir suficientemente para evitar a agressão” (Crochick, 2019, p. 2). Percebe-se, nessa definição, que se trata de uma lógica de poder instaurada através da dicotomia entre mais forte e mais fraco, vulnerável.

Contudo, é importante ressaltar que os fatores que tornam essas mulheres alvos fáceis de *bullying* na escola, por exemplo, são elementos historicamente compreendidos como aquém da humanidade. Enquanto o *bullying* é entendido como atos hostis direcionados a alguém, o preconceito é tido como algo mais abrangente, consistindo em ações e atitudes violentas dirigidas a uma ou mais pessoas em função de seu pertencimento a um grupo socialmente desvalorizado (Carvalho & França, 2019). Tal pertencimento pode ser verificado por traços fenotípicos, tais como cabelo, tom de pele, nariz e outras partes do corpo que comumente viram motivos de piadas. Desta forma, não se pode negar que essas violências relatadas não são mera coincidência ou “coisa de criança”, mas sim fruto de uma socialização que relegou pessoas negras a esse status negativo e subvalorizado, e que atribuiu às pessoas brancas um sentimento de superioridade e legitimação de dominação (Neves & Silva, 2019; Damasceno & Azevedo, 2021).

Assim, é possível inferir que a categorização feita por essas mulheres, ao alocarem essas vivências como “*bullying*”, pode advir de um processo de distanciamento da dor provocada pelo racismo. Ao defender que um episódio na infância foi *bullying* e não preconceito ou racismo, entende-se que aquele foi um acontecimento isolado, resultado de uma “má criação” de uma criança ou grupo específico. Não se é convidada a refletir sobre essa prevalência em outros momentos e âmbitos da vida, pois o episódio de *bullying* teve seu início, meio e fim ali. Mas, caso essas experiências fossem compreendidas como ações e atitudes racistas, essa consciência abriria espaço para novas interpretações acerca de demais vivências. Ou seja, reconhecer ter sido vítima do racismo uma vez preconiza a consciência de que aquela não foi e nem será a única. E quão doloroso seria entrar em contato com isso?

Ainda sob essa mesma ótica, fica evidente um afastamento no discurso entre o significado que essas mulheres atribuem às suas experiências pessoais e a forma como elas enxergam a negritude em um âmbito social. Corroborando o que foi exposto até aqui, é possível assumir que as participantes do estudo identificam diferenças de tratamento entre pessoas negras e brancas desde a sua juventude até os dias atuais, mas não classificam essas vivências como racistas dentro de suas próprias histórias.

São identificados dois polos nesses discursos: o primeiro, com falas onde as participantes alegam nunca terem sofrido racismo, e o segundo, onde essas mulheres exploram o entendimento de que a sociedade se organiza a partir de elementos raciais, privilegiando pessoas brancas. Dito isso, novamente entende-se que existe uma partícula dessas vivências intrapessoais que identifica essa discriminação, mas evita entrar em contato com ela.

Percebe-se que o “não”, dentro da temática racial abordada nas entrevistas semiestruturadas, emerge especialmente como a negação do sofrimento atrelado à identidade racial dessas mulheres em questão. Contudo, é curioso o fato de que, a partir da análise das figuras, fica notório que o “não” esteve acompanhado de elementos adjacentes como “assim”, “porque”, “né” e “então”. Esses termos, classificados como conjunções explicativas e causais, indicam uma relação interessante com o “não”: a ideia de que, muitas vezes, o “não” foi explicado após ser dito. Essas falas expõem uma faceta interessante da elaboração das respostas das participantes: parece que há a necessidade de uma explicação por trás do apreço pela própria negritude, já que o simples “gostar” não faz sentido.

O uso do “porque”, “então”, “né” e “assim” transmite a ideia de que existem motivos pelos quais elas gostam de suas identidades raciais, e esses motivos nem sempre se categorizam como aspectos positivos da negritude, mas sim como afastamentos das vivências negativas. Isto é, nas entrevistas, gostar de ser negra não necessariamente parece ter relação com as coisas positivas dessa comunidade, mas sim com um afastamento dos possíveis elementos negativos atrelados a esse perfil – ideia essa trazida pelas participantes que, durante seus relatos, afirmaram apreciar sua negritude “porque não ficavam muito com isso na cabeça” ou, então, porque tinham privilégios socioeconômicos que viabilizavam acessos à direitos básicos.

Contudo, esse cenário se altera quando as referidas mulheres chegam ao tópico da estética e beleza. Isso porque a estética operou como um elemento fundamental na compreensão dessas mulheres acerca de suas vivências. Quando indagadas sobre como tem sido a experiência de envelhecer enquanto mulheres negras, muitas participantes destacaram a aparência física como um ponto positivo dessa interseção entre geração, gênero e raça.

Aqui, faz-se fulcral pontuar que vários teóricos já investigaram o movimento identitário de alternar a percepção de pertencimento e não pertencimento de determinadas categorias sociais (McGregor & Gray, 2002). Em linhas gerais, há uma tendência de que as pessoas associem a si características positivas, e se distanciem de aspectos negativos atribuídos à camada da qual participam (Loth & Silveira, 2014). Durante a coleta de dados da presente pesquisa, foi perceptível que, ao mesmo tempo em que as mulheres entrevistadas alegaram não ter enfrentado diferenças de tratamento em detrimento de sua raça, elas assumiram que a estética é um privilégio da negritude em questão. Em suma, elas não parecem ter se identificado com os elementos negativos frequentemente atrelados às vivências raciais, mas conseguiram se enxergar como pertencentes à essa identidade quando o assunto foi um aspecto considerado positivo.

Os teóricos que se debruçam sobre os estudos da negritude no Ocidente entendem que a estética negra, como um todo, passou por um processo de subvalorização decorrente da colonização. Em resumo, traços fenotípicos negros são considerados feios, indesejáveis e marcados por associações negativas (Pacheco, 2008; Carneiro, 2011; González, 2020; Fanon, 2020; Nascimento, 2020; Braga, 2021; Nascimento, 2021). Essa foi uma percepção também exposta pelas mulheres entrevistadas, ainda que indiretamente, quando elas relataram suas dificuldades em “controlar” seus cabelos, por exemplo.

Muitas participantes do presente estudo afirmaram, ao longo da entrevista, que não se enxergavam enquanto crianças, adolescentes e adultas bonitas no decorrer da vida. Pode-se inferir que essa crença foi reforçada pela falta de relacionamentos amorosos, pelos episódios elencados como “*bullying*” nos ambientes escolares e de trabalho, pelo desgosto pelos próprios traços físicos, entre outros. Todavia, ao atingir a velhice, há um movimento contrário na subjetivação das pessoas entrevistadas: o reconhecimento de si mesmas enquanto mulheres bonitas. Isto é, a partir da coleta de dados, ficou evidente que essas mulheres negras idosas, as quais anteriormente não enxergavam beleza em si

quando em comparação com suas amigas brancas, passaram a se ver como mulheres bonitas ao longo do envelhecer, também ao compararem suas condições físicas às das colegas brancas de mesma idade.

É de extrema urgência pontuar a importância da estética no processo de subjetivação dos seres humanos. Em um país marcado pela colonização e dominação de identidades não-brancas, sabe-se que os ideais de beleza têm raízes históricas profundas e são pautados em ideologias racistas (Thomaz & Vieira, 2019). Enquanto construto social, não se pode negar que os padrões estéticos seguem concepções atravessadas pelo colonialismo, implicando na incidência de sentimentos de insatisfação com a própria estética em mulheres negras (Carneiro, 2011; Bento, 2014; González, 2020). Segundo Pinheiro, Rosa e Conceição (2019), “a formulação do padrão de beleza instituído pelos colonizadores brancos europeus elegeu ícones estéticos constituintes do seu sistema simbólico de representação” (p. 8). Em outras palavras, o belo é branco.

E, partindo da emergência desse tema entre as mulheres entrevistadas, surge a reflexão: a maior parte dos estudos sobre negritude está centrada nas dificuldades enfrentadas por essa camada populacional – fato esse relevante, visto o passado colonial que ainda se faz tão presente nos dias atuais. Até mesmo dentro da temática do envelhecimento, as poucas pesquisas acerca do diálogo entre geração e raça enfatizam os obstáculos experimentados por pessoas negras 60+, vide o estudo de Rabelo et al. (2018). Todavia, vale ressaltar que nenhuma das cinco perguntas norteadoras da entrevista semiestruturada abordou especificamente aspectos positivos ou negativos, e ainda assim a estética apareceu repetidas vezes em seus discursos como um ponto significativo.

Tal fato pode demonstrar que, apesar das representações sociais negativas atreladas à negritude, uma parcela expressiva das mulheres idosas entrevistadas trouxe espontaneamente a beleza como um marco. Ou seja, mesmo sem serem convidadas diretamente a pensar sobre vantagens nos seus respectivos envelhecimentos enquanto mulheres, negras e idosas, os atributos estéticos parecem ter sido um ponto comum nas representações sociais que elas já haviam construído.

É inegável que, atualmente, a experiência de ser negro no Brasil tem sido mais discutida. Conseqüentemente, são múltiplos os singelos avanços verificados nos mais diversos âmbitos: política de cotas, comercialização de produtos específicos para peles e cabelos negros, maior representatividade nas mídias e nos espaços políticos, crescente

quantidade de movimentos negros, etc. Exemplo disso é que, em sua análise sobre representatividade em anúncios de revistas, Fernandes (2021) aponta que, ainda que o número de representatividade negra seja baixo, já são mais comuns as peças publicitárias em que pessoas negras são alocadas em posições de destaque.

Os movimentos negros internacionais e nacionais exercem um papel fundamental na ressignificação da negritude em solo brasileiro. No Brasil, sabe-se que essas entidades, organizadas desde a Primeira República, sempre contaram com a participação de mulheres negras em suas lutas e transformações (Domingues, 2007). O movimento negro pauta, portanto, o conceito de “raça” como um resgate positivo de toda a bagagem cultural e histórica dos ancestrais, visando gerar mudanças tanto nos padrões simbólicos, quanto nos ideais estéticos impostos com a escravidão (Santos, 2016).

É válido ressaltar que o Movimento Negro Unificado (MNU) retomou o ativismo pela igualdade racial em 1978, após muitos anos de repressão (Theodoro, 2014). É a partir do fim da década de 70, então, que as demandas negras vêm lentamente ganhando forma – período esse em que as mulheres entrevistadas viviam sua juventude. Desta forma, compreende-se que as participantes do presente estudo viveram muitos anos sem colher os frutos da batalha incansável dos movimentos sociais negros, uma vez que as conquistas supracitadas se consolidaram apenas décadas depois.

Por muito tempo, no que tange ao assunto da estética, o racismo também foi pautado pela negação do mesmo; ou seja, pela ideia de que não era o racismo que impedia essas mulheres de enxergarem beleza em si mesmas, mas sim uma mera questão subjetiva de gosto ou preferência. Conforme explicitado anteriormente; no decorrer de suas vidas, as mulheres entrevistadas não alegaram se sentir bonitas. Todavia, ao relatarem a transformação dessa percepção na velhice, emerge a dúvida: essa nova percepção de beleza se deu por conta dos avanços das políticas públicas concernentes à temática racial? Pelo contato com uma parcela da nova juventude negra, que atualmente estabelece outro tipo de relação com suas respectivas negritudes? Pela representatividade nas mídias e nas indústrias, que hoje fabricam produtos específicos para cabelos e peles negras? Pelo próprio envelhecimento, que pode implicar em um senso de libertação de padrões estéticos impostos pela sociedade às mulheres mais novas?

Infelizmente, essa é uma questão que permanece em aberto. Contudo, é curioso observar que aparentemente há a remediação de uma ferida colonial no envelhecimento.

Hooks (2019) afirma que “amar quem somos começa com a compreensão das forças que produziram quaisquer hostilidades que sentimos em relação à negritude e a ser mulher, mas também significa novas formas de pensar sobre nós mesmos” (p. 124). E, nesse sentido estético, pode-se afirmar que essas mulheres se movimentam na direção de ressignificar suas próprias vivências conjugadas de gênero, geração e raça.

Essa transformação de percepção, no entanto, não implicou na busca por novos relacionamentos amorosos por parte das entrevistadas. Já são várias as pesquisas que se debruçam sobre a beleza enquanto recurso da socialização feminina para ser escolhida no amor (Goldenberg, 2001; Carpenedo & Koller, 2004; Del Priore, 2006; Neves, 2007; Almeida, Del Vecchio & Lourenço, 2015; Wolf, 2018; Zanello, 2018; Maia et al., 2020). Em resumo, diversos estudos compreendem que a subjetivação das mulheres perpassa pela procura por uma relação romântica como pré-requisito para atingir a satisfação e o bem-estar.

Almeida e Lourenço (2007) afirmam que o amor e a sexualidade são elementos fundamentais da interação humana e da estruturação das relações íntimas na sociedade. Em seu artigo, os autores discorrem sobre os preconceitos dirigidos às pessoas mais velhas que desejam se relacionar amorosamente durante a velhice, ampliando o debate sobre as representações sociais confeccionadas acerca da atração e do desejo de homens e mulheres idosos, frequentemente estigmatizados como assexuais ou, até mesmo, “perversos”.

No decorrer das entrevistas realizadas para a presente dissertação, merece destaque o fato de que a maioria das participantes mencionou relacionamentos passados, mas não indicou a intenção de se relacionar novamente. Aliás, vale pontuar que a palavra “amor” não foi estatisticamente significativa em nenhuma das análises previamente expostas. E partindo dos discursos obtidos, infere-se que essa falta de vontade não advém dos preconceitos lançados para a vida amorosa de pessoas mais velhas, mas sim do simples não querer. Essa concepção se reflete nos dados sociodemográficos, haja vista que 28 das 31 mulheres entrevistadas não está em um relacionamento amoroso atualmente.

Todavia, faz-se fulcral ressaltar que os relacionamentos amorosos não configuram uma vivência comum no curso de vida de mulheres negras brasileiras. Mizael, Barrozo e Hunziker (2021) realizaram uma revisão da literatura sobre a solidão da mulher negra,

expondo diversos estudos que discorrem sobre a rejeição enfrentada por mulheres pretas e pardas brasileiras no processo de serem escolhidas por um par romântico. Neste sentido, a maioria das mulheres entrevistadas alega já ter sido vítima de um amor fracassado, onde elas comumente eram trocadas, ou até mesmo reprovadas pela família do par em questão.

Ainda que essas experiências do passado não tenham sido associadas pelas participantes à sua identidade étnico-racial, pressupõe-se uma íntima relação entre sua negritude e sua instabilidade amorosa. Isso porque, além de não estarem de acordo com o padrão de beleza imposto pelo ideal de branqueamento (Bento, 2014; Gonzalez, 2020), mulheres negras também não indicam uma ascensão social de quem as escolhe (Fanon, 2020). Neste âmbito, Souza (2008) aponta em sua pesquisa que:

Encontramos, assim, mulheres forras e livres, na sua grande maioria, solitárias, muitas vezes mães solteiras, como eixo central de seus lares e que, por não terem casado, seja por escolha voluntária, seja por dificuldades sociais ou por preterimento do parceiro, não vivenciaram uma condição de acesso social ou de estabilidade amorosa (p. 42).

Este trecho, elaborado em 2008, reverbera nos achados da presente dissertação. Afinal, nesta pesquisa também foram encontradas mulheres livres, chefes de família e que não experimentaram a estabilidade de um relacionamento romântico, indicando que este não é um quadro recente na configuração da família brasileira, tampouco um cenário que sofreu significativas alterações nos anos subsequentes ao do trabalho supracitado. Entretanto, pode-se afirmar que outro marcador social de diferença emerge como fator de análise nessa pesquisa: a velhice.

Sob essa ótica, surge a hipótese de que, em um dado momento da vida, as mulheres são requisitadas a estabelecerem relações amorosas, mas que isso comumente se dá na juventude e no início da vida adulta. Na velhice, isso não pareceu ser uma prioridade. Tal concepção abre margem para novos estudos na área, visto que a maior parte dos estudos sobre o diálogo entre subjetivação feminina e relacionamentos afetivos se dá com o público jovem ou adulto. Embora já se discuta sobre as discriminações voltadas para pessoas idosas que querem se relacionar, é possível afirmar que pouco se explorou sobre a importância que essas relações assumem ou deixam de assumir para as mulheres após determinada idade.

A quinta pergunta direcionada às participantes da pesquisa (*como você espera que mulheres negras envelheçam hoje em dia?*) corrobora com essa informação. Em linhas gerais, as respostas foram circunscritas principalmente aos âmbitos de saúde, dinheiro, amizades e felicidade como principais desejos dessas mulheres negras idosas para as jovens meninas negras brasileiras. Isto é, o amor romântico parece ter sido relegado a um papel de esquecimento, ou, quem sabe, de insignificância dentro dessas expectativas. Com isso, cabe a reflexão: este fenômeno se deu porque, com o avançar da idade, os relacionamentos amorosos assumem outro grau de importância? Ou o fato de que essas mulheres não foram particularmente escolhidas como namoradas e esposas ao longo da vida culminou em uma aceitação e conformismo sobre o tópico na velhice?

Considerando toda a trajetória dos negros brasileiros, brevemente exposta no corpo dessa dissertação, entende-se que o Brasil ainda caminha a passos lentos rumo à promoção e garantia dos direitos fundamentais das pessoas negras desse país. O preconceito e a discriminação estruturalmente consolidados ainda operam pelas mãos do Estado, tornando árduo o processo de emancipação e equidade do povo brasileiro. E, sabendo que a liberdade propriamente dita ainda é recente para a população afrodescendente, especialmente para as mulheres pretas e pardas, talvez essa seja uma das primeiras vezes em que mulheres negras têm a possibilidade de cuidar de si, sem a necessidade de um relacionamento amoroso para a garantia de direitos básicos de cidadania.

Frente a isso, pode-se inferir que essas mulheres vivenciaram transformações intensas na sociedade ao longo dos seus mais de 60 anos, desde o contato com pessoas da família que até pouco tempo atrás eram escravizadas, até o surgimento do movimento negro e a ascensão dos debates sobre negritude em âmbito social e nacional. Ao atingirem a velhice, essas participantes podem estar configurando a primeira camada feminina negra que usufrui de lazer, acesso aos espaços, dinheiro, amizades, entre outros elementos que elas não puderam aproveitar antes, e que hoje tanto desejam que se perpetuem para gerações mais atuais. Pode-se dizer que, neste exato momento da história, as representações sociais acerca da negritude estão sendo transformadas e ressignificadas. E qual o peso revolucionário e histórico dessa constatação?

Ante o exposto, fica evidente que parte das representações sociais construídas pelas participantes sobre seus respectivos envelhecimentos enquanto mulheres negras foi perpassada pela negação – seja em tom de conformismo e impossibilidades, no que tange

ao envelhecimento; seja no sentido de se afastar de eventuais prejuízos e crenças pejorativas sobre si, dentro dos aspectos raciais. No que diz respeito à negritude, pode-se destrinchar algumas questões a partir das duas funções das representações sociais, expostas no terceiro capítulo dessa dissertação.

De acordo com Moscovici (2015), as representações sociais operam de modo prescritivo e são impostas desde a gestação, uma vez que as mesmas foram estruturadas previamente. Em consonância com os teóricos negros aqui elencados (Bento, 2014; Fanon, 2020; González, 2020; Nascimento, 2020; Nascimento, 2021), sabe-se que a consolidação dos estereótipos negativos atrelados às identidades pretas e pardas é um projeto datado de séculos atrás, no período de colonização e escravidão. Desde então, foram perpetuadas as crenças de que as pessoas negras brasileiras representam o inimigo ficcional do desenvolvimento social e econômico da nação (Mbembe, 2018).

Desta forma, é compreensível que essas ideias preconceituosas não foram ativamente pensadas e construídas pela geração atual, mas ainda ocupam um espaço de constante reinvenção no imaginário social através das políticas e aparatos estatais estruturalmente opressores. Assim, conforme explicitado por Moscovici (2015), essas representações sociais não necessariamente indicam a forma como as pessoas pensam; contudo, elas refletem um conjunto de sistemas de classificações que vieram de contextos políticos, históricos e sociais anteriores.

Frente ao que foi discutido em relação às entrevistas realizadas com mulheres negras idosas do Distrito Federal, surge a hipótese de que a constante negação da experiência do racismo nos seus respectivos processos de viver e envelhecer pode estar relacionada com a recusa em aceitar as representações sociais previamente confeccionadas. A partir dos seus discursos, entende-se que as participantes reconhecem a divisão racial que existe na sociedade, ao mesmo tempo que não associam suas vivências e relações intrapessoais aos estereótipos comumente atribuídos às pessoas negras.

Talvez, negar terem sido vítimas do racismo possa implicar na negação de se identificarem com o que foi dito sobre elas; ou seja, com as representações sociais estruturalmente construídas, que alocam a população afrodescendente como inferiores e aquém da humanidade (Carneiro, 2011). Afinal, a primeira função da Teoria das Representações Sociais indica que tais representações são convencionalizadas a partir de

sinais pré-estabelecidos. E, se existe a crença de que ser uma pessoa negra é ser uma pessoa ruim; isto é, se os sinais para o reconhecimento da própria negritude estão circunscritos ao sentimento de inferioridade, não há a identificação. Essa é uma percepção importante, pois expõe uma faceta da negritude pouco explorada pela camada científica até então: a noção de que existem prazeres inerentes à essa identidade, e não apenas sofrimentos.

Assim, compreende-se que as representações sociais comumente investigadas e entendidas como próprias da velhice (Torres et al., 2015; Castro & Camargo, 2017), mesmo aquelas que já avançam dentro da perspectiva interseccional (Salgado et al., 2017; Silva et al., 2020; Fabrício et al., 2021; Silva & Barros, 2021), se transformam quando os sujeitos de pesquisa são mulheres negras. Mesmo que muitos elementos de outras pesquisas da área se repitam aqui, tais como as representações sociais referentes às crenças de impedimentos físicos, emocionais e sociais ao envelhecer, surgem aspectos novos que merecem atenção, vide a noção de beleza, a resignificação das vivências amorosas e as novas maneiras de encarar a negritude enquanto identidade étnico-racial. Portanto, outros questionamentos emergem, oferecendo novas possibilidades de investigação desse fenômeno tão complexo.

## Capítulo 9: Considerações Finais

A partir do presente estudo, realizado com 31 mulheres negras idosas residentes do Distrito Federal, notou-se que as representações sociais sobre o envelhecimento para mulheres negras também se circunscrevem majoritariamente às limitações emocionais, cognitivas, biológicas, funcionais e sociais – fato esse em consonância com parte da literatura sobre as especificidades dessa etapa de vida. Todavia, novos elementos de análise surgem, tais como a negação do racismo enquanto opressão estrutural de impacto em suas trajetórias, a valorização da estética já na velhice e o desengajamento em relacionamentos amorosos.

Essa constatação aponta para a importância de ampliar as pesquisas dentro da temática do envelhecimento. Isso porque o olhar étnico-racial dentro dos estudos sobre o envelhecer ainda é recente e, por isso, não se pode afirmar que as crescentes pesquisas da área automaticamente se estendem para a população negra brasileira senescente. Ainda que as investigações de camadas interseccionais estejam ganhando espaço no meio acadêmico, a negritude segue sendo um marcador social de diferença pouco discutido por estudiosos de outros processos e fenômenos.

Em outras palavras, teóricos negros que versam sobre a negritude ecoam suas vozes para dentro e fora da comunidade científica. Entretanto, os pesquisadores que se debruçam sobre outros aspectos da vida subjetiva e social, tais como o envelhecimento, ainda resistem à ideia de considerar a identidade racial como um fator importante na subjetivação dos seres humanos nos mais diversos âmbitos. É evidente que a ausência desse debate resulta de toda uma estrutura de negação das discriminações raciais; porém, as transformações sociais vivenciadas pelo Brasil nas últimas décadas tornam cada vez mais difícil o apagamento da realidade negra deste país.

Dito isso, e entendendo o caráter exploratório da dissertação, compreende-se que os achados aqui expostos fornecem elementos para futuras investigações, devido às lacunas inerentes a qualquer fazer científico. Ao longo do processo de construção desse conhecimento, surgem mais questões do que respostas. Contudo, é a partir da curiosidade que a ciência se desenvolve. Neste sentido, faz-se fulcral reconhecer que o presente estudo apresenta algumas limitações:

1. O número reduzido de mulheres entrevistadas, que não permite a generalização das representações sociais construídas por mulheres negras idosas de todo o Distrito Federal;
2. O caráter geral norteador das perguntas da entrevista semiestruturada, uma vez que o objetivo principal da pesquisa era investigar as representações sociais construídas pela população entrevistada acerca dos seus respectivos envelhecimentos em uma perspectiva exploratória. Sob essa ótica, entende-se que novos pontos surgiram nas respostas, e estes podem ser melhor explorados em trabalhos futuros;
3. A falta de bibliografia sobre a conjugação entre geração, gênero e raça para referenciar, limitando as possibilidades de discussão com estudos recentes.

E, além disso, vale pontuar as novas possibilidades que surgem através dos achados dessa pesquisa:

1. A relevância de realizar estudos semelhantes em outras cidades, entendendo que diferentes contextos oferecem panoramas distintos sobre as múltiplas realidades. Conforme discutido no primeiro capítulo dessa dissertação, o Distrito Federal se constitui através de características muito próprias, e talvez o *continuum* entre senso comum e conhecimento científico aqui presente se distancie de outras configurações brasileiras no que tange à construção de representações sociais;
2. A investigação da relação entre o envelhecimento negro feminino e os símbolos e significados atribuídos à estética. Essa ideia é interessante, pois em nenhum momento as participantes foram diretamente questionadas sobre isso, e ainda assim muitos discursos trouxeram esse elemento como um fator de impacto nos seus respectivos envelhecimentos;
3. Uma nova perspectiva sobre a subjetivação e socialização feminina no que se refere aos relacionamentos amorosos. É possível que o avanço da idade, juntamente à ontogenia marcada pela interseção entre gênero e raça, abra espaço para novas formas de entender as relações românticas. Afinal, não se pode generalizar que todas as mulheres, de diferentes identidades ético-raciais e idades compreendam o amor e o cuidado da mesma maneira.

Não obstante, vale ressaltar a necessidade de encarar populações dissidentes como protagonistas de suas próprias histórias. Não é sobre dar a voz a ninguém, pois todas as

peessoas são capazes de falar de si. É, portanto, sobre a relevância de escutar atentamente o que há de ser dito. Sob essa ótica, a Teoria das Representações Sociais operou como ferramenta fundamental, haja vista que as análises foram elaboradas através das percepções das próprias mulheres entrevistadas. É com este caminho que surgirá uma Psicologia libertadora e igualitária, cumprindo o seu papel de colaborar com a emancipação de populações discriminadas.

Assim, entende-se que os objetivos traçados para essa pesquisa foram alcançados, e que o conhecimento aqui desenvolvido auxilia na proliferação de um debate de suma importância. Espera-se, então, que novos estudos investiguem a relação entre geração, gênero e raça, abrindo espaço para a riqueza de saberes que nossas ancestrais têm a oferecer e modificando, pouco a pouco, o caráter hegemônico da ciência. Afinal, como brilhantemente cantado por Jorge Bem Jor e Trio Mocotó:

“Mas eu não quero ser o primeiro;  
Nem ser melhor do que ninguém;  
Eu só quero viver em paz;  
E ser tratado de igual para igual;  
Pois em troca do meu carinho e do meu amor;  
Eu quero ser compreendido e considerado;  
E, se for possível, também amado;  
Pois não importa o que eu tenho;  
E sim o que eu possa fazer com o que eu tenho;  
Pois eu já não sou o que foram os meus irmãos;  
Pois eu nasci de um ventre livre;  
Nasci de um ventre livre no século XX;  
Eu tenho fé, e o amor, e a fé;  
No século XXI;  
Onde as conquistas científicas, espaciais, medicinais;  
E a confraternização dos povos;  
E a humildade de um rei;  
Serão as armas da vitória;  
Para a paz universal”  
(Charles Jr.)

## Referências

- Aguiar, A.; Camargo, B. V.; & Bousfield, A. B. S. (2018). Envelhecimento e prática de rejuvenescimento: estudo das Representações Sociais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(3), pp. 494-506.
- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade*. São Paulo: Jandaíra.
- Albuquerque, F. J. B.; Gouveia, C. N. N. A.; Rodrigues, C. F. F.; Martins, C. R.; & Neves, M. T. S. (2011). Avaliação do bem-estar subjetivo de idosos no ambiente rural. Em Falcão, D. V. S.; & Araújo, L. F. (2ª Ed.), *Psicologia do Envelhecimento: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados* (pp. 67-84). Campinas: Alínea.
- Aldwin, C. M.; Spiro III, A.; & Park, C. L. (2006). Health, Behavior, and Optimal Aging: a Life Span Developmental Perspective (6ª Ed.). In Birren, J. E.; & Schaie, K. W. (Orgs.). *Handbook of the PSYCHOLOGY of Aging*. Oxford: Elsevier Inc.
- Almeida, L. P. (2012). Para uma caracterização da Psicologia social brasileira. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32, pp. 124-137.
- Almeida, T.; Del Vecchio, T. C.; & Lourenço, M. L. (2015). O desenvolvimento das relações amorosas: do início do século XX até os dias de hoje. Em Almeida, T. (Orgs.). *Relacionamentos amorosos: o antes, o durante... e o depois* (Vol. 3, pp. 51-90). São Paulo: Polo Books.
- Almeida, T.; & Lourenço, M. L. (2007). Envelhecimento, amor e sexualidade: utopia ou realidade? *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 10(1), pp. 101-114.
- Alves, B. M. (2019). A luta das sufragistas. Em Hollanda, H. B. (Org.). *Pensamento*

- Feminista Brasileiro: formação e contexto* (pp. 49-64). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Alves, J. E. D. (2008). *A transição demográfica e a janela de oportunidade*. São Paulo: Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial.
- Araújo, L. F.; Coutinho, M. P. L.; & Carvalho, V. A. M. L. (2005). Representações sociais da velhice entre idosos que participam de grupos de convivência. *Psicologia, ciência e profissão*, 25(1), pp. 118-131.
- Arruda, A. (2002). Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. *Cadernos de Pesquisa*, (117), pp. 127-147.
- Assis, F. S.; & Parra, C. R. (2014). Envelhecimento bem-sucedido e a participação nos serviços de convivência para idosos. *Psicologia*, 1-8.
- Atlas Brasil (2013). *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013>
- Baltes, M. M. (1996). *The many faces of dependency in old age*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Baltes, M. M. & Wahl, H. W. (2009). Patterns of Communication in Old Age: The Dependence-Support and Independence-Ignore Script. *Health Communication*, 8(3), pp. 217-231.
- Baltes, P. B.; Reese, H. W.; & Lipsitt, L. P. (1980). Life-span Developmental Psychology. *Annual Review of Psychology*, 31, pp. 65-110.
- Baltes, P. B.; & Smith, J. (2009). Lifespan Psychology: from Developmental Contextualism to Developmental Biocultural Co-constructivism. *Research in Human Development*, 1(3), pp. 123-144.
- Barros, R. A.; & Coutinho, D. M. B. (2020). Psicologia do Desenvolvimento: uma

- subárea da Psicologia ou uma nova ciência? *Memorandum*, 37, pp. 1-26.
- Bengston, V. L.; Burgess, E. O. & Parrott, T. M. (1997). Theory, Explanation, and a Third Generation of Theoretical Development in Social Gerontology. *The Journals of Gerontology: Series B*, 52(2), pp. S72-S88.
- Bento, M. A. S. (2014). Branqueamento e branquitude no Brasil. Em Carone, I.; & Bento, M. A. S. (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* (pp. 25-58). Petrópolis: Vozes.
- Bernardino, J. (2002). Ação Afirmativa e a Rediscussão do Mito da Democracia Racial no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, 24(2), pp. 247-273.
- Bernardino-Costa, J. (2018). Decolonialidade, Atlântico Negro e intelectuais negros brasileiros: em busca de um diálogo horizontal. *Revista Sociedade e Estado*, 33(1), pp. 119-137.
- Bernardo, L. D.; & Carvalho, C. R. A. (2020). O papel do engajamento cultural para idosos: uma revisão integrativa da literatura. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 23(6), pp. 1-13.
- Borges, E.; Batista, K. R. O.; Andrade, L. E.; Sena, P. L. S. C.; Soares, N. M. M.; Silva, F. B.; & Hernández, M. (2017). O envelhecimento populacional: um fenômeno mundial. Em Dantas, E. H. M.; & Santos, C. A. S. (Orgs.). *Aspectos biopsicossociais do envelhecimento e a prevenção de quedas na terceira idade* (pp. 17-46). Santa Catarina: Unoesc.
- Braga, A. (2021). *História da beleza negra no Brasil: discursos, corpos e práticas*. São Paulo: EdUFSCar.
- Braga, J. C. F.; & Saldanha, B. S. (2014). *Capoeira: da criminalização no Código Penal de 1890 ao reconhecimento como esporte nacional e legislação aplicada*.

Em: XXIII Congresso Nacional do CONPEDI, 23, João Pessoa. Anais publicados em congresso. João Pessoa: UFPB, 2014. Disponível em:

<http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=7de47452d56d59cf>

Brito, E. P. P. E.; Santos, A.; & Matos, M. (2020). Pode um currículo aquilombar-se? *Caderno de Pesquisa*, 50(176), pp. 429-443.

Brito, J. P.; Araújo, L. F.; & Belo, R. P. (2021). Aposentadoria e Envelhecimento: estudo das representações sociais entre mulheres idosas. *Psicología desde el Caribe*, 38(2), pp. 238-255.

Brito, R. M.; & Braga, G. B. (2022). A condição da pessoa humana no envelhecer. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 8(8), pp. 1-21.

Brocos, M. (1895). *A redenção de Cam*. Rio de Janeiro: Museu Nacional das Belas Artes.

Bühler, C. (1935). The curve of life as studies in biographies. *Journal of Applied Psychology*, 19(4), pp. 405-409.

Camarano, A. A.; & Fernandes, D. (2013). Envelhecimento populacional, perda da capacidade laborativa e políticas públicas brasileiras entre 1992 e 2011. *Texto para Discussão, 1890*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília.

Camargo, A. M. (2021). *Desigualdade geracional: discussões sobre a potencialização da (in)visibilidade da pessoa idosa na sociabilidade capitalista* (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Pampa, Rio Grande do Sul.

Camargo, T. C. A.; Telles, S. C. C.; & Souza, C. T. V. (2018). A (re)invenção do cotidiano no envelhecimento pelas práticas corporais e integrativas: escolhas possíveis, responsabilização e autocuidado. *Caderno Brasileiro de Terapia*

- Ocupacional*, 26(2), pp. 367-380.
- Carcanholo, M. D. (2018). A crise do capitalismo dependente brasileiro. Em Macário, E.; Dias, E.; Medeiros, R. B.; & Alexandre, T. (Orgs.). *Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público*. Fortaleza: Praxis.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- Carneiro, S. (2019). Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. Em Hollanda, H. B. (Org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais* (pp. 313-322). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Carone, I. (2014). Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. Em Carone, I.; & Bento, M. A. S. (Orgs.). *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre Branquitude e Branqueamento no Brasil* (pp. 13-24). Petrópolis: Vozes.
- Carpenedo, C.; & Koller, S. H. (2004). Relações amorosas ao longo das décadas: um estudo de cartas de amor. *Interação em Psicologia*, 8(1), pp. 1-13.
- Carvalho, D. M. S.; & França, D. X. (2019). Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. *Revista Educação & Formação*, 4(3), pp. 148-168.
- Castro, A.; & Camargo, B. V. (2017). Representações sociais da velhice e do envelhecimento na era digital: revisão de literatura. *Psicologia em Revista*, 23(3), pp. 882-900.
- Castro, G. G. S. (2016). O idadismo como viés cultural: refletindo sobre a produção de sentidos para a velhice em nossos dias. *Galáxia*, 31, pp. 79-91.
- Castro, J. L. C.; Passos, A. L. V.; Araújo, L. F.; & Santos, J. V. O. (2019). Análise

- psicossocial do envelhecimento entre idosos: as suas representações sociais. *Actualidades en Psicología*, 34(128), pp. 1-15.
- Castro, M. C.; Gurzenda, S.; Turra, C. M.; Kim, S.; Andrasfay, T.; & Goldman, N. (2021). Reduction in the 2020 Life Expectancy in Brazil after COVID-19. *Nature Medicine*, 27, pp. 1629-1635.
- Cepellos, V. M. (2021). Feminização do envelhecimento: um fenômeno multifacetado muito além dos números. *Revista de Administração de Empresas*, 61(2), pp. 1-7.
- Césaire, A. (2020). *Discurso sobre o Colonialismo*. São Paulo: Veneta.
- Chiuzi, R. M.; Peixoto, B. R. G.; & Fusari, G. L. (2011). Conflito de gerações nas organizações: um fenômeno social interpretado a partir da teoria de Erik Erikson. *Temas em Psicologia*, 19(2), pp. 579-590.
- CODEPLAN (2018). *Retratos Sociais: a população idosa no Distrito Federal*. Brasília: Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal.
- Coleman, P. (1991). Cumming E. and Henry W., Growing Old: the process of disengagement. Basic Books, New York, 1961. *Ageing and Society*, 11(2), pp. 217-220.
- Collins, P. H.; & Bilge, S. (2021). *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo.
- Conselho Federal de Psicologia (2008). *Envelhecimento e subjetividade: desafios para uma cultura de compromisso social*. Brasília: CFP.
- Creswell, J. W. (2010). *Projeto de pesquisa*. Porto Alegre: Artmed.
- Crochick, J. L. (2019). Preconceito e bullying: marcas da regressão psíquica socialmente induzida. *Psicologia USP*, 30, pp. 1-11.
- Cruz, M. F. S. M. (2020). *Industrialização, consolidação do capitalismo e mercado de trabalho no Brasil: um olhar histórico-espacial a partir do contraponto entre*

*São Paulo e a Bahia (1940-1980)* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.

D'Andrea, F. F. (2012). *Desenvolvimento da personalidade: enfoque psicodinâmico* (19ª Ed.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Dafermos, M. (2015). A reflexão crítica sobre a recepção da teoria de Vygotsky na comunidade acadêmica internacional (p. 19-38). Em Selau, B. & Castro, R. F. (Orgs.). *Cultural-historical approach: educacional research in different contexts*. Porto Alegre: EdiPUCRS.

Damasceno, M.; & Azevedo, M. C. S. (2021). Negação da realidade histórica: racismo reverso entre colonialidade, direito e diferença. *VIDERE*, 13(28), pp. 312-330.

Da Silva, P. T.; De Abreu, T. D.; Valadares, M. de O.; Coêlho, R. F.; Da Cruz, R. P.; & Chariglione, I. P. F. S. (2022). O perfil de produções brasileiras sobre COVID e envelhecimento humano: uma revisão de escopo. *Conjecturas*, 22(14), pp. 43-58.

Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.

Decreto-Lei Nº 847 de 11 de outubro da Casa Civil (1890). Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/d847.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20847%2C%20DE%2011%20DE%20OUTUBRO%20DE%201890.&text=Promulga%20o%20Codigo%20Penal.&text=Art.,que%20n%C3%A3o%20estejam%20previamente%20estabelecidas](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/d847.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%20847%2C%20DE%2011%20DE%20OUTUBRO%20DE%201890.&text=Promulga%20o%20Codigo%20Penal.&text=Art.,que%20n%C3%A3o%20estejam%20previamente%20estabelecidas)

Decreto-Lei Nº 3.688 de 3 de outubro da Casa Civil (1941). Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3688.htm#art72](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3688.htm#art72)

Decreto-Lei Nº 9.761 de 11 de abril do Órgão Atos do Poder Executivo (2019).

Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137357](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/71137357)

- Del Priore, M. (2006). *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN (2017). *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias*. Disponível em:  
<http://antigo.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/infopen-jun-2017-rev-12072019-0721.pdf>
- Diehl, M. (1999). Self-development in adulthood and aging: The role of critical life events. In: C. D. Ryff; & Marshall, V. W. (Eds.), *The self and society in aging processes* (pp. 150-183). New York: Springer Publishing.
- Dixon, R.; & Lerner, R. (1999). History and systems in developmental psychology. Em Bornstein, M. H.; & Lam, M. E. (Orgs.). *Developmental Psychology: na advanced textbook* (pp. 3-45). Mahwah/London: LEA.
- Doll, J.; Gomes, A.; Hollerweger, L.; Pecoits, R. M. & Almeida, S. T. (2007). Atividade, desengajamento, modernização: teorias sociológicas clássicas sobre o envelhecimento. *Estudos Interdisciplinares do Envelhecimento*, 12, pp. 7-33.
- Domingues, P. (2007). Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo*, 12(23), pp. 100-122
- Dos Santos, G. T.; & Dias, J. M. B. (2015). Teoria das Representações Sociais: uma abordagem sociopsicológica. *PRACS*, 8(1), pp. 173-187.
- Duarte, E. P.; & Freitas, F. S. (2019). Corpos Negros sob a Perseguição do Estado: Política de Drogas, Racismo e Direitos Humanos no Brasil. *Direito Público*, 16(89), pp. 156-179.
- Du Bois, W. E. B. (2021). *As almas do povo negro*. São Paulo: Veneta.
- Fabício, F. A. A. P.; Costa, G. P. O.; Moreira, M. A. S. P.; Silva, A. L. O.; Alves, M. S. C. F.; & Brasileiro, M. L. S. (2021). Abordagem da sexualidade no envelhecimento: uma revisão integrativa. *Cuidado é fundamental*, 13, pp. 1692-

1697.

Fanon, F. (2020). *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: Ubu.

Féres-Carneiro, T.; Bastos, A. V.; Feitosa, M. A. G.; Seidl-de-Moura, M. L.; &

Yamamoto, O. H. (2010). Lacunas, metas e condições para a expansão da pós-graduação em psicologia no país. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(Supl. 1), pp. 11-24.

Fernandes, P. M. (2021). Racismo e invisibilização: representatividade negra em anúncios de revista. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 25, pp. 1-32.

Ferreira, A. J. (2005). *Concepção de envelhecimento de um idoso autor: um estudo de caso* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

Ferreira, C. D.; & Torro-Alves, N. (2016). Reconhecimento de emoções faciais no envelhecimento: uma revisão sistemática. *Universitas Psychologica*, 15(5) pp. 1-17.

Ferreira, M. C. (2010). A Psicologia Social contemporânea: principais tendências e perspectivas nacionais e internacionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, pp. 51-64.

Ferreira, N. T. (2019). Como o acesso à educação desmonta o mito da democracia racial. *Ensaio: avaliação de políticas públicas educacionais*, 27(104), pp. 476-498.

Ferreira, R. F. (2002). O brasileiro, o racismo silencioso e a emancipação do afro-descendente. *Psicologia & Sociedade*, 14(1), pp. 69-86.

Flick, U. (2009). *Introdução à Pesquisa Qualitativa*. Porto Alegre: Artmed.

- Fonseca, S. C. (2016). *O envelhecimento ativo e seus fundamentos*. (1ª Ed.) São Paulo: Portal Edições.
- Fontoura, D. S.; Doll, J. & Oliveira, S. N. (2015). O desafio de aposentar-se no mundo contemporâneo. *Educação & Realidade*, 40(1), pp. 53-79.
- Francisco, C. M.; & Pinheiro, M. A. (2018). Espaços de convivência para idosos: benefícios e estratégias. *Revista Científica de Enfermagem*, 8(24), pp. 65-72.
- Freud, S. (2011). A negação. *O Eu e o ID, autobiografia e outros textos* (pp. 249-255). São Paulo: Companhia das Letras.
- Freyre, G. (1933). *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Gao, I. (2021). Social Policies for Older Indigenous People in Taiwan. *Gerontologia*, 35(3), pp. 310-313.
- Goldenberg, M. (2001). Sobre a invenção do casal. *Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 1(1), pp. 46-53.
- Gomes, N. L. (2017). *O movimento negro educador: saberes construídos na luta por emancipação*. Petrópolis: Vozes.
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Hasenbalg, C. (1979). *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal.
- Heckhausen, J.; & Schulz, R. (1995). A life-span theory of control. *Psychological Review*, 102(2), pp. 284-304.
- Heerdt, B.; & Batista, I. L. (2017). Representações sociais de ciência e gênero no ensino de Ciências. *Práxis Educativa*, 12(3), pp. 995-1012.
- Hooks, B. (1995). Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, 3(2), pp. 464-478.
- Hooks, B. (2019). *Olhares Negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante.

Hooks, B. (2020). *E eu não sou uma mulher?*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (1991). *Censo Demográfico*.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-1991-6.html?edicao=25090&t=o-que-e>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2000). *Censo Demográfico*.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25089-censo-2000-6.html?edicao=25090&t=o-que-e>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2010). *Censo Demográfico*.

Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=sobre>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2018). *Em 2017, expectativa de vida era de 76 anos*. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23200-em-2017-expectativa-de-vida-era-de-76-anos>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (2019a). Disponível em:

[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)

Instituto Brasileira de Geografia e Estatística – IBGE (2019b). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua*. Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA; & Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (2009). *Retrato das desigualdades de gênero e raça*. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2019). *Os desafios do passado no trabalho doméstico do século XXI: reflexões para o caso brasileiro a partir dos dados da PNAD contínua*. Disponível em:

[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_2528.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf)

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2021). *Atlas da Violência 2021*.

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>

Jardim, V. C. F. S.; Medeiros, B. F. & Brito, A. M. (2006). Um olhar sobre o processo do envelhecimento: a percepção de idosos sobre a velhice. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, 9(2), pp. 25-34.

Kalache, A. (1987). Envelhecimento populacional no Brasil: uma realidade nova. *Cadernos de Saúde Pública*, 3(3), pp. 217-220.

Kart, C. S. (1997). *Sociological theories of aging. The realities of aging: na introduction to gerontology*. Boston: Ally & Bacon.

Khoury, H. T. T.; & Günther, I. A. (2013). Desenvolvimento de uma medida de controle primário e secundário para idosos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(3), pp. 277-285.

Kreuz, G.; & Franco, M. H. P. (2017). O luto do idoso diante das perdas da doença e do envelhecimento. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 69(2), pp. 168-186.

Kurobe, P. C.; & Côrte, B. (2022). O idadismo no cinema na perspectiva dos 60+. *Revista Longeviver*, 16, pp. 22-38.

Küchemann, B. A. (2012). Envelhecimento populacional, cuidado e cidadania: velhos dilemas e novos desafios. *Revista Sociedade e Estado*, 27(1), pp. 165-180.

Lane, S. T. M. (2017). *O que é psicologia social* (1ª Ed.). São Paulo: Brasiliense.

Laslett, P. (1996). *What is old age? Variation over time and between cultures. International studies in demography: health and mortality among the elderly, issues for assessment*. New York: Oxford University Press.

Lessa, L. F. (2020). O que o racismo fez com você? *Revista Humanidades e Inovação*,

7(25), pp. 51-69.

Lima, A. M. P.; Ramos, J. L. S.; Bezerra, I. M. P.; Rocha, R. P. B.; Batista, H. M. T. &

Pinheiro, W. R. (2016). Depressão em idosos: uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Epidemiologia e Controle de Infecção*, 6(2), pp. 97-103.

Lins, I. L.; & Andrade, L. V. R. (2018). A feminização da velhice: representação e silenciamento de demandas nos processos conferencistas de mulheres e pessoas idosas. *Revista de Ciências Sociais*, 23(3), pp. 436-465.

Lopes, Z. A. (2009). *Representações sociais acerca da violência de gênero: significados das experiências vividas por mulheres agredidas* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.

Lorde, A. (2019a). Não existe hierarquia de opressão. Em Hollanda, H. B. (Org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais* (pp. 235-238). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Lorde, A. (2019b). Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. Em Hollanda, H. B. (Org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais* (pp. 235-238). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Loth, G. B.; & Silveira, N. (2014). Etarismo nas organizações: um estudo dos estereótipos em trabalhadores envelhecidos. *Revista de Ciências da Administração*, 16(39), pp. 65-82.

Lotierzo, T. H. P.; & Schwarcz, L. K. M. (2013). Raça, gênero e projeto branqueador: “a redenção de Cam”, de Modesto Brocos. *Artelogie*, 5, pp. 1-34.

Maia, A. C. B.; Venturin, A. B.; Longhitano, B.; Leite, M. G. R.; & Gravalos, N. M. (2020). Padrões de beleza, feminilidade e conjugalidade em princesas da Disney: uma análise de contingências. *Revista Diversidade e Educação*, 8(n. esp.), pp.

123-142.

- Maia, E. M. C.; & Ferreira, C. L. (2011). Envelhecimento e desafios adaptativos: a resiliência e os mecanismos de proteção como mediadores nesse processo. Em Falcão, D. V. S.; & Araújo, L. F. (2ª Ed.), *Psicologia do Envelhecimento: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional e contextos diferenciados* (pp. 119-136). Campinas: Alínea.
- Maldonado-Torres, N. (2007). Sobre la decolonialidade del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. Em: Castro-Gomez, S.; & Grosfoguel, R. (Orgs.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica mas allá del capitalismo global* (pp. 127-167). Bogotá: Siglo del Hombre Editores.
- Manfrim, A. F. N.; & Raserá, E. F. (2016). Diálogos entre o discurso construcionista social e a terapia social. *Nova Perspectiva Sistêmica*, 56, pp. 34-48.
- Manning, M. L. (2010). Havighurst's Developmental Tasks, Young Adolescents, and Diversity. *The Clearing House: A Journal of Educational Strategies, Issues and Ideas*, 76(2), pp. 75-78.
- Marshall, V. W., & Bengtson, V. L. (2011). Theoretical Perspectives on the Sociology of Aging. *Handbooks of Sociology and Social Research*, pp. 17–33.
- Martín-Baró, I. (1997). O papel do Psicólogo. *Estudos de Psicologia (Natal)*, 2(1), pp. 7-27.
- Martins, L. M. (2020a). O que é a psicologia concreta: contribuições de Lev. S. Vigotski. *Interação em Psicologia*, 24(3), pp. 340-345.
- Martins, L. M. (2020b). Psicologia histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica e desenvolvimento humano. Em Martins, L. M.; Abrantes, A. A.; & Facci, M. G. D. (Orgs.). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico*. São Paulo: Editores Associados LTDA.

- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. São Paulo: n-1 edições.
- McGregor, J.; & Gray, L. (2002). Stereotypes and older workers: the New Zealand experience. *Social policy journal of New Zealand*, 18, pp. 163-177.
- Mendes, L. P. (2021). Meu avô não foi qualquer um: Sankofa em A Redenção de Cam. *Revista Faces de Clio*, 7(13), pp. 168-188.
- Mignolo, W. (2003). *Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Minayo, M. C. S. (2009). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes.
- Ministério da Saúde (2014). *Manual de Diretrizes para o Cuidado das Pessoas Idosas no SUS: Proposta de Modelo de Atenção Integral*. XXX Congresso Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes\\_cuidado\\_pessoa\\_idosa\\_sus.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_cuidado_pessoa_idosa_sus.pdf)
- Miranda, G. M.; Mendes, A. C. G.; & Silva, A. L. A. O envelhecimento populacional brasileiro: desafios e consequências sociais atuais e futuras. *Revista brasileira de geriatria e gerontologia*, 19(3), pp. 507-519.
- Mizael, T. M.; Barrozo, S. C. V.; & Hunziker, M. H. L. (2021). Solidão da mulher negra: uma revisão da literatura. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros*, 13(38), pp. 212-239.
- Monteiro, P. F. C. (2012). Discussão acerca da eficácia da Lei Áurea. *Meritum*, 7(1), pp. 355-387.
- Mora, A. R. (2023). *Manual de Psicogerontología*. Espanha: Aula Magna.
- Moscovici, S. (1981). On social representations. *Social cognition: Perspectives on everyday understanding*, 8(12), pp. 181-209.

- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes.
- Moscovici, S. (2015). *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.
- Motta, A. B. (2015). As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento. *Cadernos Pagu*, (13), pp. 191-221.
- Munanga, K. (2020). *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Nascimento, A. R. A.; Trindade, Z. A.; Veloso, F. G. C.; Nogueira, E. L.; Vieira, G. T.; & Cezar, V. C. F. (2012). Representações Sociais, Gênero & Saúde no Brasil: uma revisão bibliográfica. *Representações Tempus: Actas de Saúde Coletiva*, 6(3), pp. 265-276.
- Nascimento, A. (2020). *O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado*. São Paulo: Perspectiva.
- Nascimento, B. (2021). *Uma história feita por mãos negras*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Negrís, A. (2020). Entre Biopolítica e Necropolítica: uma questão de poder. *Ítaca*, 36, pp. 79-102.
- Neri, A. L. (2006). O legado de Paul B. Baltes à Psicologia do Desenvolvimento e do Envelhecimento. *Temas em Psicologia*, 14(1), pp. 17-34.
- Neri, A. L. (2011). Uma Psicologia positiva para o envelhecimento. Em Falcão, D. V. S.; & Araújo, L. F. (2ª Ed.), *Psicologia do Envelhecimento: relações sociais, bem-estar subjetivo e atuação profissional em contextos diferenciados* (pp. 9-10). Campinas: Alínea.
- Neri, A. L. (2012). Paradigmas contemporâneos sobre o desenvolvimento humano em Psicologia e em Sociologia. Em Neri, A. L. (5ª Ed.), *Desenvolvimento e Envelhecimento: Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas* (pp. 11-

- 34). Campinas: Papirus.
- Neri, A. L. (2013). Conceitos e teorias sobre o envelhecimento. Em Malloy-Diniz, L. F.; Fuentes, D.; & Cosenza, R. M. (1ª Ed.). *Neuropsicologia do Envelhecimento: uma abordagem multidimensional* (pp. 17-42). Porto Alegre: Artmed.
- Neugarten, B. L. (1969). Continuities and Discontinuities of Psychological Issues Into Adult Life. *Human Development*, 12(2), pp. 121-130.
- Neugarten, B. L.; Moore, J. W.; & Lowe, J. C. (1965). Age norms, age constraints, and adult socialization. *The American Journal of Sociology*, 70(6), pp. 710-717.
- Neves, A. S. A. (2007) As mulheres e os discursos genderizados sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou o retorno ao mito do “amor romântico”? *Revista de Estudos Feministas*, 15(3), pp. 609-627.
- Neves, J. P. S.; & Silva, M. A. M. (2019). O mito da democracia racial: contexto histórico brasileiro e a construção do racismo no Brasil. *Educar Mais*, 3(2), pp. 158-166.
- Nogueira, I. B. (2021). *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva.
- Organização Mundial de Saúde – OMS. (2005). *Envelhecimento ativo: uma política de saúde*. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde.
- Oliveira, J. C.; & Bertoni, L. M. (2019). Memória Coletiva e Teoria das Representações Sociais: confluências teórico-conceituais. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, 12(2), pp. 244-262.
- Otoni, M. A. M. (2020). *Envelhecimento populacional e morbidade de idosos no Brasil: uma avaliação do impacto de indicadores socioeconômicos à luz das peculiaridades regionais* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Montes

Claros, Minas Gerais.

Oyěwùmí, O. (2021). *A invenção das mulheres*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.

Pacheco, A. C. L. (2008). “*Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar*”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.

Passuth, P. M.; & Bengston, V. L. (1988). Sociological theories of aging: current perspectives and future directions. In Birren, J. E.; & Bengston, V. L. *Emergent theories of aging* (pp. 333-355). Nova York: Springer.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD. (2012). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE.

Piletti, N.; Rossato, S. M.; & Rossato, G. (2018). *Psicologia do Desenvolvimento* (1ª Ed.). São Paulo: Contexto.

Pinheiro, B. C. S.; Rosa, K.; & Conceição, S. (2019). “Linda e preta”: discutindo questões químicas, físicas, biológicas e sociais da maquiagem em pele negra. *Conexões: Ciência e Tecnologia*, 13(5), pp. 7-13.

Previtali, F.; Allen, L. D.; & Varlamova, M. (2020). Not only virus spread: the diffusion of ageism during the outbreak of COVID-19. *Journal of Aging & Social Policy*, 32(4-5), pp. 506-514.

Pryjma, L. C. (2016). *Ser professor: representações sociais de professores* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

Queiroz, C. C. C. C. (2018). *Os estereótipos também envelhecem? Uma análise decolonial das intersecções entre racismo, sexismo e idadeismo, a partir das*

*vivências de migrantes brasileiras em Portugal* (Tese de Doutorado).

Universidade do Minho, Portugal.

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em:

Lander, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 227-278). Buenos Aires: Clacso.

Rabelo, D. F.; Silva, J.; Rocha, N. M. F. D.; Gomes, H. V.; & Araújo, L. F. (2018).

Racismo e envelhecimento da população negra. *Revista Kairós-Gerontologia*, 21(3), pp. 193-215.

Ramos, M. G.; Lima, V. M. R.; & Amaral-Rosa, M. P. (2018). Contribuições do software

IRAMUTEQ para a Análise Textual Discursiva. *Investigação Qualitativa em Educação*, 1, pp. 505-514.

Reynolds, L. (2020). The COVID-19 pandemic exposes limited understanding of ageism.

*Journal of Aging & Social Policy*, 32(4-5), pp. 499-505.

Ribeiro, P. C. C. (2015). A psicologia frente aos desafios do envelhecimento

populacional. *Gerais: revista interinstitucional de Psicologia*, 8(n. esp), pp. 269-283.

Ribeiro, L. P.; & Antunes-Rocha, M. I. (2016). História, abordagens, métodos e

perspectivas das Teoria das Representações Sociais. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), pp. 407-409.

Ribeiro-Júnior, A. C. (2016). As drogas, os inimigos e a necropolítica. *Cadernos do*

*CEAS*, 238, pp. 595-610.

Rodrigues, R. N. (2006). *O animismo fetichista dos negros baianos*. Rio de Janeiro:

Fundação Biblioteca Nacional.

Ross, L., Lepper, M., & Ward, A. (2010). History of social psychology: Insights,

- challenges, and contributions to theory and application. In S. T. Fiske, D. T. Gilbert, & G. Lindzey (Eds.), *Handbook of social psychology* (pp. 3–50). John Wiley & Sons, Inc.
- Saad, P. M. (2016). Envelhecimento populacional: demandas e possibilidades na área de saúde. *Séries Demográficas*, pp. 153-166.
- Salgado, A. G. A. T.; Araújo, L. F.; Santos, J. V. O.; Jesus, L. A.; Fonseca, L. K. S.; & Sampaio, D. S. (2017). Velhice LGBT: uma análise das representações sociais entre idosos brasileiros. *Ciências Psicológicas*, 11(2), pp. 155-163.
- Sampieri, H.; Collado, F.; & Lucio, B. (2013). *Metodologia de pesquisa*. Porto Alegre: Penso.
- Santos, A. O.; Schucman, L. V.; & Martins, H. V. (2012). Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(n. esp), pp. 166-175.
- Santos, E. F.; & Scopinho, R. A. (2015). A questão étnico-racial no Brasil contemporâneo: notas sobre a contribuição da Teoria das Representações Sociais. *Psicologia e Saber Social*, 4(2), pp. 168-182.
- Santos, G. L.; & Chaves, A. M. (2007). Ser quilombola: representações sociais de habitantes de uma comunidade negra. *Estudos de Psicologia*, 24(3), pp. 353-361.
- Santos, H. J. (2020). Envelhecimento: aposentadoria e velhice – fases da vida. *GIGAPP Estudos Working Papers*, 7(152), pp. 242-260.
- Santos, N. M. C. (2016). *Negras Velhas: um estudo sobre seus saberes nas perspectivas de envelhecimento, trabalho, sexualidade e religiosidade* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Saviani, D. (2016). O conceito dialético de mediação na Pedagogia Histórico-Crítica em

- intermediação com a Psicologia Histórico-Cultural. Em Barbosa, M. V.; Miller, S.; & Mello, S. A. (Orgs.). *Teoria Histórico-Cultural: Questões Fundamentais para a Educação Escolar* (pp. 77-102). São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Schucman, L. V. (2012). *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Schucman, L. V.; & Martins, H. V. (2017). A Psicologia e o discurso racial sobre o negro: do “Objeto da Ciência” ao Sujeito Político. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(n. esp), pp. 172-185.
- Seiffge-Krenke, I.; & Gelhaar, T. (2008). Does successful attainment of developmental tasks lead to happiness and success in later developmental tasks? A test of Havighurst’s (1948) theses. *Journal of Adolescence*, 31(1), pp. 33-52.
- Silva, C. L. L.; Araújo, J. N. G.; Moreira, M. I. C.; & Barros, V. A. (2017). O trabalho da empregada doméstica e seus impactos na subjetividade. *Psicologia em Revista*, 23(1), pp. 454-470.
- Silva, E. N.; & Barros, J. S. M. (2021). Envelhecer na periferia: história, conceitos e concepções sobre o processo de envelhecimento. *Revista Longeviver*, 3(9), pp. 109-115.
- Silva, H. G.; Nogueira, J. M.; Junior, E. B. S.; Coutinho, D. T. R.; & Freitas, M. C. (2020). Representações sociais de mulheres idosas sobre o envelhecimento. *Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro*, 10, pp. 1-8.
- Silva, M. F.; Silva, D. S. M.; Bacurau, A. G. M.; Francisco, P. M. S. B.; Assumpção, D.; Neri, A. L.; & Borim, F. S. A. (2021). Ageísmo contra idosos no contexto da pandemia da Covid-19: uma revisão integrativa. *Revista de Saúde Pública*,

55(4), pp. 1-14.

- Siqueira, M. E. C. (2012). Teorias sociológicas do envelhecimento. Em Neri, A. L. (5<sup>a</sup> Ed.), *Desenvolvimento e Envelhecimento: Perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas* (pp. 69-104). Campinas: Papirus.
- Smith, A. A.; Costa, L. S.; Oliveira, A. M. F.; Silva, A. O.; Caliri, M. H. L.; & Silva, L. M. (2011). Teoria das Representações Sociais no âmbito do envelhecimento: uma revisão integrativa. *Revista de Pesquisa*, 3(5, n. esp.), pp. 242-250.
- Smolka, A. L. B. (2021). A Teoria Histórico-Cultural do psiquismo humano em perspectiva: condições e implicações de uma Psicologia concreta. *Revista Brasileira da Pesquisa Sócio-Histórico-Cultural e da Atividade*, 3(2), pp. 1-30.
- Soares, T. S.; Corradi-Perini, C.; Macedo, C. P. L.; & Ribeiro, U. R. V. C. O. (2021). Covid-19 e ageísmo: avaliação ética da distribuição de recursos em saúde. *Revista Bioética*, 29(2), pp. 242-250.
- Souza, C. A. S. (2008). *A solidão da mulher negra – sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Souza, M. S.; & Machado, C. V. (2018). Governança, intersetorialidade e participação social na política pública: o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. *Ciência & Saúde Coletiva*, 23(10), pp. 3189-3200.
- Souza, V. C. S.; & Gonçalves, J. P. (2021). Relações entre gordofobia e teoria histórico-cultural: interfaces com a educação. *Itinerarius Reflectionis*, 17(2), pp. 1-18.
- Souza, N. S. (2021). *Tornar-se negro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Stigar, R.; & Ruther, V. R. M. (2016). A pseudoneutralidade científica: a ciência e a linguagem frente a ética na modernidade. *Revista Filosofia Capital*, 11(n. esp),

pp. 21-27.

- Tavares, I. (2019). *Iramuteq: um software para análises estatísticas qualitativas em corpus textuais* (Trabalho de Conclusão de Curso). Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Theodoro, M. (2014). Relações raciais, racismo e políticas públicas no Brasil contemporâneo. *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*, 8(1), 205-219.
- Thomaz, D.; & Vieira, L. (2019). A cor do defeito: uma análise sobre raça, gênero e corporeidade. *Espirales*, ed. esp., pp. 216-230.
- Tomé, A. M. & Formiga, N. S. (2020). Teorias e perspectivas sobre o envelhecimento: conceitos e reflexões. *Research, Society and Development*, 9(7), pp. 1-28.
- Tomé, A. M.; & Formiga, N. S. (2021). Pensamentos e sentimentos sobre envelhecimento: um estudo das representações sociais em produtores rurais de Diamantino – MT. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, 10(1), pp. 26-36.
- Torres, T. L.; Camargo, B. V.; Bousfield, A. B.; & Silva, A. O. (2015). Representações sociais e crenças normativas sobre envelhecimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(12), pp. 3621-3630.
- Vala, J.; & Castro, P. (2013). Pensamento social e representações sociais. Em Vala, J.; & Monteiro, M. B. (Orgs.). *Psicologia social* (pp. 569-602). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vasconcelos, I.; Lins, S. L. B.; Vargas, G. C.; & Ribeiro, K. C. S. (2010) concepções de loucura em um traçado histórico-cultural: uma articulação com o Construcionismo Social. *Mental*, 8(14), pp. 49-63.
- Veras, R. (2009). Envelhecimento populacional contemporâneo: demandas, desafios e

- inovações. *Revista de Saúde Pública*, 43(3), pp. 548-554.
- Vygotsky, L. S. (1991). *A formação social da mente*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vygotsky, L. S. (2008). *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes.
- Vilela, T. B. (2018). *A dependência comportamental aprendida no contexto da relação entre idosos e seus cuidadores informais* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais.
- Walker, A. (1999). Public policy and theories of aging: constructing and reconstructing old age. In Bengston, V. L.; & Schaie, K. W. (Orgs.). *Handbook of theories of aging* (pp. 361-377). Nova York: Springer.
- Wolf, N. (2018). *O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.
- Yassuda, M. S.; & Silva, H. S. (2010). Participação em programas para a terceira idade: impacto sobre a cognição, humor e satisfação com a vida. *Estudos de Psicologia*, 27(2), pp. 207-214.
- Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa: do início ao fim*. Porto Alegre: Penso.
- Zanella, A. V. (2020). *Psicologia histórico-cultural em foco: aproximações a alguns de seus fundamentos e conceitos*. Florianópolis: Edições do Bosque.
- Zanello, V. (2018). *Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação*. Curitiba: Appris.

**APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO  
(TCLE)**

Você está sendo convidada a participar da pesquisa “*Deus é uma mulher preta?: as representações sociais construídas acerca do envelhecimento de mulheres negras do Distrito Federal*”, de responsabilidade de *Polliana Teixeira da Silva*, estudante de mestrado da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é *investigar quais representações sociais são construídas por idosas negras sobre seu próprio processo de envelhecimento*. Assim, gostaria de consultá-la sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-la. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ou filmagem, ficarão sob a guarda da pesquisadora responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de *um breve questionário sociodemográfico, uma entrevista semiestruturada e uma lista de complementação de frases*. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco direto, mas, caso algum desconforto seja identificado, a pesquisa contará com a possibilidade de encaminhamento para o Centro de Atendimento e Estudos Psicológicos (CAEP – UnB).

Espera-se com esta pesquisa *que o envelhecer da população feminina negra seja compreendido em sua totalidade, identificando suas especificidades e contribuindo para novos debates e avanços acerca da velhice enquanto etapa de vida*.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone *61 99569-1179* ou pelo e-mail [fraupolliana@gmail.com](mailto:fraupolliana@gmail.com).

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de *um encontro previamente acordado com todas as participantes*, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: [cep\\_chs@unb.br](mailto:cep_chs@unb.br) ou pelo telefone: (61) 3107-1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

---

Assinatura da participante

---

Assinatura da pesquisadora

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## APÊNDICE B – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Projeto de pesquisa: “Deus é uma mulher preta?: as representações sociais construídas acerca do envelhecimento por mulheres negras do Distrito Federal”.

### QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

Idade: \_\_\_\_\_ Estado civil: \_\_\_\_\_

Identificação racial: ( ) Preta

( ) Parda

Região Administrativa (RA) onde mora: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_

Caso **NÃO** tenha nascido no Distrito Federal, há quanto tempo mora aqui?

\_\_\_\_\_

### ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

1. O que é envelhecer para você?
2. Como é ser negra para você?
3. Você acredita que sua juventude enquanto mulher negra foi diferente da juventude de mulheres negras hoje?
4. Você sente que ser uma mulher negra impactou no seu envelhecimento?
5. Como você espera que mulheres negras envelheçam hoje em dia?

## APÊNDICE C – PARECER CONSUBSTANCIADO DE APROVAÇÃO DO CEP

### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** DEUS É UMA MULHER PRETA?: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS CONSTRUÍDAS ACERCA DO ENVELHECIMENTO DE MULHERES NEGRAS DO DISTRITO

**Pesquisador:** POLLIANA TEIXEIRA DA SILVA

Área Temática:

**Versão:** 2

**CAAE:** 61213822.7.0000.5540

**Instituição Proponente:** Instituto de Psicologia - UNB

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.741.767

#### Apresentação do Projeto:

A pesquisa intitulada "Deus é uma mulher preta?: as representações sociais construídas acerca do envelhecimento de mulheres negras do Distrito Federal" trata-se de uma dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Escolar, na área de concentração de Processos de Desenvolvimento Humano. O estudo adentra na seara de temas como envelhecimento, gênero e raça. Seu ponto de partida considera a premissa de que mulheres negras brasileiras têm suas histórias de vida, muitas vezes, marcadas por solidão, violências e menor poder econômico e político. Sendo assim, a pergunta de partida que se coloca é: quais representações sociais são construídas por essas mulheres sobre o próprio processo de envelhecer?

### Objetivo da Pesquisa:

#### Objetivo geral:

- Investigar as representações sociais construídas por idosas negras, residentes do Distrito Federal, acerca do próprio processo de envelhecimento.

#### Objetivos específicos:

- Identificar as categorias e seus poderes explicativos nas representações sociais de idosas negras em processo de envelhecimento;
- Analisar o fator lexicográfico entre as categorias identificadas na correspondência intertextual;
- Comparar o conteúdo das representações sociais em função do tempo (passado, presente e futuro) e das vivências.
- Entender como as vivências raciais e de gênero podem impactar na qualidade do envelhecimento.

### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

A metodologia da pesquisa é de natureza mista, lançando mão de métodos quantitativos e qualitativos. A pesquisa será realizada com cerca de 30 mulheres negras residentes do Distrito Federal, com idades variadas a partir dos 60 anos. Os procedimentos metodológicos serão organizados em três etapas: 1) Recrutamento e Seleção; 2) Entrevista; e 3) Devolutiva. Na primeira fase, as atividades estarão circunscritas na divulgação da pesquisa nas redes sociais da UnB e da comunidade externa, buscando alcançar as potenciais participantes através de uma amostragem por conveniência. Para fins de análise dos dados coletados, será utilizado o software IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires). No tocante à avaliação dos riscos e benefícios, a pesquisa reconhece que o estudo pode acarretar em sensações de desconforto nas participantes, tais como tristeza e ansiedade. Quanto a este aspecto, a pesquisadora, a partir do TCLE, prevê a possibilidade de desistência a qualquer momento da pesquisa, sem prejuízos, bem como, em caso de extremo

incômodo, a pesquisadora responsável, psicóloga formada, se colocará à disposição para acolher estas mulheres e firmará parceria com grupos de clínicas-escolas (embora não especifique quais) para que um encaminhamento seja possível. Em relação aos benefícios, a pesquisadora considera que seus resultados podem contribuir ativamente com a construção de políticas públicas que apresentem benefícios às mulheres que, atualmente, se encontram em posição de invisibilidade.

#### Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Em geral, a pesquisa está adequada às exigências éticas para a realização de pesquisas com seres humanos, na área de ciências humanas e sociais.

#### Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Para fins de apreciação para esta análise, foram considerados os seguintes termos de apresentação obrigatória:

- Carta resposta (às recomendações indicadas no parecer emitido em 09/09/22);
- Projeto de pesquisa;
- Projeto de pesquisa 2 (versão reformulada a partir das recomendações indicadas no parecer emitido em 09/09/22);
- TCLE;
- TCLE 2 (reformulado a partir das recomendações do parecer emitido em 09/09/22);
- Instrumento de coleta de dados (o referido instrumento está dividido em duas partes: questionário sociodemográfico e entrevista semiestruturada);
- Termo de aceite institucional;
- Cronograma de execução;
- Carta de revisão ética.

#### Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Considerando que as recomendações indicadas no parecer emitido em 09/09/22 foram devidamente incorporadas à pesquisa, conclui-se que o estudo atende satisfatoriamente às exigências éticas para a realização de pesquisas com seres humanos, na área de ciências humanas e sociais.

Considerações Finais a critério do CEP:

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Typo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO PROJETO_1968272.pdf	24/09/2022 17:07:48		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	CartaResposta.docx	24/09/2022 17:06:24	Isabelle Patricia Freitas Soares Chariglione	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCEP2.docx	24/09/2022 17:06:04	Isabelle Patricia Freitas Soares Chariglione	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	TCLE2.doc	24/09/2022 17:04:59	Isabelle Patricia Freitas Soares Chariglione	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.doc	01/08/2022 17:22:17	POLLIANA TEIXEIRA DA SILVA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermodeAceiteInstitucional.pdf	01/08/2022 17:18:07	POLLIANA TEIXEIRA DA SILVA	Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto.pdf	21/06/2022 20:51:21	POLLIANA TEIXEIRA DA SILVA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoCEP.docx	16/06/2022 11:30:32	POLLIANA TEIXEIRA DA SILVA	Aceito
Cronograma	CronogramadeExecucao.docx	16/06/2022 11:29:24	POLLIANA TEIXEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	CartadeRevisaoEtica.docx	16/06/2022 11:27:28	POLLIANA TEIXEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	LATTESATUALIZADOPROFISABELLE CHARIGLIONE.pdf	16/06/2022 11:26:19	POLLIANA TEIXEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	LATTES_ATUALIZADO_POLLIANA SILVA.pdf	16/06/2022 11:25:59	POLLIANA TEIXEIRA DA SILVA	Aceito
Outros	InstrumentosdeColetadeDados.docx	16/06/2022 11:24:54	POLLIANA TEIXEIRA DA SILVA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	CartadeEncaminhamento.doc	16/06/2022 11:24:00	POLLIANA TEIXEIRA DA SILVA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 06  
de Novembro de  
2022

---

Assinado por:

**MARCIO  
CAMARGO  
CUNHA FILHO**  
**(Coordenador)**